



INSTITUTO CHICO MENDES DE
CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

RELATÓRIO DE GESTÃO

2021



FICHA INSTITUCIONAL

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro de Estado do Meio Ambiente
Joaquim Álvaro Pereira Leite

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Marcos de Castro Simanovic

COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO GERAL

Chefe de Gabinete
Mariana Bulat

Chefe da Divisão de Gestão Estratégica e Modernização
Vanessa Simas Figueiredo

EDIÇÃO

Divisão de Gestão Estratégica

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Vanessa Simas Figueiredo
Osvaldo Martins de Moraes Filho

REVISÃO DO TEXTO

Fernanda Oliveto
Anderson Rodrigo da Silva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Marília Ferreira

FOTO DA CAPA

Enrico Marcovaldi

Cerrado
Nelson Yoneda



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE5

SOBRE O RELATÓRIO6

ICMBIO EM NÚMEROS7

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO10

1.1. CONHEÇA O ICMBIO.....11

1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL13

1.3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA15

1.4. CADEIA DE VALOR.....16

1.5. AMBIENTE EXTERNO19

1.6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE20

2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVA25

2.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO E INTEGRIDADE27

2.2. GESTÃO DE INTEGRIDADE – PROGRAMA INTEGRA+28

3. ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA31

3.1. ESTRATÉGIA33

3.2. GOVERNANÇA37

3.3. COMISSÃO DE ÉTICA39

3.4. ATUAÇÃO CORRREICIONAL40

3.5. CONTROLES INTERNOS E ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....41

3.6. MEDIAÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS43

4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO45

4.1. RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO47

4.2. GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS75

4.3. GESTÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E PATRIMÔNIO79

4.4. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....83

4.5. GESTÃO DE RECURSOS EXTERNOS.....88

4.6. AGENDA ESTRATÉGICA BIÊNIO 2020/202198

4.7. TRANSFORMAGOV109

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS115

5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS117

5.2. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS117

MENSAGEM DO PRESIDENTE

É com grande satisfação que nos dirigimos à sociedade brasileira para entregar o Relatório de Gestão Integrada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio referente ao exercício de 2021.

O resultado exposto neste Relatório Integrado representa o esforço individual e coletivo dos servidores, colaboradores e parceiros desta Autarquia para a conservação da biodiversidade nacional.

As informações publicadas refletem os resultados estratégicos da agenda ambiental, conforme as prioridades estabelecidas na **Portaria Conjunta nº 266, de 17 de junho de 2020**, que institui o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas 2020-2023 e seguem a estrutura regimental definida pelo **Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020**.

Ademais, as iniciativas estratégicas definidas na Agenda Estratégica – biênio 2020-2021, pela **Portaria ICMBio nº 1.007, de 13 de outubro de 2020**, nos permitem demonstrar os resultados de muitas iniciativas importantes e que fortaleceram institucionalmente e efetivamente a implementação das Unidades de Conservação federais – UCs.

Neste ciclo, ressaltamos que tivemos avanços significativos para o Ecoturismo nas Unidades de Conservação, concessionando, permissionando ou autorizando 18 novos serviços de apoio à visita em diferentes UCs,

aumentado o número e a qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes. Já na agenda de Bioeconomia e do Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais, avançamos em 4 frentes: Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário, Manejo de Quelônios, Manejo do Pirarucu e Manejo do Caranguejo.

Dando sequência, a agenda da Proteção nos permitiu implementar uma política de integração para prevenção e combate das infrações ambientais, tendo como base a frequência no território, integrando forças e instituições, ferramentas de gestão, tecnologia e modernização das estruturas, implementação de sistemas de autuação eletrônica e renovação de frotas.

Neste mesmo ano, incrementamos a força de trabalho, com a contratação de agentes temporários ambientais e ainda conseguimos a autorização para um novo concurso público, voltado para a região Norte do Brasil.

Em 2022, queremos reforçar nosso compromisso com a efetiva implementação das nossas Unidades de Conservação federais, a fim de proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioambiental, a partir de uma gestão moderna e que envolva todos os colaboradores da nossa Autarquia.

Por fim, recomendo a leitura deste Relatório e espero que, a partir dele, seja possível conhecer, de maneira objetiva, transparente e acessível, o trabalho desempenhado pelo ICMBio.

Marcos de Castro Simanovic
Presidente do ICMBio

SOBRE O RELATÓRIO

Este Relatório de Gestão apresenta os destaques da atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio em 2021 e pretende apresentar à sociedade os principais resultados obtidos a partir da implementação da estratégia e da governança estabelecidas e como elas geraram valor público.

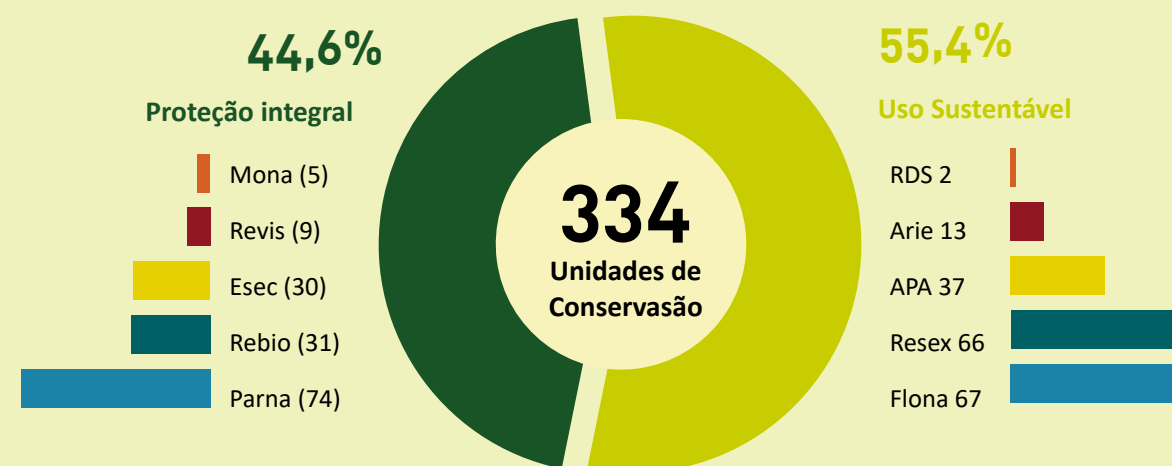
A elaboração do documento, na forma de Relatório Integrado, continua a atender às orientações da **Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020**, e da **Decisão Normativa nº 187, de 9 de setembro de 2020**, ambas do Tribunal de Contas da União – TCU, que tratam sobre a prestação de contas anual e sobre o conteúdo do Relatório de Gestão, respectivamente.

A construção deste Relatório resulta no constante aprendizado e aprimoramento das práticas e dos processos institucionais implementados para o alcance da missão institucional do Instituto.

Vanessa Oliveira

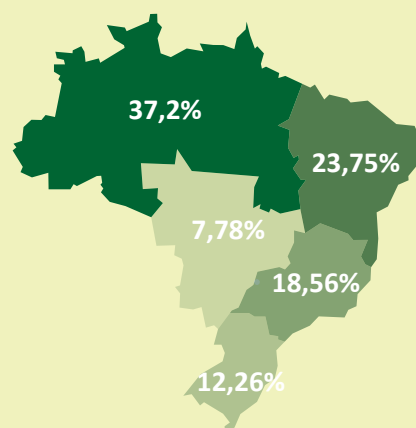
ICMBIO EM NÚMEROS

UCs por categoria



738 Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN

Distribuição das UCs pelo Território



171,4 milhões de hectares de área protegida

54,1 % área marinha

46,9% área continental

145 UCs

com visitação monitorada

284 UCs

com Conselhos de Gestão

Fiscalização

1.886

Autos de infração eletrônicos aplicados

977

ações de fiscalização realizadas

R\$ 447.5 milhões

em multas aplicadas

R\$ 10,1 milhões investidos

em fiscalização (lei orçamentária + créditos)



Força de trabalho

47.937
voluntários
cadastrados

1.643

Servidores

1.501

Servidores Capacitados
(acumulado)

2.258

Contratos Temporários
Ambientais
(antigos brigadistas)

R\$ 1,15 milhões

Investidos em capacitação

Pesquisa e Conservação

1.641

Pesquisas autorizadas

884

Espécies ameaçadas que já possuem
Plano de Ação Nacional (PAN)

3.123

Espécies da fauna avaliadas

220

Planos de manejo aprovados

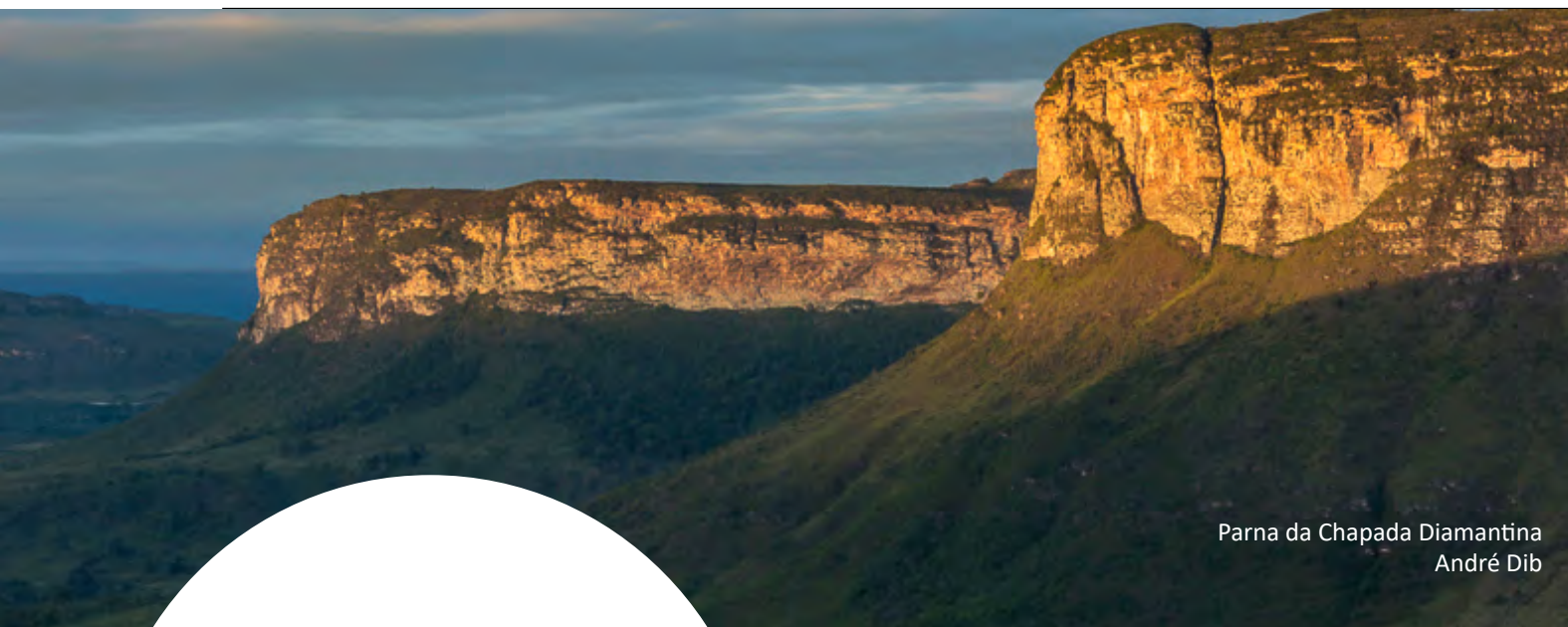




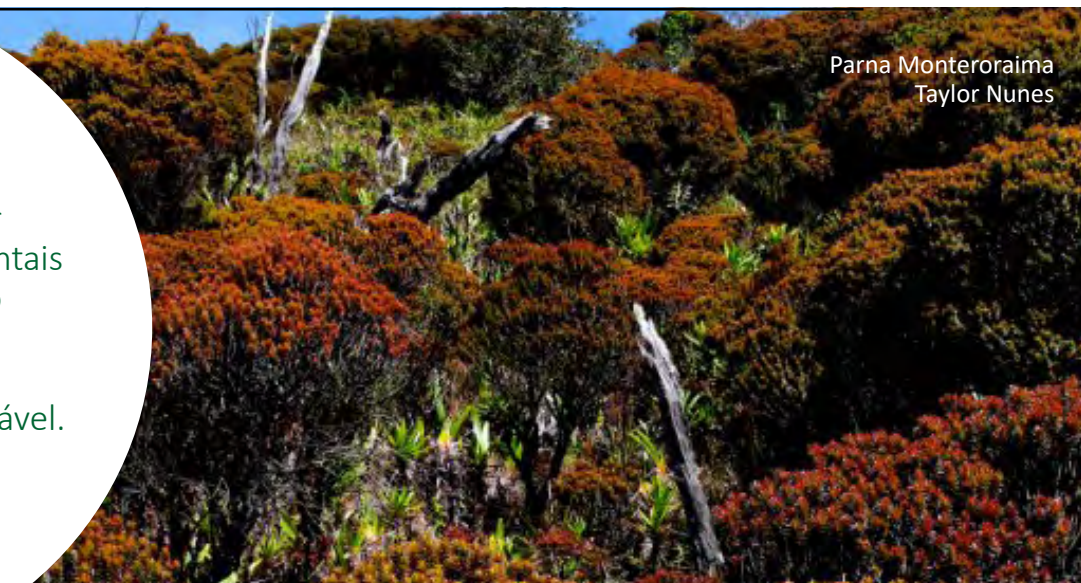
Lobo-guará
Rogério Cunha de Paula

1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



Parna da Chapada Diamantina
André Dib



Parna Monteroraima
Taylor Nunes

Missão:

Formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

1.1. CONHEÇA O ICMBIO

O ICMBio é uma autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, e tem por missão formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Criada pela **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007**, a autarquia integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama e é responsável pela gestão de cerca de 78,9 milhões de hectares terrestres (aproximadamente 9,1% do território brasileiro) e 92,5 milhões de hectares marinhos (distribuídos nas faixas de mar territorial, zona contínua e zona econômica exclusiva), compreendendo 334 Unidades de Conservação federais – UCs, distribuídas em todos os biomas brasileiros.

As atividades do Instituto se concentram nas seguintes áreas: execução das atribuições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000); fomento de programas de pesquisa, proteção, preservação da biodiversidade; e desempenho do poder de polícia ambiental nas Unidades de Conservação federais.

O Instituto também é responsável por propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União.

Onde estamos

As UCs são áreas naturais objeto de conservação, que possuem recursos ambientais com características naturais relevantes, e têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, *habitat* e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Elas ainda asseguram às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais e propiciam às comunidades vizinhas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Essas áreas estão sujeitas a normas e regras especiais.

As UCs são coordenadas por gerências regionais – GRs, uma em cada região geopolítica do País, com sedes em Cabedelo/PB, Santarém/PA, Goiânia/GO, São Paulo/SP e Florianópolis/SC. Para a melhoria da gestão das unidades descentralizadas, o ICMBio dispõe de bases avançadas – BAVs e núcleos de gestão integrada – NGIs, vinculados às gerências regionais.



Visão:

Ser reconhecido como referência nacional e internacional na efetiva conservação e proteção do meio ambiente, no fomento do desenvolvimento socioeconômico sustentável e na produção do conhecimento.

Valores:

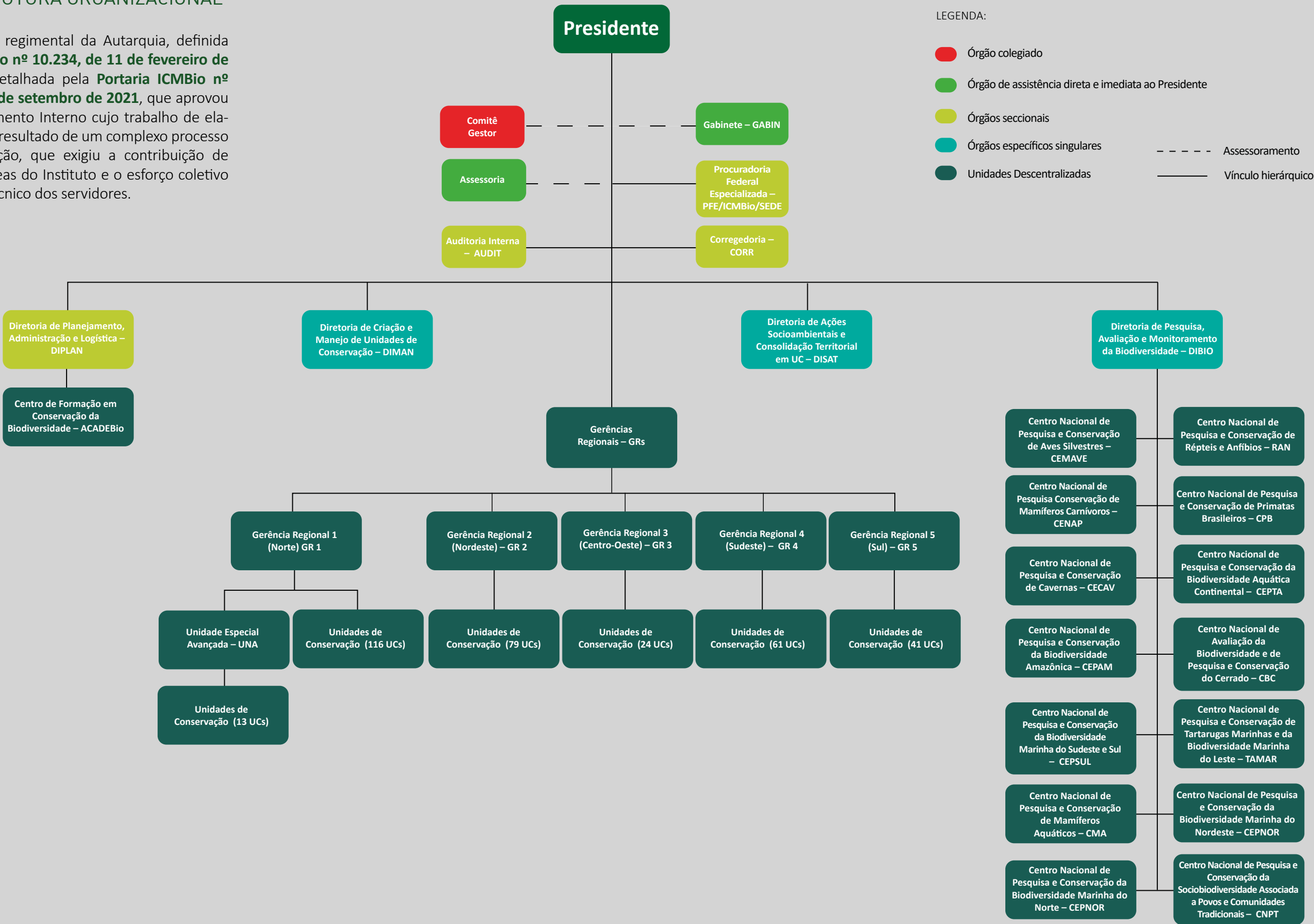
Responsabilidade ambiental; Comprometimento com o resultado; Integridade na conduta; Valorização do profissional; Comprometimento com a sociedade; e Valorização do conhecimento.



Extrativismo
Miguel von Behr

1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

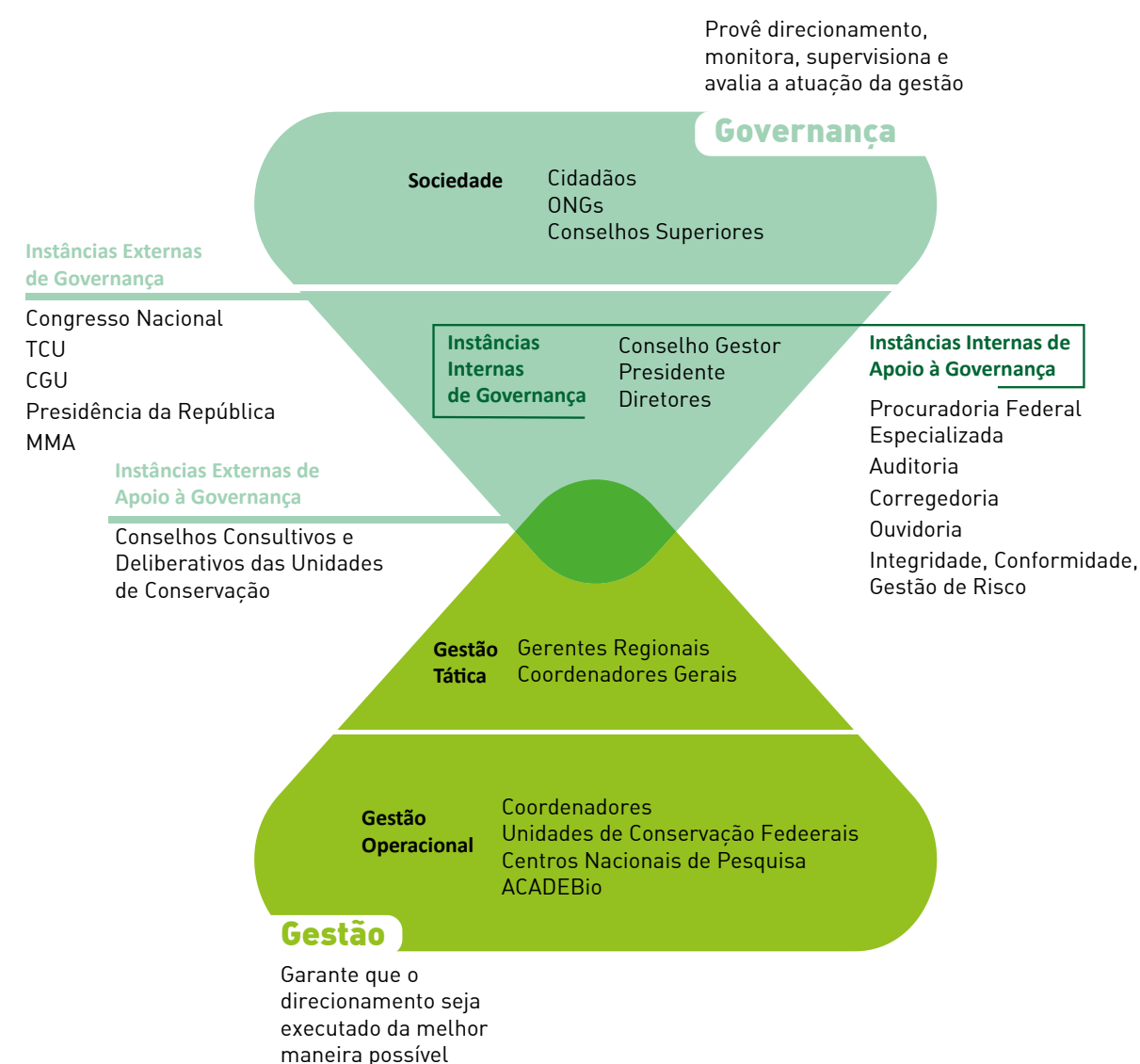
A estrutura regimental da Autarquia, definida pelo **Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020**, foi detalhada pela **Portaria ICMBio nº 582, de 20 de setembro de 2021**, que aprovou o seu Regimento Interno cujo trabalho de elaboração foi resultado de um complexo processo de construção, que exigiu a contribuição de todas as áreas do Instituto e o esforço coletivo do corpo técnico dos servidores.



1.3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança e gestão do Instituto destaca os vínculos existentes entre as diversas instâncias de governança (externas e internas), bem como entre os 3 níveis de atuação da Autarquia (estratégico, tático e operacional).

A governança direciona, monitora e avalia a atuação da gestão com foco no atendimento da estratégia governamental e das expectativas das partes interessadas, enquanto a gestão é responsável pela administração dos recursos de forma a viabilizar a estratégia e os processos.



Parna Serra da Bodoquenana
Zig Koch

1.4. CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor consiste em um instrumento de gestão que representa os produtos e resultados gerados, preservados ou entregues por uma organização. Representa, ainda, respostas efetivas e úteis às demandas de interesse público. Além disso, a forma como a cadeia de valor está estruturada tem grande serventia para comunicar ao público externo o que faz a Instituição ou ambientar os recém-chegados na organização, ao proporcionar uma visão sistêmica da operação e dos processos/produtos entregues pela organização.

A Cadeia de Valor do ICMBio está alinhada ao Planejamento Estratégico Integrado do

Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas, com horizonte temporal de 2020 a 2023. É composta por 5 cadeias temáticas finalísticas e 3 cadeias de gestão e suporte. As 5 cadeias temáticas são: implementação de ações para melhoria da qualidade ambiental; ampliação e estruturação do uso público em UC; conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade; promoção do desenvolvimento sustentável e proteção dos biomas brasileiros, em especial da Amazônia; e aprimoramento dos instrumentos de controle, fiscalização e promoção do licenciamento ambiental.



1.5. AMBIENTE EXTERNO

OPORTUNIDADES

Inclusão de 14 Unidades de Conservação no Programa de Parcerias de Investimento – PPI: PARNA de Brasília, PARNA da Serra da Capivara, PARNA de Ubajara, PARNA de Anavilhanas, PARNA da Serra da Bodoquena, PARNA da Chapada dos Guimarães, PARNA do Jaú, e PARNA da Serra da Bocaina; PARNA da Serra dos Órgãos, PARNA da Restinga de Jurubatiba, PARNA Serra da Canastra, PARNA Serra do Cipó, PARNA do Caparaó e FLONA de Ipanema;

Concessão de 3 Unidades de Conservação para uso público: FLONA de Canela; FLONA de São Francisco de Paula e PARNA Aparados da Serra;

Elaboração do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023;

Criação de força tarefa para ações integradas de proteção (combate ao fogo e fiscalização):

- Operação Guardiões do Bioma;
- Centro Integrado Multiagências Federais – CIMAN: para resposta a incêndios com as seguintes unidades da Federação: MG, MT e DF;

Celebração de parcerias interinstitucionais para promover melhorias na implementação das Unidades de Conservação;

Estruturação e Ampliação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora;

Consolidação do Programa de Redução de Impactos na Biodiversidade – PRIMS, que subsidia o licenciamento ambiental;

Lançamento de dois sistemas – ALA e SOALA – para automatização e fortalecimento da análise de impactos para o licenciamento ambiental;

Aumento de 50% da força de trabalho nas Unidades de Conservação, por meio de contratação de agentes temporários;

Otimização do processo de licitação junto ao agente financeiro do Fundo de Compensação Ambiental, tornando-o mais célere;

Reforço orçamentário em R\$ 43,3 milhões:

- Termo de Execução Descentralizada –TED para combate a incêndio com:
- IBAMA – R\$ 13,3 milhões;
- Defesa Civil – R\$ 20 milhões;
- Leilão de bens inservíveis – R\$ 10 milhões;

Otimização do processo de fiscalização de contratos;

Fortalecimento do Programa de Voluntariado;

Ampliação do Programa de Bioeconomia junto às populações tradicionais.

AMEAÇAS

Pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2): Impacto às ações finalísticas de campo;

Retenção orçamentária devido ao atraso na aprovação da Lei Orçamentária.

1.6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Resultados dos serviços da Ouvidoria

A Ouvidoria do ICMBio é a unidade organizacional responsável pelo tratamento das manifestações recebidas pelo Instituto Chico Mendes, registradas pelos cidadãos no **Sistema Fala.Br** – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Sendo unidade setorial do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, a Ouvidoria do ICMBio tem atuação totalmente aderente aos normativos orientadores produzidos pela Controladoria-Geral da União – CGU. Ela funciona como uma ponte entre o cidadão e a administração pública, fortalecendo a participação social na melhoria contínua dos serviços públicos prestados, aprimorando a gestão de políticas públicas ou combatendo a prática de atos ilícitos.

Das 1.214 manifestações tratadas pela Ouvidoria do ICMBio no exercício de 2021, 333 (27,4%) referem-se à temática finalística da Autarquia (meio ambiente, preservação e conservação), indicando que a unidade é um importante canal para subsidiar a tomada de decisão relativa às políticas públicas.

A Ouvidoria é também uma das instâncias de integridade responsáveis por conduzir o Integra+, Programa de Integridade do Instituto

Chico Mendes, atuando em conjunto com as instâncias responsáveis pela apuração de ilícitos – Comissão de Ética e Corregedoria –, fortalecendo o ambiente de integridade interno.

Além do encaminhamento de manifestações pelo **Sistema Fala.Br**, é possível contatar a Ouvidoria por e-mail (ouvidoria@icmbio.gov.br). Essas manifestações também são inseridas no Fala.Br para compilação de dados.

Indicador estratégico

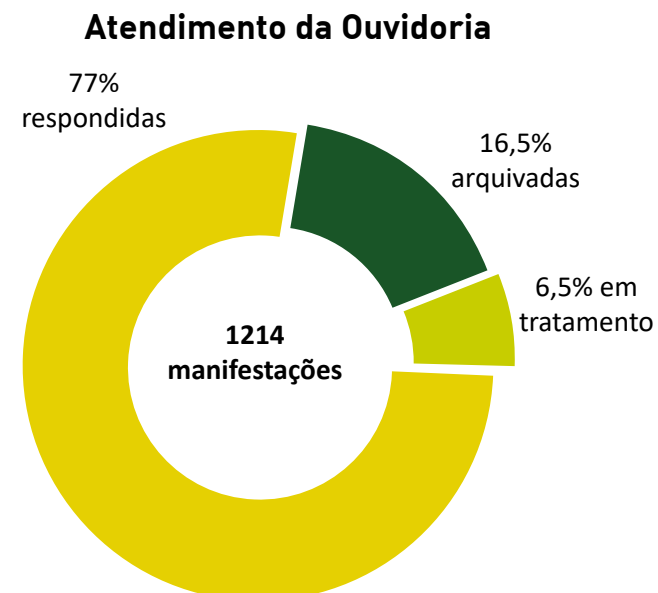
A participação social é estimada por meio de um indicador estratégico do Instituto: evolução da participação social. No exercício de 2021, foram recebidas e tratadas 1.214 manifestações, representando um aumento de 23,50% em relação ao exercício anterior.

Quanto ao tempo de resposta, todas foram respondidas no prazo previsto pela Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Desse total, devido à insuficiência de elementos para encaminhamento (como falta de clareza, informações genéricas, e outros), 201 manifestações foram arquivadas e 78 continuam em tratamento, ainda dentro do prazo legal para resposta.

PAINEL RESOLVEU?

Disponibilizado pela CGU, o **Painel Resolveu?** apresentou, no exercício de 2021, um percentual de 60,07% de satisfação média com o atendimento da Ouvidoria. Das manifestações, 49% delas se referiram à solicitação de informações e 22% a reclamações com relação a serviços prestados. O percentual de denúncias recebidas com relação ao total das manifestações recebidas foi de 3,3%.

Importante ressaltar que a Ouvidoria tem o papel de intermediar as demandas dos cidadãos com as áreas finalísticas do Instituto, mas nem sempre a resposta fornecida é a que o cidadão gostaria de receber, podendo gerar, assim, a resposta de não atendimento da demanda.



Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

Em 2021, o atendimento ao cidadão para respostas com base na **Lei nº 12.527, de 19 de novembro de 2011**, a Lei de Acesso à Informação – LAI, foi realizado por meio do **Sistema Fala.Br**. No Instituto, foram recebidos 478 pedidos de acesso à informação, em uma média mensal de 39,83 pedidos de informação.

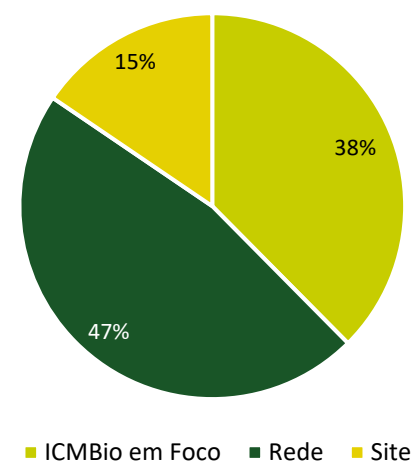
Cabe ressaltar que 100% das demandas foram atendidas dentro do prazo de resposta exigido pela LAI, em um tempo médio de resposta de 12,86 dias ficando, portanto, bem abaixo do que o previsto pela mencionada Lei (20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias).

Ações de comunicação social

Jornalismo

Em 2021, a Divisão de Comunicação Social – DCOM implementou mais um canal de comunicação: a Rede ICMBio, voltada para a divulgação de notícias do cotidiano do ICMBio, e, em especial, das UCs, de maneira mais célere e mais periódica. Com isso, nesse ano, a Divisão conseguiu produzir 502 notícias e informes veiculadas nos três canais de comunicação do ICMBio, conforme gráfico ao lado.

Matérias distribuídas por meio



Redes sociais

Atualmente, o ICMBio conta com as seguintes redes sociais: Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e LinkedIn, sendo o último reativado no segundo semestre de 2021.



18.7 MIL INSCRITOS
19 POSTS



13 MIL SEGUIDORES
49 POSTS



303 MIL SEGUIDORES
135 POSTS



339 MIL SEGUIDORES
125 POSTS



25,1 MIL SEGUIDORES
102 POSTS

Campanhas e casos de sucesso

a. Fogo

Em 2021, o ICMBio deu atenção especial à agenda de fogo. Por isso, foi produzido pela DCOM um Plano de Comunicação exclusivo para tratar da agenda, com previsão de *posts* nas redes sociais, divulgação das queimas prescritas, elaboração de *releases*, elaboração de matérias para o site, ICMBio em Foco e Rede ICMBio; recomposição do acervo audiovisual e alinhamento de comunicação nos incidentes de combate a incêndios florestais.

Como resultado desse plano, podemos indicar o aumento de produção de matérias (que resultaram na temática Proteção ser a segunda colocada na classificação temática de matérias, e na Coordenação de Combate e Prevenção a Incêndios ser a instância do ICMBio mais procurada para matérias), a primeira colocada em *posts* nas Redes Sociais e bom tratamento com a mídia em incêndios florestais.

Nesse ano, a DCOM atuou diretamente em cinco incêndios em Unidades de Conservação de nível III (quando se acionam as forças nacionais). São elas:



Incendio Parna Chapada Veadeiros
Ramilla Rodrigues

- Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros;
- Parque Nacional da Chapada dos Guimarães;
- Estação Ecológica da Serra das Araras;
- Floresta Nacional de Brasília; e
- Transpantaneira.

b. Integridade

A DCOM fez um Plano de Comunicação para organizar as ações do Programa Integra+, em conjunto com a Divisão de Gestão Estratégica e Modernização – DGE e a Auditoria Interna – AUDIT. A Integridade foi um dos temas mais abordados no ano de 2021.

O Programa teve ampla divulgação na Rede Interna do ICMBio e no ICMBio em Foco, resultando, somente em 2021, 32 ocorrências (matérias, lives, comunicados e informes) que abordaram gestão de riscos, o papel da Auditoria e da Corregedoria, divulgação de pesquisas sobre valores e ética no serviço público, etc.

Plano de Dados Abertos

O Plano de Dados Abertos do Instituto para o biênio 2021/2023 foi objeto de deliberação pelo Gabinete da Presidência e pela Auditoria que em parceria com a Coordenação de Tecnologia da Informação – COTEC e a Divisão de Gestão Estratégica – DGE, coordenaram a elaboração e a publicação da **Portaria ICMBio nº 315, de 12 de maio de 2021**.

Para este biênio, foi necessário considerar a mudança de estrutura da autarquia e a necessidade de atualizar as informações do Plano, de modo a avaliar a manutenção das bases de dados já disponibilizadas e verificar o alinhamento estratégico com outros instrumentos de planejamento do órgão, garantindo que os dados publicados gerem efetivamente valor à sociedade e atendam às necessidades dos usuários.

O processo de escolha dos conjuntos de dados selecionados para abertura foi conduzido de maneira colaborativa dentre as diversas áreas do Instituto, e resultou na construção do Catálogo de Bases de Dados do ICMBio – Inventário de Dados.

Posteriormente, os atributos selecionados foram disponibilizados para a realização de consulta pública no site do ICMBio, na qual a sociedade opinou sobre as informações de maior interesse social.

Nessa perspectiva, com o resultado da consulta pública, o ICMBio manteve abertos os 9 conjuntos de dados decorrentes do PDA anterior e possibilitou a abertura de 6 novos atributos.

Dados abertos, de acordo com o Artigo 2º do Decreto nº 8.777/16, “são dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte.”



Araucaria angustifolia
Marco Freitas

2

RISCOS,
OPORTUNIDADES E
PERSPECTIVA



2.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO E INTEGRIDADE

Em 2021, o Instituto deu um grande passo no sentido de consolidar internamente as práticas da gestão de riscos ao instituir uma metodologia própria para a implementação da gestão de riscos, a qual foi aprovada pela **Portaria ICMBio nº 975, de 10 de dezembro de 2021**.

A mencionada metodologia define e detalha as fases, os procedimentos e os instrumentos relativos ao processo de gestão de riscos no âmbito do ICMBio, conforme previsto na atual **Política de Gestão de Riscos e Integridade**, em vigor desde 2020. Ela foi elaborada a partir da realização de *benchmarking* (comparações entre as políticas já existentes) para estudar as lições aprendidas (positivas e negativas) de órgãos e entidades da administração pública federal, como o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região – TRT10, a Controladoria-Geral da União – CGU, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, dentre outros. É importante frisar a integração que a Metodologia de Gestão de Riscos do ICMBio promove entre a Política de Gestão de Riscos e Integridade do ICMBio e a Política de Gestão Estratégica do ICMBio, instituída em 2020, conforme listado abaixo:

- como critério de seleção dos processos organizacionais para gestão de riscos, inicialmente serão priorizados os que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos;
- necessidade de mapeamento do processo como condição prévia às etapas de gerenciamento de riscos para

trabalhar a gestão de riscos incorporada à gestão por processos; e

- avaliação das medidas de tratamento relacionadas ao Plano de Gestão de Riscos do ICMBio e ao Plano de Integridade do ICMBio serão realizadas pela alta administração no âmbito da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE.

A metodologia já havia sido testada por intermédio de um projeto-piloto realizado, no período entre maio e outubro de 2021, com a equipe técnica da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – DIMAN, que mapeou riscos do processo organizacional de prevenção a incêndios no bioma Pantanal. Esse processo está diretamente relacionado ao objetivo estratégico nº 11 – Promover a conservação e a recuperação da vegetação nativa, reduzir o desmatamento ilegal e os incêndios florestais.

O resultado do projeto-piloto foi a elaboração de um plano de ação com as medidas de tratamento para os riscos identificados como prioritários.

Para o biênio, o Instituto irá elaborar os instrumentos para identificar, analisar, avaliar e priorizar os riscos que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos e definir medida de tratamento para resposta a esses riscos. O Plano de Gestão de Riscos do ICMBio 2022/2023 abordará os riscos das categorias operacional, legal, financeiro/orçamentário e reputação. Já o Plano de Integridade do ICMBio 2022/2023 abordará as subcategorias do risco para a integridade.

2.2. GESTÃO DE INTEGRIDADE – PROGRAMA INTEGRA+

Nesse contexto, o ICMBio, no ano de 2021, deu continuidade à implementação do Programa de Integridade – Integra+, instituído pela **Portaria ICMBio nº 923, de 8 de setembro de 2020**. O Programa é um conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta, e está estruturado nos seguintes eixos:

- a. comprometimento e apoio da alta administração;
- b. existência de unidade responsável pela implementação no órgão ou na entidade;
- c. análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade; e
- d. monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade.

O panorama anterior ao programa de integridade no Instituto indicava as funções de integridade (Ouvidoria, Auditoria, Comissão de Ética e Gestão de Pessoas) trabalhando de forma isolada, muitas vezes com esforços sobrepostos. No cenário do setor público, onde a regra é gerir recursos escassos, o diferencial do Programa Integra+ tem sido tratar assuntos já existentes de uma forma integrada, somando ações institucionais com o objetivo de promover uma mudança na cultura de integridade na organização por meio da prevenção.

O apoio da alta administração do Instituto, bem como de seu corpo técnico, permitiu que a Unidade de Gestão da Integridade – UGI do Programa de Integridade no âmbito do ICMBio realizasse 2 rodadas de monitoramento de um conjunto de 21 estratégias/medidas de tratamento identificadas como prioritárias, que buscam prevenir e/ou punir riscos como: ocorrência de conflito de interesses; pressão interna ou externa ilegal para influenciar agente



público; abuso de posição ou poder em favor de interesses privados, dentre outros da mesma natureza. Ao final do ano de 2021, das estratégias identificadas, 10 estratégias/medidas de tratamento haviam sido concluídas e 7 estavam em andamento. Das restantes, 3 estavam paradas e 1 ainda não havia sido iniciada.

As instâncias de integridade do ICMBio (Auditoria Interna – AUDIT, Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGGP, Comissão de Ética – CE e Corregedoria – CORR) realizaram, ao longo do ano passado, 6 reuniões de trabalho, e implementaram um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento de uma cultura organizacional de prevenção de riscos à integridade. Dentre essas ações, podemos citar: criação de mecanismo de proteção para denunciante e testemunha; envio de comunicados internos (e-mail marketing) com informações sobre a temática; realização do “Ciclo de Palestras do Integra+”, por meio virtual, com profissionais de referência no tema para o público interno; inserção do tema integridade como disciplina no concurso público realizado em 2022; inserção da Ouvidoria como instância de integridade e adesão do Núcleo Mediare ao Programa; criação do Programa Audit Agrega+; elaboração de matriz para orientar a análise, triagem e classificação

das demandas recebidas pela Ouvidoria; participação no evento “**Estação Empreendedorismo – 1º Ciclo de Palestras/2021: Gestão de Integridade no Setor Público**”, promovido pela Universidade de Brasília – UnB; e publicação do artigo “**A relevância da Integridade Pública na sociedade moderna: um estudo de caso brasileiro**” nos anais do VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública – EBAP.

É importante ressaltar que, em 2021, o ICMBio foi convidado para contribuir com o Grupo de Trabalho da Ação 10/2021, da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, que teve como objetivo propor medidas para fortalecer o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro relacionadas aos ilícitos ambientais. Como contribuição, o Instituto apresentou o processo organizacional de regularização fundiária em UCs, detalhando suas fragilidades e as expondo medidas de tratamento.

O ICMBio também participou da autoavaliação acerca dos mecanismos de combate à fraude e

corrupção proposta pelo Tribunal de Contas da União – TCU, por intermédio da plataforma eletrônica e-Prevenção. A autoavaliação foi realizada por um questionário composto por questões organizadas em 5 eixos que representam os mecanismos de combate à fraude e corrupção: prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento. O mencionado sistema indicou que a instituição apresenta uma posição intermediária no que diz respeito às boas práticas de prevenção à fraude e à corrupção.

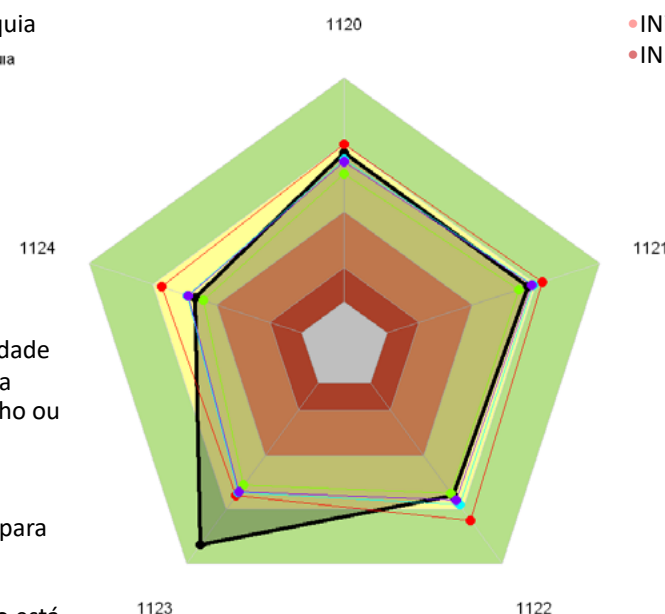
O Instituto realizou, ainda, outra autoavaliação, proposta pelo TCU, por meio da plataforma eletrônica e-Governança. Nesse caso, a Corte de Contas buscou aferir o estágio da capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais. O sistema considerou que o Instituto se encontra num estágio intermediário de capacidade em promover a integridade, dando destaque para o aprimorado estabelecimento do programa de integridade da organização, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Diante dessas conclusões, o ICMBio vai utilizar-se dos insumos apresentados pelo TCU para orientar as ações de combate à fraude e à corrupção e de fortalecimento de mecanismos/práticas de governança corporativa, no biênio 2022/2023, de forma a reduzir as fragilidades identificadas e a alcançar um nível de segurança mais desejável na tomada de decisões dos gestores.

Capacidade em Promover a Integridade

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- Área temática: Outras
- Natureza Jurídica: Autarquia
- Administração: Indireta
- Poder Estatal: Executivo

- APRimoramento = 70% a 100%
- INTermediário = 40% a 69,9%
- INInical = 15% a 39,9%
- INExpressivo = 0 a 14,9%



- 1120 – Promover a integridade
- 1121 – Os membros da alta administração e de conselho ou colegiado superior estão comprometidos com a integridade
- 1122 – Há gestão de ética para a organização
- 1123 – Programa de integridade da organização está estabelecido
- 1124 – Medidas para identificação e tratamento de conflitos de interesses estão estabelecidas

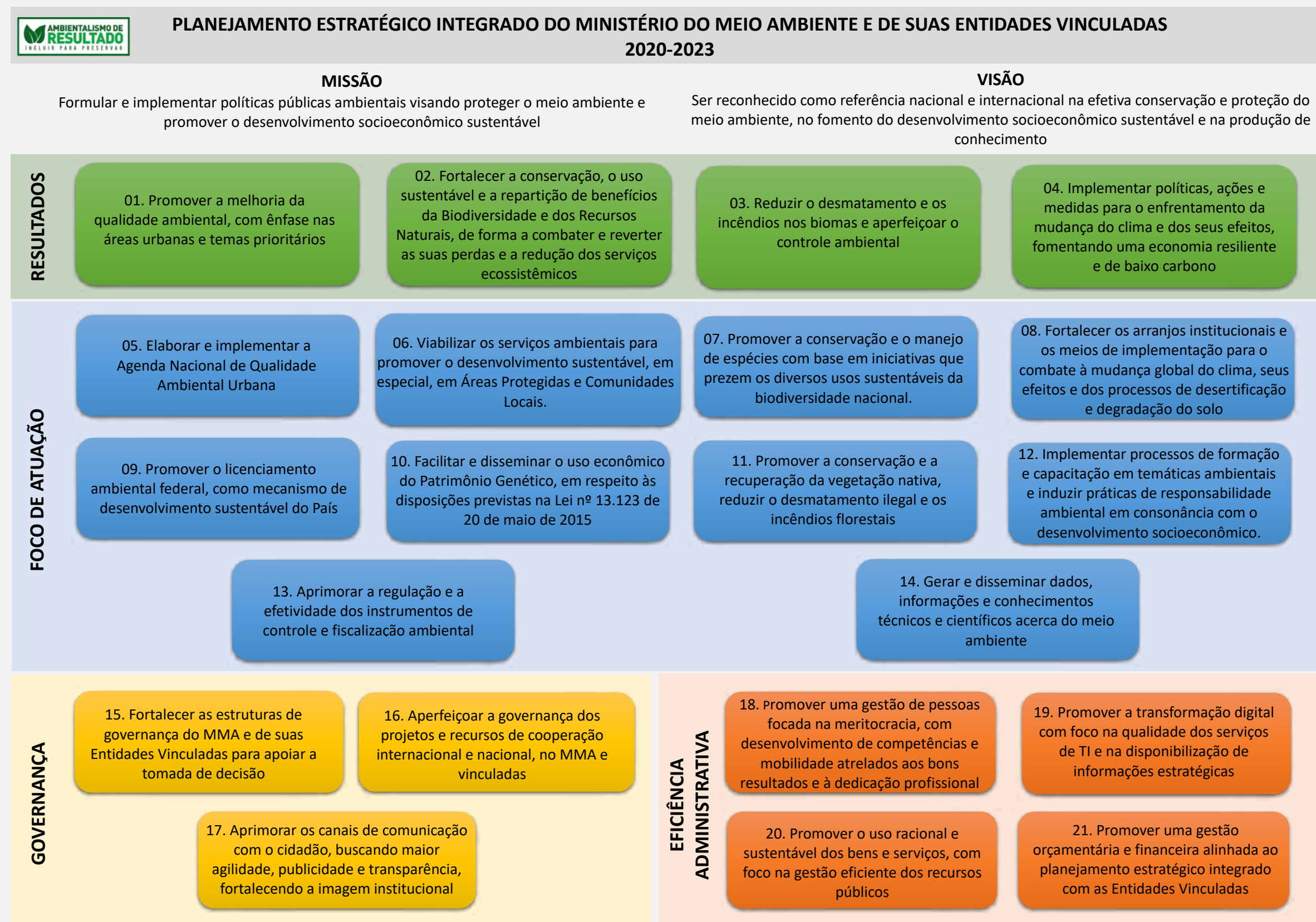
Tucano
Luciana Mara Rocha

3

ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA



As diretrizes gerais de como realizar a gestão estratégica no ICMBio foram disciplinadas na Política de Gestão Estratégica – PGE, instituída pela **Portaria ICMBio nº 768, de 8 de julho de 2020**.



Monitoramento e avaliação da estratégia

Após a elaboração do planejamento estratégico integrado do MMA e de suas entidades vinculadas, para o período 2020/2023, o Instituto realizou o desdobramento dessas declarações de intenções (missão, visão, valores e objetivos estratégicos) em resultados concretos no biênio 2020/2021, conforme listado abaixo:

- indicadores e metas estratégicas, do sistema GEPLANES;
- iniciativas estratégicas, da Agenda Estratégica do ICMBio 2020/2021;

- ações de transformação, do Programa TransformaGov; e
- medidas de tratamento, do Plano de Integridade do ICMBio 2020/2021.

Fazendo uso da figura da central de resultados estabelecida pela Política de Gestão Estratégica do ICMBio, foi estruturada uma sistemática de monitoramento periódico para acompanhar a execução da estratégia. Para facilitar os trabalhos, foram definidos os dados-chave e desenvolvido um dashboard interno no Painel Dinâmico de Informações do ICMBio facilitar o monitoramento e a avaliação, conforme figura abaixo:

PAINEL DINÂMICO DE INFORMAÇÕES CENTRAL DE RESULTADOS

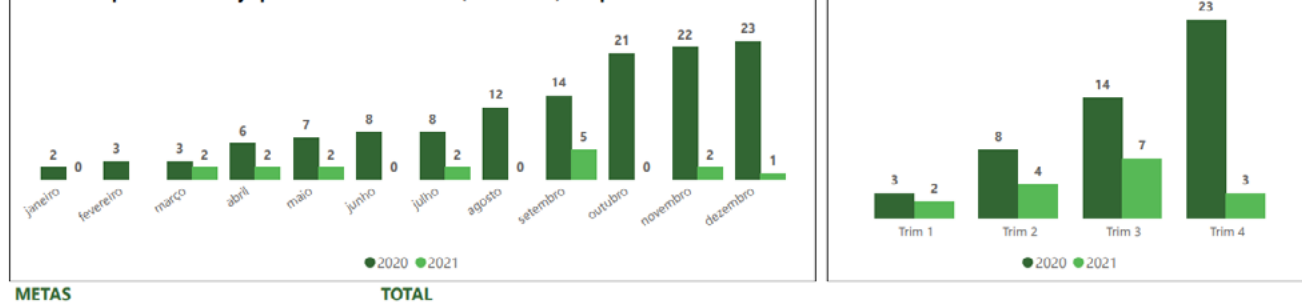
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO 02

Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos.

INDICADOR 02.01

Número de planos de manejo publicados ou revisados (acumulado). Responsável: DIMAN



Essas informações qualificadas foram apresentadas para a alta administração para fins de avaliação na 1ª Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE do ICMBio, realizada no último trimestre de 2021, e foram utilizadas para: reflexão sobre a implementação da estratégia; análise dos problemas da organização; e definição das diretrizes para o próximo biênio.

Os resultados da execução da estratégia serão detalhados ao longo deste Relatório de Gestão, descrevendo os resultados das principais áreas e desempenho da gestão, respectivamente.



1ª Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE

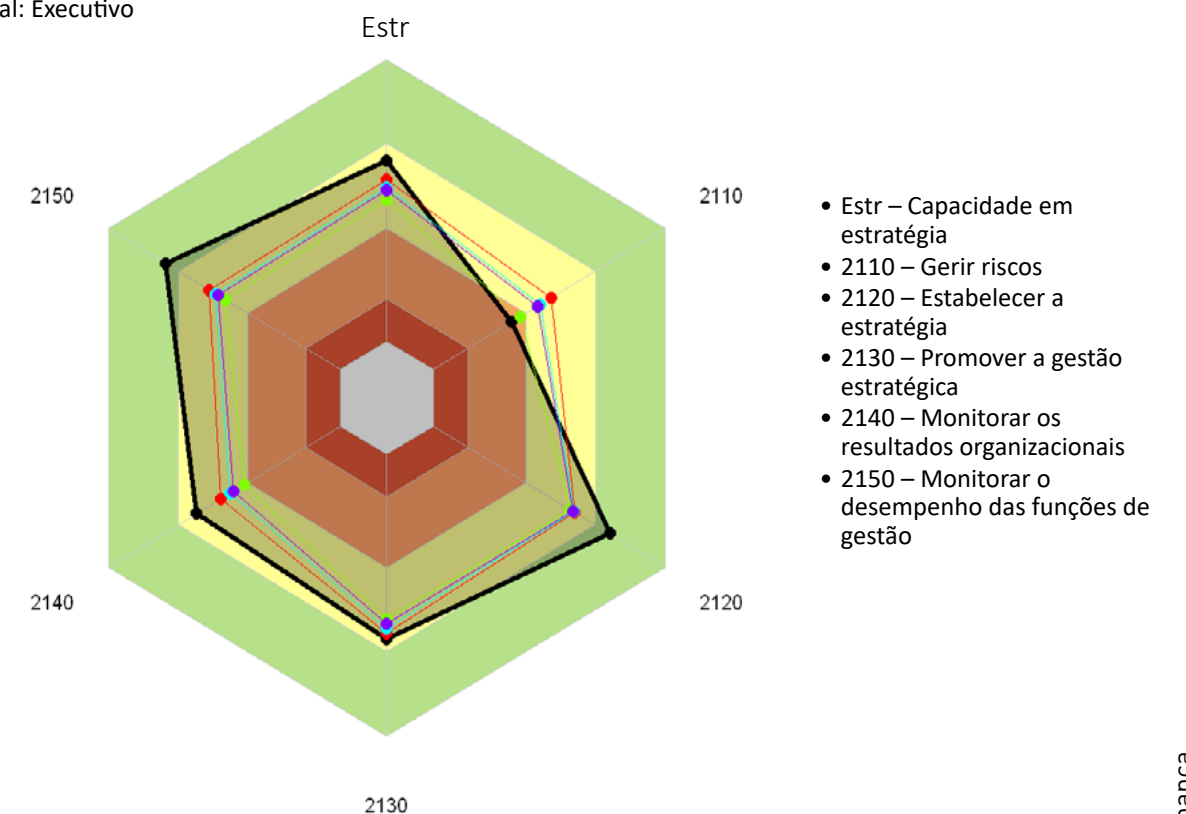
Referente a autoavaliação proposta pelo TCU por meio da plataforma eletrônica e-Governança, a Corte de Contas considerou que o Instituto se encontra num estágio intermediário de capacidade

em estratégia, dando destaque para o aprimorado estabelecimento da estratégia e para o aprimorado monitoramento das funções de gestão, conforme demonstra a imagem abaixo:

Capacidade em Estratégia

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- Área temática: Outras
- Natureza Jurídica: Autarquia
- Administração: Indireta
- Poder Estatal: Executivo

- APRimoramento = 70% a 100%
- INTermediário = 40% a 69,9%
- INinical = 15% a 39,9%
- INExpressivo = 0 a 14,9%



- Estr – Capacidade em estratégia
- 2110 – Gerir riscos
- 2120 – Estabelecer a estratégia
- 2130 – Promover a gestão estratégica
- 2140 – Monitorar os resultados organizacionais
- 2150 – Monitorar o desempenho das funções de gestão

Para o biênio 2022/2023, o Instituto revisará e atualizará os indicadores e as metas estratégicas, estabelecer novas iniciativas para a Agenda Estratégica do ICMBio e dar continuidade ao monitoramento e à avaliação por meio das RAEs.

Agenda Estratégica

A Agenda Estratégica do ICMBio 2020/2021, estabelecida em 2020, foi um esforço de gestão para alterar a orientação corporativa baseada em iniciativas isoladas para um direcionamento focado em prioridades do

portfólio institucional. Para implantação da agenda, as diretorias do Instituto designaram para cada iniciativa estratégica patrocinada um líder e sua respectiva equipe de apoio.

Em seguida, foi feita uma reunião inicial com todos os líderes com o objetivo de empoderar a gerente da agenda, alinhar as expectativas dos *stakeholders* (partes interessadas) e comunicar as diretrizes. Depois, a gerente da agenda realizou um ciclo de treinamentos para capacitar os líderes e as equipes sobre como utilizar a metodologia do Manual de Gerenciamento das Iniciativas Estratégicas – MGIE do ICMBio.

A execução das iniciativas deu-se com a elaboração dos artefatos (termo de abertura do projeto, plano de gerenciamento do projeto, dentre outros) e contínuo monitoramento dos resultados, que foram apresentados à alta administração para fins de avaliação na 1ª RAE do ICMBio, realizada no último trimestre de 2021.

Das 8 iniciativas estabelecidas para o biênio, 5 (62,5%) foram concluídas no ano de 2021, e 2 (25%) estão em andamento, com previsão de conclusão no 1º trimestre de 2022. Somente uma (09,5%) foi reavaliada e precisará ser inserida na Agenda Estratégica do ICMBio 2022/2023.

3.2. GOVERNANÇA

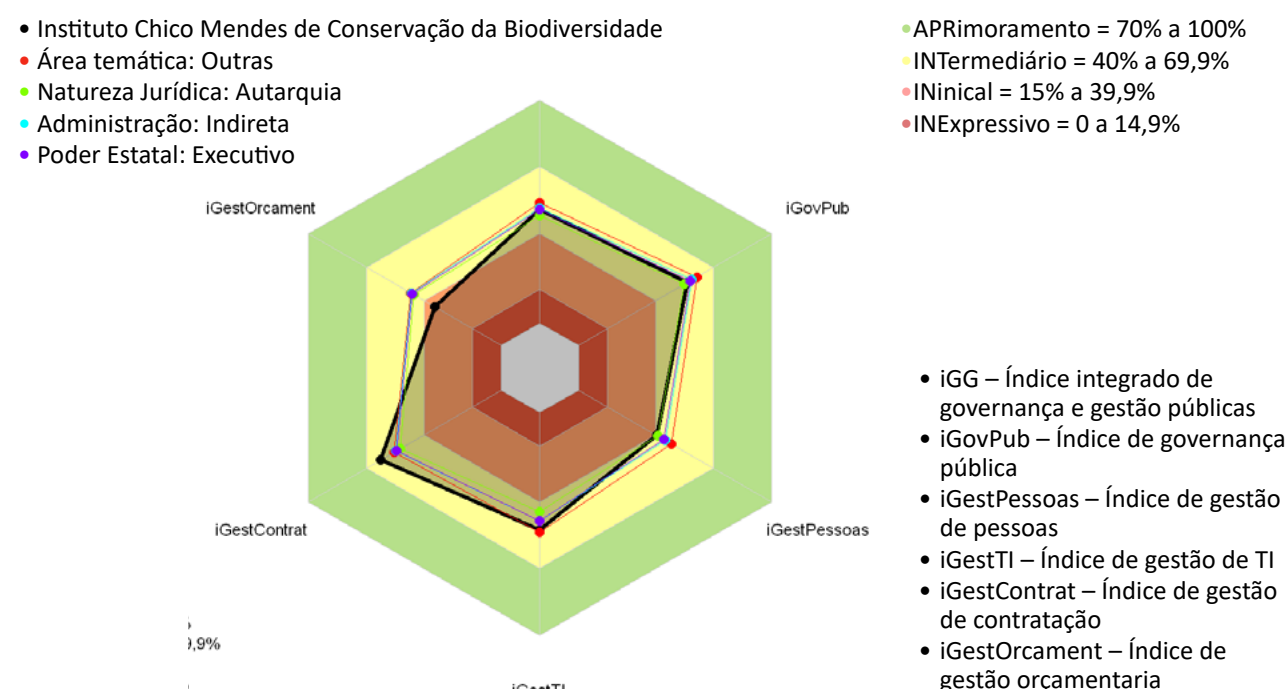
Levantamento de governança e gestão públicas

A política de governança da administração pública federal, instituída pelo Decreto nº 9203, de 22 de novembro de 2017, conceituou a governança pública como o “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

Conforme o item 2.2 deste Relatório, no ano de 2021 o TCU aplicou, por meio do sistema e-governança, o questionário de autoavaliação do perfil integrado de governança organizacional e gestão públicas das organizações jurisdicionadas ao Tribunal. O questionário de autoavaliação abordou perguntas relacionadas à adoção das práticas dos mecanismos da governança e das práticas das funções de gestão.

A avaliação do índice integrado de governança e gestão públicas – iGG do Instituto, de 50,9%, pode ser representada na figura abaixo:

Índice integrado de governança e gestão públicas



O ICMBio utilizará, além dos insumos da própria gestão, as informações e recomendações do e-Prevenção e do Referencial Básico de Governança Organizacional, ambos do TCU, como insumo para a elaboração do planejamento 2022/2023 das unidades organizacionais da Autarquia, para fins de evolução dos índices/estágio de capacidade para o próximo ciclo de levantamento de governança e gestão públicas, estimado para ocorrer no ano de 2023.

Consolidação normativa

O Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, ao definir procedimentos, estipular fases e estabelecer prazos para os trabalhos.

A revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto é uma política fundamentada nos princípios da segurança jurídica, da transparência e da simplificação normativa. Além da revisão, a atualização, a simplificação e a consolidação de atos legais, a aplicação dessa política também reduzirá o estoque regulatório, proporcionando segurança jurídica e contribuindo para a desburocratização do Estado e para o desenvolvimento do País, reduzindo, assim, o Custo Brasil, e melhorando o ambiente de negócios.

A operacionalização da revisão normativa é realizada em três fases:

- 1) **triagem:** levantamento e publicação da listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes;
- 2) **exame:** análise do arcabouço e definição da estratégia (revogação, consolidação ou manutenção); e
- 3) **resultado:** revogação expressa, consolidação normativa ou manutenção do ato normativo.

Na fase de **triagem**, as unidades listadas no art. 12 da Portaria ICMBio nº 129, de 18 de

fevereiro de 2020 levantaram um total de 656 atos normativos. Para fins de cumprimento do art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de dezembro de 2019, o ICMBio publicou a Portaria ICMBio nº 53, de 1º de fevereiro de 2021, com a divulgação da listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto identificados na etapa triagem que, naquela data, encontravam-se vigentes no âmbito do Instituto Chico Mendes.

Após a conclusão da fase de triagem, as equipes técnicas do Instituto realizaram a fase de **exame** e, em seguida, a fase de **resultado**, que foi dividida em três momentos:

- 1) **revogação expressa:** ato de revogação expressa de todos os atos normativos indicados pelas unidades de triagem como aptos para serem revogados. Como produto da revogação expressa, tivemos a Portaria ICMBio nº 599, de 14 de setembro de 2021, que declarou a revogação de 58 atos normativos inferiores a decreto do ICMBio, para os fins do disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139/2019;
- 2) **consolidação normativa:** atos normativos de revisão, atualização, simplificação e consolidação das normas, por pertinência temática. Como resultado da consolidação normativa, o Instituto Chico Mendes está trabalhando para aprimorar o universo de 91 normativos da instituição; e
- 3) **manutenção:** atos normativos que atendem às regras de consolidação e ao disposto no parágrafo único do art. 13, do Decreto nº 10.139/2019. Como resultado da manutenção, as equipes técnicas do Instituto definiram a manutenção de 507 normas.

O ICMBio continuará, no ano de 2022, empreendendo esforços para revisar e orientar a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, de forma a contribuir para uma maior transparência e menor burocracia para a sociedade.

3.3. COMISSÃO DE ÉTICA

No ano de 2021, foi estabelecido um novo procedimento de deliberação entre a Comissão de Ética – CE, a Corregedoria – CORR e o Núcleo de Mediação – Mediare acerca das denúncias que poderiam ser tratadas por mais de uma unidade do Instituto.

De forma a prestigiar os princípios públicos de eficiência, economicidade e proporcionalidade, e fortalecer os mecanismos de conciliação internos, as mencionadas unidades passaram a discutir casos com sobreposição de atuação, para evitar atuação dupla sobre a mesma denúncia ou comportamento inadequado.

Também se consolidou a publicação dos textos “Minuto da Ética” na intranet do

ICMBio, o que contribuiu para o fortalecimento da atuação educacional da Comissão de Ética junto aos servidores.

A Comissão também iniciou um projeto piloto de atuação com os Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação. Foram promovidas palestras para os integrantes dos conselhos das Unidades de Conservação: Floresta Nacional do Araripe, APA Chapada do Araripe e Floresta Nacional de Negreiros. O objetivo da iniciativa é construir o diálogo sobre Ética nos demais Conselhos das Unidades de Conservação geridas pelo ICMBio. A iniciativa concorreu no VII Concurso Boas Práticas, promovido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP.

A CE no ano de 2021, chegou aos seguintes números:



32 novas denúncias recebidas;



30 denúncias aceitas para apuração;



15 denúncias em processo de investigação;



2 Acordos de Conduta Pessoal e Profissional – ACPP celebrados entre a CE/ICMBio e o agente público faltoso;



1 Censura Ética aplicada;



1 live sobre os procedimentos e a apresentação dos membros da CE/ICMBio.

3.4. ATUAÇÃO CORRREICIONAL

A Corregedoria do ICMBio é um órgão seccional introduzido na estrutura regimental do ICMBio pelo **Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020**, apresenta-se como uma das instâncias internas de integridade, atuando na atividade correcional no Instituto, que é voltada à prevenção e adoção de medidas para apuração de irregularidades, fraudes e corrupção praticadas por servidores e pessoas jurídicas.

No ano de 2021, considerando as inovações legislativas e a necessidade de atualização da norma regulamentadora dos fluxos das atividades de correção no âmbito do ICMBio e sua adequação às competências atribuídas à Corregedoria pelo **Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro 2020**, foi proposta a revisão e consolidação da **Portaria ICMBio nº 31, de 14 de janeiro de 2020**, que resultará na publicação de uma nova portaria com maior clareza e segurança jurídica em relação aos procedimentos correcionais.

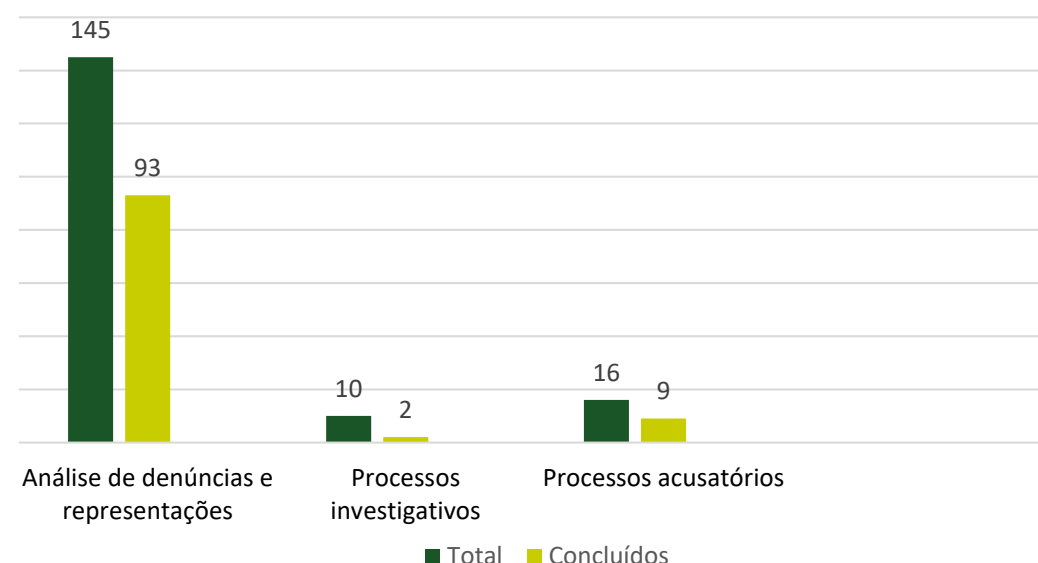
Outra importante iniciativa foi a criação da página do macroprocesso da atividade correcional na intranet do ICMBio e no Portal na internet, com repositório de conhecimento, esclarecimentos e orientações, proporcionando maior transparência quanto às atividades da Corregedoria e viabilizando aos servidores, autoridades, cidadãos e organizações privadas e do terceiro setor uma melhor compreensão sobre a atividade correcional e sobre o encaminhamento de denúncias e representações. Nesse sentido, também foi realizado, no dia 20 de agosto, evento transmitido ao vivo para os servidores do ICMBio, visando a disseminação do papel da Corregedoria.

A Corregedoria também participou da elaboração da Estratégia de Tratamento dos Autos de Infração Ambiental Prescritos sob a vigência da **Instrução Normativa ICMBio nº 06, de 2 de dezembro de 2009**, com objetivo de prevenir e corrigir deficiências nas declarações de ocorrência de prescrição da pretensão punitiva ou executória em autos de infração ambiental e nas representações contra os agentes públicos que eventualmente lhes tenham dado causa.

Destaca-se, ainda, que, de forma a atender às demandas de qualificação dos servidores de seu quadro funcional, a Corregedoria vem promovendo e incentivando a capacitação da sua equipe. Nesse sentido, promoveu o “Curso de Análise de Admissibilidade correcional”, realizado em duas turmas, uma entre 4 e 6 de agosto, e outra entre 24 e 26 de agosto, e o “Curso de Processo Administrativo de Responsabilização”, realizado em duas turmas, uma entre 29 de setembro e 1º de outubro, e outra entre 3 e 5 de novembro.

No que se refere aos processos administrativos correcionais, no ano de 2021 tramitaram na Corregedoria 16 processos disciplinares de caráter acusatório. Destes, 9 foram concluídos, sendo um de modo consensual, mediante a formalização de Termo de Ajustamento de Conduta. Além destes, outros 2 processos encontram-se suspensos por decisão judicial. Quanto aos processos de cunho investigativo, foram instaurados 10 processos no ano de 2021, dos quais 2 foram concluídos. Em relação às denúncias e representações recebidas no ano, foram analisados pela Corregedoria 145 processos de juízo de admissibilidade, dos quais 93 foram concluídos.

Processos Administrativos Correcionais



3.5. CONTROLES INTERNOS E ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

A Auditoria Interna do ICMBio executou sete trabalhos, sendo uma consultoria e seis avaliações, que cobriram atividades de todas as áreas finalísticas e também das áreas de suporte. A descrição das atividades encontra-se no [Relatório de Atividades de Auditoria Interna – RAIINT 2021](#).

A Auditoria utiliza o sistema e-aud para monitorar as recomendações derivadas das avaliações feitas. Nesse sentido, foram emitidas 117 recomendações em 2021, com prazo de vencimento até 31/12/2021. O índice de implementação das recomendações é de 0,47.

Para fortalecer a melhoria contínua de suas atividades, a Auditoria Interna implementou seu programa de qualidade – o Audit Agrega+, conforme regulamentado pelo Estatuto da Auditoria Interna, aprovado pela [Portaria ICMBio nº 942, de 14 de setembro de 2020](#). A implementação de um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade pelas unidades de auditoria interna, segundo a [Instrução Normativa CGU nº 3, de 9 de junho de 2017](#), visa promover “uma cultura que resulta em comportamentos, atitudes e

processos que proporcionam a entrega de produtos de alto valor agregado, atendendo às expectativas das partes interessadas”.

Conclusões dos órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos

Em 2021, a Controladoria-Geral da União – CGU não concluiu auditorias no Instituto, não tendo emitido recomendações. No entanto, a Auditoria Interna, em sua competência regimental de monitorar as recomendações elaboradas pelos órgãos de controle, obteve os seguintes resultados: das 10 pendentes de atendimento, 4 foram respondidas à CGU e aguardam posicionamento, 2 foram concluídas e 4 continuam em monitoramento.

Dos acórdãos elaborados pelo TCU em 2021, os que foram endereçados ao ICMBio, com recomendações ou determinações, são os seguintes:

Acórdãos com determinações/recomendações em implementação:

Acórdão 2804/2021-TCU-Plenário: expede recomendações/determinações referentes ao processo de fiscalização de desestatização que tem por objeto a concessão de serviços de apoio à visitação, à revitalização, à modernização, à operação e à manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional do Iguaçu – PNI, incluindo o custeio de ações de apoio à conservação, proteção e gestão do parque, localizado no estado do Paraná. Em resposta ao Acórdão: Encaminhado o Ofício SEI nº 1384/2021-GABIN/ICMBio.

Acórdão 1383/2021-TCU-Plenário: expede recomendações/determinações referentes ao resultado da auditoria operacional nas 334 Unidades de Conservação federais existentes nos biomas terrestres e marinhos brasileiros, sob a gestão do Poder Público, que deu sequência à auditoria realizada, em 2013, nas Unidades de Conservação federais e estaduais do bioma Amazônia, e àquelas realizada entre 2014 e 2015, quando foram avaliadas as Unidades de Conservação federais dos demais biomas brasileiros.

Acórdãos Para monitoramento ou com determinações e recomendações atendidas:

Acórdão 2825/2021-TCU-Plenário: trata-se do monitoramento dos itens 9.1 a 9.3 do Acórdão 2.472/2020-TCU-Plenário, da desestatização, na forma de concessão de serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.

Acórdão 2172/2021-TCU-Plenário: refere-se ao monitoramento das recomendações/determinações proferidas no Acórdão 498/2021-TCU-Plenário, que apreciou a fiscalização de desestatização que trata do acompanhamento do primeiro estágio referente à outorga de concessão para exploração de serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza nas Unidades de Conservação federais denominadas Floresta Nacional de Canela e Floresta Nacional de São Francisco de Paula.

Acórdão 2571/2021-Plenário: trata-se do monitoramento das deliberações prolatadas no Acórdão 1.206/2015-TCU-Plenário, decorrentes de auditoria realizada entre 2014 e 2015, com o objetivo de analisar as ações governamentais responsáveis pela implementação das políticas de conservação da biodiversidade em nível federal.

Acórdão 2871/2021-TCU-Plenário: trata-se do monitoramento das deliberações prolatadas no Acórdão 3.103/2013-TCU-Plenário, decorrentes de auditoria realizada entre 2012 e 2013, com o objetivo de avaliar as condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que as Unidades de Conservação no bioma Amazônia atinjam os objetivos para os quais foram criadas.

3.6. MEDIAÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS

O Núcleo de Estudos e Formação em Relações Humanas e Mediação de Conflitos Pessoais e Interpessoais – Mediare, que compõe o Programa de Qualidade de Vida, atuou em 2021 em 26 unidades organizacionais do ICMBio, realizando mediações, facilitações de diálogo e trabalhos com as equipes, visando a promoção de relações saudáveis entre os servidores em seu ambiente de trabalho.

Para ampliar sua capacidade de atuação, foi realizado o Curso de Formação de Mediadores Institucionais do ICMBio, que somou 92 horas de formação e capacitou 22 servidores para atuar como mediadores.

Outro foco de atuação, no último ano, foi a interlocução com as instâncias de integridade da Instituição, com a inclusão do Mediare no Programa Integra+, trazendo a experiência da recepção e tratamento dos conflitos dentro da organização, aperfeiçoando e ampliando o escopo de atuação do Programa de forma inovadora entre as organizações públicas.

Por fim, outras estratégias de atendimento foram implementadas, como a atuação consultiva junto a áreas temáticas do ICMBio, como a Coordenação de Incêndios e Programa de Gestão para Resultados, fortalecendo a atenção às relações humanas em outras instâncias institucionais.



Acervo ICMBio



4

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Parna Anavilhanas
Acervo Parna de Anavilhanas



4.1. RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 02:

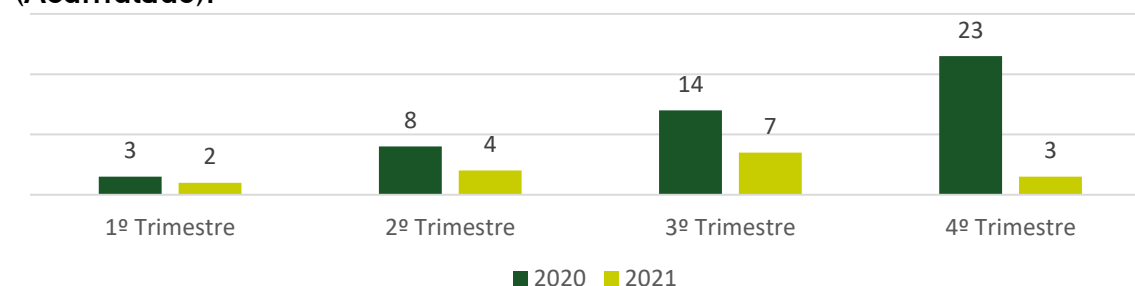
Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade e dos recursos naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos

Indicador Estratégico: Número de Planos de Manejo publicados ou revisados (acumulado)

Meta 2021

Previsto	Realizado
13	31

Número de planos de manejo publicados ou revisados (Acumulado).



Entre 2020 e 2021, dos processos de revisão e elaboração de Planos de Manejo finalizados, 31 portarias foram publicadas, sendo 19 novos Planos de Manejo, fazendo com que, atualmente, um total de 219 UCs possuam o instrumento. Já em relação às Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs, 21 delas tiveram seus Planos de Manejo publicados.

O resultado tem demonstrado o aumento da eficiência pretendida com a adoção da nova metodologia de elaboração e revisão dos Planos de Manejo, consolidada por meio da Instrução Normativa ICMBio nº 7, de 21

de dezembro de 2017 e do Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais. A implantação dessa metodologia tem melhorado a qualificação da participação social no processo de planejamento.

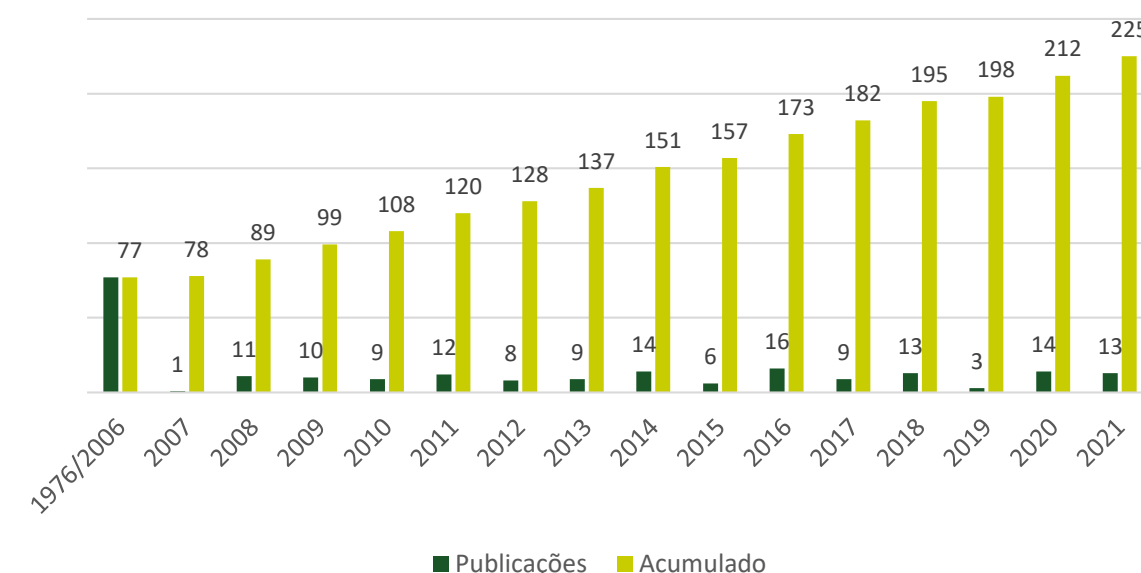
Dentro do setor produtivo, houve atuação de 42% do setor primário, que diz respeito à agricultura familiar ou extensiva, ao extrativismo, pecuária, pesca etc.; 11% do setor secundário, que corresponde à indústria; e 47% do setor terciário, que são os serviços, formais ou informais, públicos ou privados, prestados nas

Os planos de manejo – PMs são ferramentas essenciais para garantir a efetividade das UCs no desafio de, diante dos usos e conflitos inerentes aos territórios, promover a manutenção da biodiversidade. É um documento técnico, que estabelece o zoneamento e as normas para Unidades de Conservação e entorno quando couber. Ele orienta a gestão local para garantir o propósito e as significâncias da unidade, diante de recursos e valores que possuam planejamentos ou necessidade de dados levantados e priorizados.

mais diversas áreas, e as atividades comerciais. É importante ressaltar que os setores produtivos são também representados por entidades da sociedade civil ou comunitários, o que não foi contabilizado.

Nesse contexto, a participação social no planejamento dos Planos de Manejo tem-se aprimorado, especialmente no processo de mobilização dos setores de influência no território, durante programações ou oficinas prévias de escolha dos participantes para oficina do Plano de Manejo. A metodologia aplicada nessas oficinas tem gerado consonância com o contexto e com as prioridades locais das UCs.

Plano de Manejo Aprovados e Publicados



Indicador Estratégico: Número de Termos de Compromisso elaborados em Unidades de Conservação federais para gestão de interfaces territoriais com populações tradicionais

Meta 2021	
Previsto	Realizado
2	10

O Termo de Compromisso é um instrumento destinado a pactuar responsabilidades entre o ICMBio e as populações tradicionais cujos territórios coincidem com as Unidades de Conservação de proteção integral. A sua elaboração envolve ampla negociação com a representação das populações tradicionais a fim de identificar, em conjunto, quais atividades e usos podem continuar a ser realizados por elas dentro do perímetro da área protegida e, ao mesmo tempo, permitir que os objetivos dessa área sejam obedecidos.

Ao longo dos anos, o ICMBio tem firmado vários Termos de Compromisso com diferentes segmentos tradicionais. Em 2021 mesmo com a continuidade do contexto de pandemia, que restringiu as atividades em campo, foi possível ampliar o número de Termos de Compromissos elaborados para além da meta originalmente prevista. Em oito Unidades de Conservação descritas a seguir, 10 Termos de Compromisso foram elaborados, permitindo a discussão e negociação com as associações representativas das comunidades tradicionais cujos territórios mantêm interfaces com as áreas federais administradas pelo ICMBio. As unidades abrangidas foram:

- Estação Ecológica de Tamoios;
- Parque Nacional de Aparados da Serra;
- Parque Nacional Serra da Canastra;
- Parque Nacional da Chapada da Diamantina;
- Parque Nacional das Sempre-Vivas;

- Parque Nacional do Cabo Orange;
- Reserva Biológica do Lago de Piratuba; e
- Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Destaca-se, ainda, o fato de que no ano de 2021 foram assinados dois Termos de Compromisso, sendo um envolvendo o Parque Nacional de Superagui e o outro o Parque Marinho de Fernando de Noronha. Vencida a fase de elaboração, negociação e assinatura desses instrumentos, inicia-se o momento de execução e monitoramento das ações pactuadas.

Conselhos Gestores

Os Conselhos Gestores constituem as instâncias em que os membros representantes de instituições públicas e da sociedade civil definem e acompanham a execução das diretrizes de gestão das Unidades de Conservação. Definidos pela **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2001**, esses colegiados são fundamentais para que a sociedade possa participar das decisões inerentes às áreas protegidas administradas pelo ICMBio. Atualmente, mais de 85% das Unidades de Conservação federal possuem conselhos estabelecidos.

Nesse sentido, é importante registrar que o ICMBio empreendeu os esforços para o funcionamento e a manutenção dessas instâncias colegiadas de gestão das Unidades de Conservação durante o ano de 2021. Embora a vigência das restrições de contato e aglomeração tenha continuado, a realização de

reuniões virtuais permitiu, em muitos casos, dar seguimento aos trabalhos, gerando aprendizagens e experiências. Em outras situações, todavia, as barreiras na comunicação, especialmente no que se refere à qualidade do acesso à internet, impossibilitaram a realização de reuniões dos conselhos.

Educação Ambiental

De acordo com o relatório de gestão de 2020, a elaboração da proposta para o Programa Nacional de Educação Ambiental para o ICMBIO

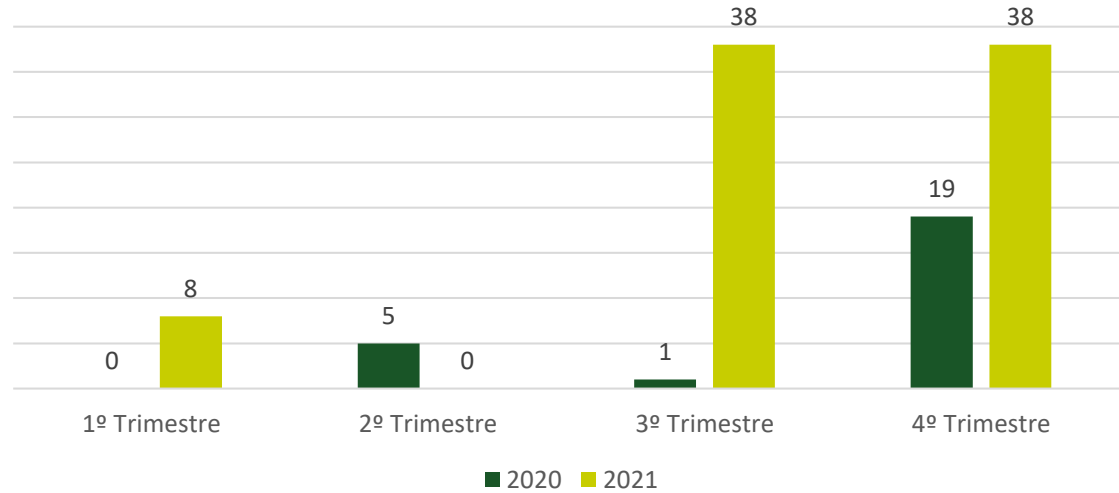
(ProEA) objetivou nortear as ações de educação ambiental nas Unidades de Conservação e nos centros de pesquisa. Todavia, essas ações, em boa medida, dependem da presença física das pessoas, ainda que algumas possam ser realizadas por meio virtual. Dessa forma, em 2021, as medidas para evitar o contato físico e a aglomeração de pessoas, somadas à redução dos recursos financeiros, impuseram ao Instituto a necessidade de priorizar a realização das atividades essenciais de manutenção das unidades, o que impactou o desenvolvimento das ações de educação ambiental originalmente planejadas.



André Bertogna de Toledo

Indicador Estratégico: Número de imóveis avaliados para fins de regularização fundiária em Unidades de Conservação	
Meta 2021	
Previsto	Realizado
30	84

Número de imóveis avaliados para fins de regularização fundiária em Unidades de Conservação.



A regularização fundiária das Unidades de Conservação constitui um dos processos mais estratégicos para a consolidação das áreas protegidas. Ela abrange uma série de processos que têm a finalidade de transferir os imóveis e as benfeitorias localizados no perímetro da área protegida para o patrimônio da Unidade de Conservação. Enquanto há propriedades privadas dentro da Unidade de Conservação, a gestão dessa área se torna incompleta. Por isso, a legislação estabelece os mecanismos de compra da terra e de indenização das benfeitorias aos legítimos proprietários. Todavia, trata-se de processos complexos que envolvem, por exemplo,

o exame da cadeia dominial de cada um dos imóveis. Enquanto no ano de 2020 as restrições impostas pela pandemia dificultaram sobremaneira a realização da avaliação dos imóveis, em 2021 foi possível ampliar as idas a campo para examinar os imóveis rurais, tomando-se todos os cuidados necessários. Registra-se, ainda, a continuidade das outras ações de consolidação territorial. Com relação à desapropriação de imóveis rurais dentro das Unidades de Conservação, conforme o quadro abaixo, houve a aplicação de quase R\$ 5 milhões, beneficiando 6 Unidades de Conservação.

Áreas desapropriadas e valores de indenização

Unidade da federação	Unidade de conservação	Valor (R\$)	Área (ha)	Regularização
Minas Gerais	PARNA Serra da Canastra	218.650,31	3,01	Desapropriação judicial
Santa Catarina	PARNA das Araucárias	173.972,68	10,08	Desapropriação administrativa
Minas Gerais	PARNA Serra da Canastra	4.488.661,89	745,87	Desapropriação administrativa
Rio de Janeiro e São Paulo	PARNA Serra da Bocaina	-	70,20	Desocupação
Rio de Janeiro	PARNA da Restinga de Jurubatiba	61.651,76	24,61	Desapropriação administrativa
Pará	REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	-	67,61	Desocupação
Totais		4.942.936,64	921,38	

A compensação da reserva legal em Unidades de Conservação é uma das modalidades de regularização ambiental franqueada pelo Código Florestal aos detentores de imóveis rurais que estejam em déficit de reserva legal. Por meio da compensação, o proprietário de imóvel que não possuir condições para recompor a reserva legal dentro do perímetro do seu imóvel pode adquirir áreas particulares localizadas no interior das Unidades de Conservação e transferi-las, em seguida, para o patrimônio público. Uma das atividades prévias para a realização dessa modalidade é a certificação dos imóveis rurais, o que exige o

trabalho de análise dominial e georreferenciamento de acordo com a **Instrução Normativa nº 5 de 10 de março de 2016**. Dessa forma, a compensação de reserva legal é um instrumento que contribui para a regularização fundiária das Unidades de Conservação. Com relação à sinalização e demarcação das Unidades de Conservação, destacam-se, no período:

- 6 análises e refinamentos;
- 11 sinalizações;
- 13 demarcações.

Indicador Estratégico: Número de instrumentos de ordenamento do uso de recursos naturais em Unidades de Conservação de uso sustentável viabilizados no ano

Meta 2021

Previsto	Realizado
11	21

Progressivamente, durante o ano de 2021 foi possível ampliar a viabilização dos diferentes instrumentos de ordenamento do uso dos recursos naturais em Unidades de Conservação de uso sustentável, superando-se a meta ajustada. Constituem esses instrumentos, por exemplo, os Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, os Planos Operacionais Anuais – POAs e as Autorizações de Extração Florestal – AUTEX.

Dentre os quatro objetivos legais do ICMBio, conforme a **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007**, está o de promover o uso sustentável e o fortalecimento do extrativismo das comunidades tradicionais nas Unidades de Conservação de uso sustentável. Para cumpri-lo, são executadas diversas estratégias para aprimorar a produção, o beneficiamento e a comercialização de produtos de base comunitária.

Nessa perspectiva, o ICMBio, juntamente com os parceiros e as associações representativas das comunidades, tem empreendido esforços para o manejo sustentável do pirarucu (*Arapaima gigas*). As principais ações se referem à organização social e produtiva das famílias e à ampliação do mercado consumidor que reconheçam e valorizem os produtos oriundos do uso sustentável das florestas e das águas em áreas protegidas.

Salienta-se, ainda, a implementação de estratégias de promoção do pirarucu manejado pelas comunidades tradicionais em áreas protegidas, buscando a ampliação de mercados consumidores com a valorização e reconhecimento de sua importância socioeconômica e dos serviços ambientais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 06:

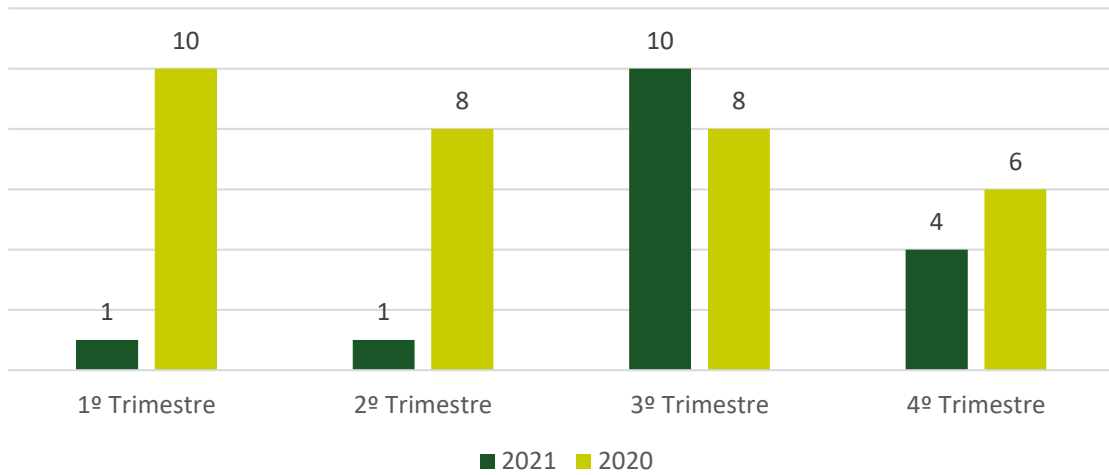
Viabilizar os serviços ambientais para promover o desenvolvimento sustentável, em especial em áreas protegidas e comunidades locais

Indicador Estratégico: Número de editais de delegação de serviços de uso público publicados (acumulado)

Meta 2021

Previsto	Realizado
15	15

Número de editais de delegação de serviços de uso público publicados (Acumulado).



O número de editais de delegação de serviços publicados, em 2021, bateu a meta prevista e fechou o ano com 15 editais que credenciaram novos prestadores de serviços a operarem nas Unidades de Conservação federais de diversas categorias e de todas as regiões do Brasil.

Ainda em 2021, foram elaboradas e publicadas duas normativas que proporcionaram a desburocratização e o ganho de escala nas delegações

de serviços na modalidade Autorização, sendo elas: Instrução Normativa nº 2 – GABIN/ICMBIO, de 26 de maio de 2021, que dispõe sobre procedimentos para planejamento e gestão da atividade de escalada em rocha nas Unidades de Conservação federais; e Instrução Normativa nº 4 – GABIN/ICMBIO, de 10 de junho de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos para realização da atividade de voo livre em Unidades de Conservação federais.



Miguel von Behr

Indicador Estratégico: Número de Unidades de Conservação com visitação monitorada (acumulado)	
Meta 2021	
Previsto	Realizado
138	148

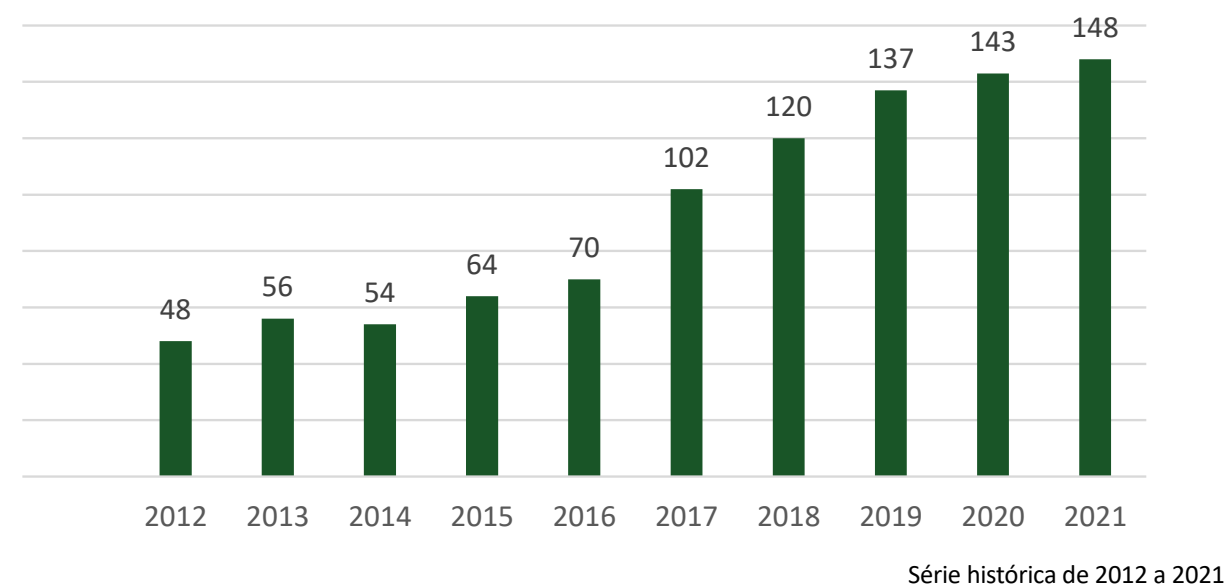
Tendo em vista a categoria de manejo e suas características cênicas, naturais, culturais e sociais, todas as Unidades de Conservação sob a responsabilidade do ICMBio possuem vocações e aptidões para diversas experiências de visitação, sejam elas de recreação em contato com a natureza, de visitação educacional, religiosa ou cultural.

Esse indicador reflete a capacidade institucional para realizar tal monitoramento no sistema

federal. Em 2021, pelo menos 148 das 334 Unidades de Conservação federais existentes monitoraram suas visitas.

Essa quantidade ainda é considerada, pelo Instituto, abaixo do ideal, mas ainda assim é um resultado positivo, pois indica crescimento do esforço institucional quando comparado com o início da série histórica, gráfico a seguir.

Quantidade de UCs que monitoram a visitação



Alinhadas ao objetivo estratégico, ações como capacitação de equipes das UCs e busca ativa por dados e aprimoramento dos processos e procedimentos, somadas ao esforço das equipes locais em cada UC na realização do

monitoramento, refletem positivamente nesse indicador. Resultando em incremento no número de Unidades de Conservação a monitorar a visitação nos últimos anos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 07:

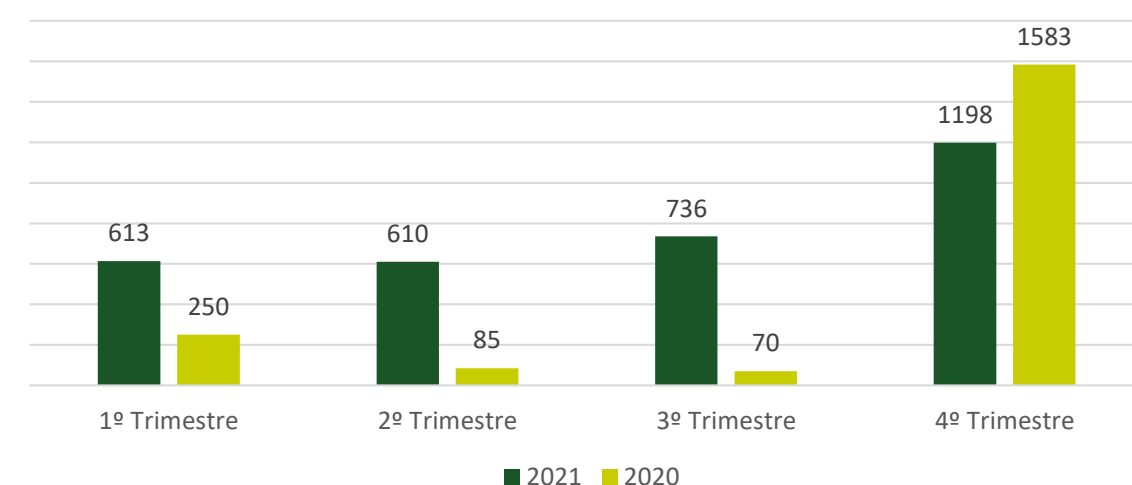
Promover a conservação e o manejo de espécies com base em iniciativas que prezem os diversos usos sustentáveis da biodiversidade nacional

Indicador Estratégico: Número de espécies e subespécies avaliadas no período	
Meta 2021	
Previsto	Realizado
3500	3123

A avaliação do risco de extinção das espécies da fauna brasileira é o processo técnico-científico que subsidia a atualização da Lista Nacional de Espécies ameaçadas de Extinção pelo Ministério do Meio Ambiente. Em 2021, foi avaliado o risco de extinção de 3.123 espécies e subespécies da fauna brasileira em 34 oficinas na modalidade virtual e em uma oficina realizada presencialmente. Vale ressaltar que a meta estipulada originalmente para o ano, de avaliar cerca de

3.500 espécies era viável. Entretanto, devido à continuação da pandemia da Covid-19 e, consequentemente, a impossibilidade de realização de oficinas presenciais ao longo de todo o ano, foi necessário continuar as oficinas por meio de videoconferências. Conforme pode ser observado no gráfico a seguir, o resultado obtido foi consideravelmente superior ao atingido em 2020, apesar de terem persistido as restrições observadas naquele ano.

Número de espécies e sub-espécies avaliadas no período.



Indicador Estratégico: Percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção com Planos de Ação Nacional – PAN**Meta 2021**

Previsto	Realizado
75%	75%

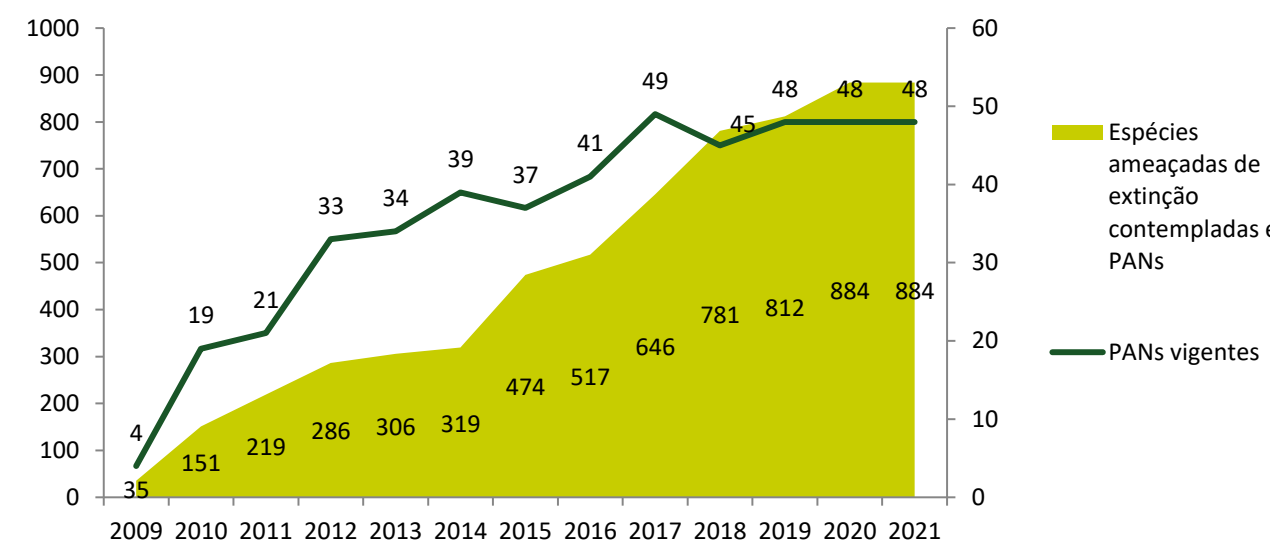
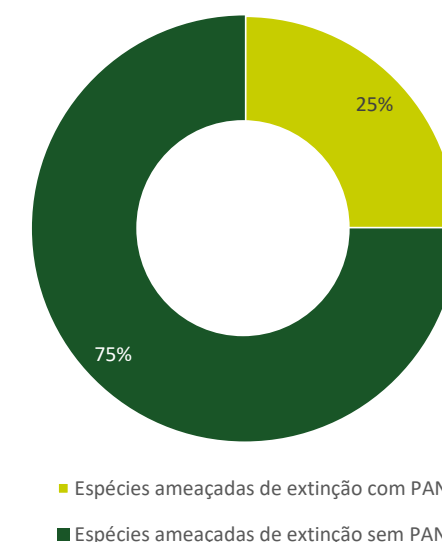
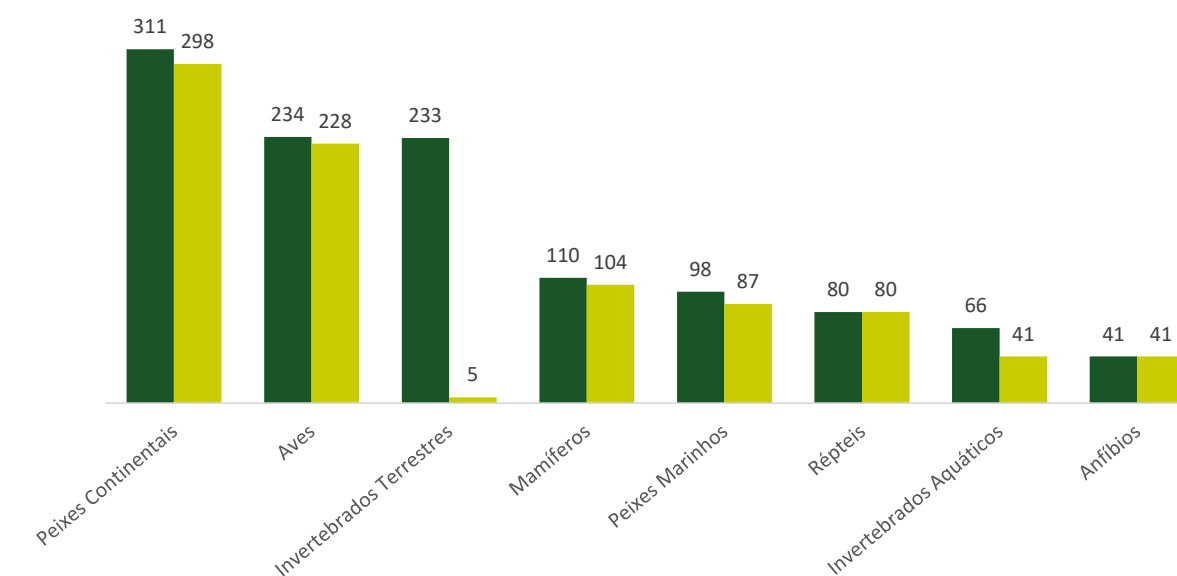
Os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs são instrumentos de gestão, construídos de forma participativa, visando ao ordenamento e a priorização de ações para a conservação da biodiversidade e de seus ambientes naturais, com um objetivo estabelecido a ser alcançado em um horizonte temporal definido. São ferramentas que possuem, em sua essência, a participação e o envolvimento de diversos setores da sociedade, tais como: universidades e instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais, sociedade civil organizada, setor

Atualmente, das 1.173 espécies da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção, 884 (75%) estão contempladas em 48 PANs em execução.

privado, representantes de povos e comunidades tradicionais e, quando pertinente, pessoas físicas (IN ICMBio n. 21/2018, art. 12. § 1º).

Diante dos impactos decorrentes da pandemia pela Covid-19, destacaram-se a adaptação, a criatividade e a inovação dos centros nacionais de pesquisa e conservação do ICMBio, para garantir o engajamento de parceiros de forma virtual. Assim, ao longo do ano, 33

PANs foram monitorados, e quatro planos estão na fase de elaboração (Aves do Cerrado e Pantanal – 2º ciclo; Cavernas do Brasil, Insetos Polinizadores e São Francisco – 2º ciclo).

Espécies ameaçadas de extinção contempladas em PANs**Espécies Ameaçadas de Extinção Contempladas em PANs****Espécies ameaçadas de extinção contempladas em PANs por grupo taxonômico****Capacitação, aprimoramento da ferramenta e integrações**

Em 2021, foi iniciada a implementação do Plano de Ação para atendimento das recomendações da auditoria interna sobre “Avaliação da Governança do Processo de Elaboração/Alteração dos Planos de Ação Nacional (PAN)”. O planejamento contém 18 ações que serão implementadas até 2023.

Em busca do aprimoramento da ferramenta PAN por meio da capacitação dos colaboradores do ICMBio, a turma piloto de 2021 do curso Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção: da concepção à gestão do ICMBio, foi desenvolvida na modalidade a distância, com carga horária de 40 horas, e contou com a participação de 14 educandos selecionados que atuam ou já atuaram com a ferramenta. Não houve pedidos de cancelamento da inscrição ou

desistência. Diante dos bons resultados, turmas regulares do curso serão implementadas.

Houve também avanço em articulação interinstitucional. Com o apoio da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, foram realizadas cinco reuniões regionais envolvendo mais de 70 colaboradores de órgãos estaduais em busca da sinergia das ações de conservação para a fauna ameaçada de extinção.



Outro avanço na estratégia de comunicação e divulgação dos PANs foi a articulação de uma edição temática da revista de divulgação científica do ICMBio, **Biodiversidade Brasileira (Bio-Brasil)**, sobre a metodologia e os resultados de estudos relacionados aos PANs, que poderão

Comunicação e divulgação dos PANs

Para a estratégia de divulgação e transparência, destacam-se a disponibilização dos dados no **Portal Brasileiro de Dados Abertos** e a atualização contínua das **páginas dos PANs no portal do ICMBio**, no ambiente gov.br. Além disso, foram publicados os sumários dos PANs: **Aves dos Campos Sulinos**, **Peixes Amazônicos**, **Sauim-de-coleira** e **Soldadinho-do-araripe**.

ser debatidos a fim de promover reflexões relevantes para toda a sociedade. A chamada foi amplamente divulgada entre os centros nacionais de pesquisa e conservação do ICMBio e parceiros dos PANs.



Araquém Alcântara

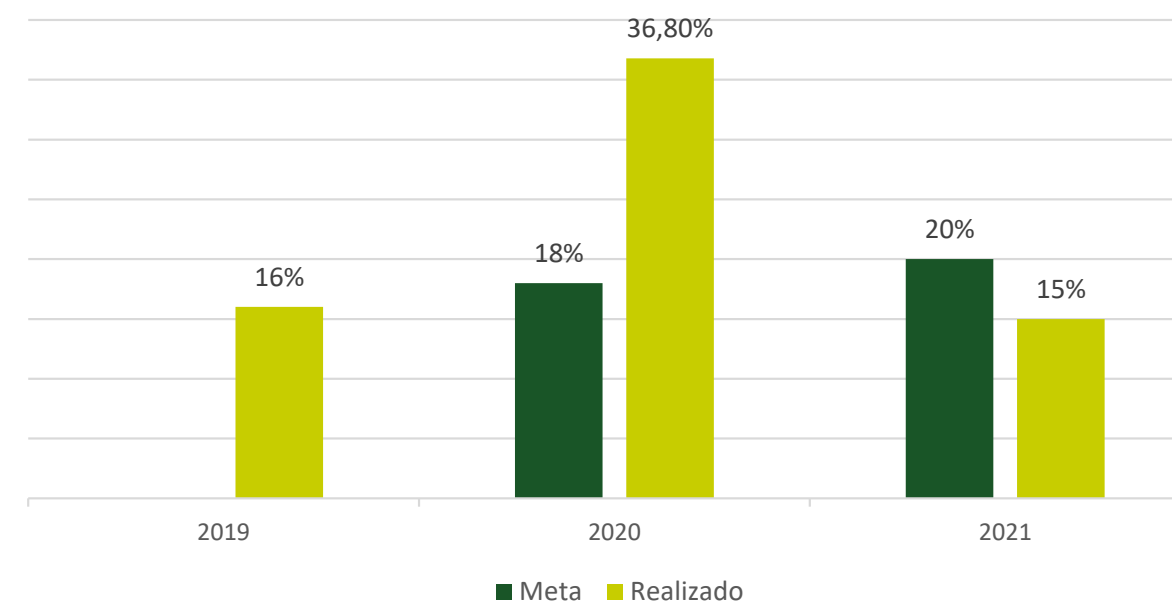
OBJETIVO ESTRATÉGICO 09:

Promover o licenciamento ambiental federal, como mecanismo de desenvolvimento sustentável do País

Indicador Estratégico: Percentual de respostas nos processos de autorizações para o licenciamento ambiental cumprindo o prazo

Meta 2021	
Previsto	Realizado
20%	15%

Demandas Atendidas no Prazo



O procedimento de Autorização para o Licenciamento Ambiental – ALA é uma parte do licenciamento ambiental e visa avaliar os impactos dos empreendimentos que possam afetar Unidades de Conservação federais.

No ano de 2021, a meta de 20% foi um acréscimo gradual do ano anterior, de 18%, uma vez que diversos fatores influenciam no prazo de resposta. O resultado alcançado foi

de 15% das autorizações para o licenciamento ambiental emitidas cumprindo o prazo normativo, sendo três autorizações de um total de 20 para os documentos emitidos pela Sede. Ressalta-se que o número de autorizações varia entre um ano e outro, pois são demandas externas, por solicitação dos órgãos licenciadores; contudo, a resposta ofertada dentro do prazo legalmente previsto gera credibilidade na prestação do serviço à comunidade.

O prazo normativo para manifestação no processo de licenciamento ambiental é de 60 dias, conforme previsto na **Resolução Conama nº 428/2010** e na **Instrução Normativa nº 10/GABIN/ICMBIO, de 17 de agosto de 2020**, sendo um prazo exíguo para a complexidade do tema. A dificuldade de atendimento do prazo de resposta nesse procedimento, então, relaciona-se principalmente à diversidade de setores que se manifestam nesse prazo, já que os processos tramitam no protocolo, nas Unidades de Conservação, na Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO, no Gabinete da Presidência, Comitê Gestor, dentre outros, até a assinatura e expedição da autorização.

Tendo em vista esses fatores, um dos esforços para a melhoria na eficiência do procedimento foi o lançamento de dois sistemas: o Obtenção de Autorização para o Licenciamento Ambiental – ALA e o Sistema para Obtenção de Autorização para o Licenciamento Ambiental – Soala.

O ALA está hospedado na Plataforma da Cidadania Digital, no portal Gov.br; e o Soala, em servidor próprio do ICMBio, sendo os dois totalmente integrados. Os sistemas foram desenvolvidos para a implantação do Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais – o ALA foi

O procedimento de Autorização para o Licenciamento Ambiental (ALA) é uma parte do licenciamento ambiental e visa avaliar os impactos dos empreendimentos que possam afetar Unidades de Conservação federais.

adaptado para a operação do fluxo processual das etapas de análise preliminar e normativa, já o Soala foi projetado para o desenvolvimento da análise técnica e da análise de conformidade, de modo a automatizar a análise no âmbito do procedimento de autorização para o licenciamento ambiental, e são ferramentas para melhoria e controle do fluxo processual, qualificação da análise técnica e maior eficiência do procedimento de autorização.

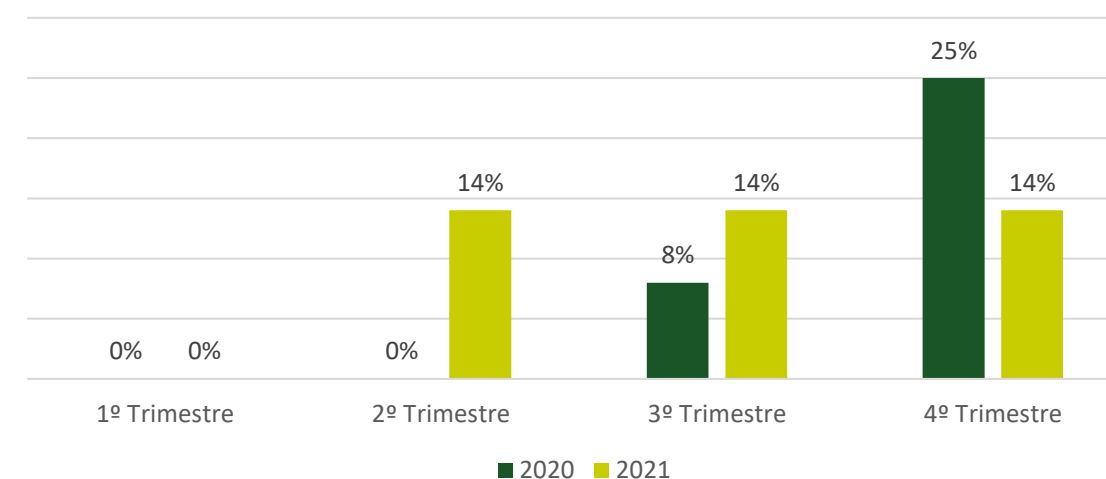
OBJETIVO ESTRATÉGICO 11:

Promover a conservação e a recuperação da vegetação nativa, reduzir o desmatamento ilegal e os incêndios florestais

Indicador Estratégico: Percentual de Unidades de Conservação federais com Planos de Manejo Integrado do Fogo

Meta 2021	
Previsto	Realizado
30%	14%

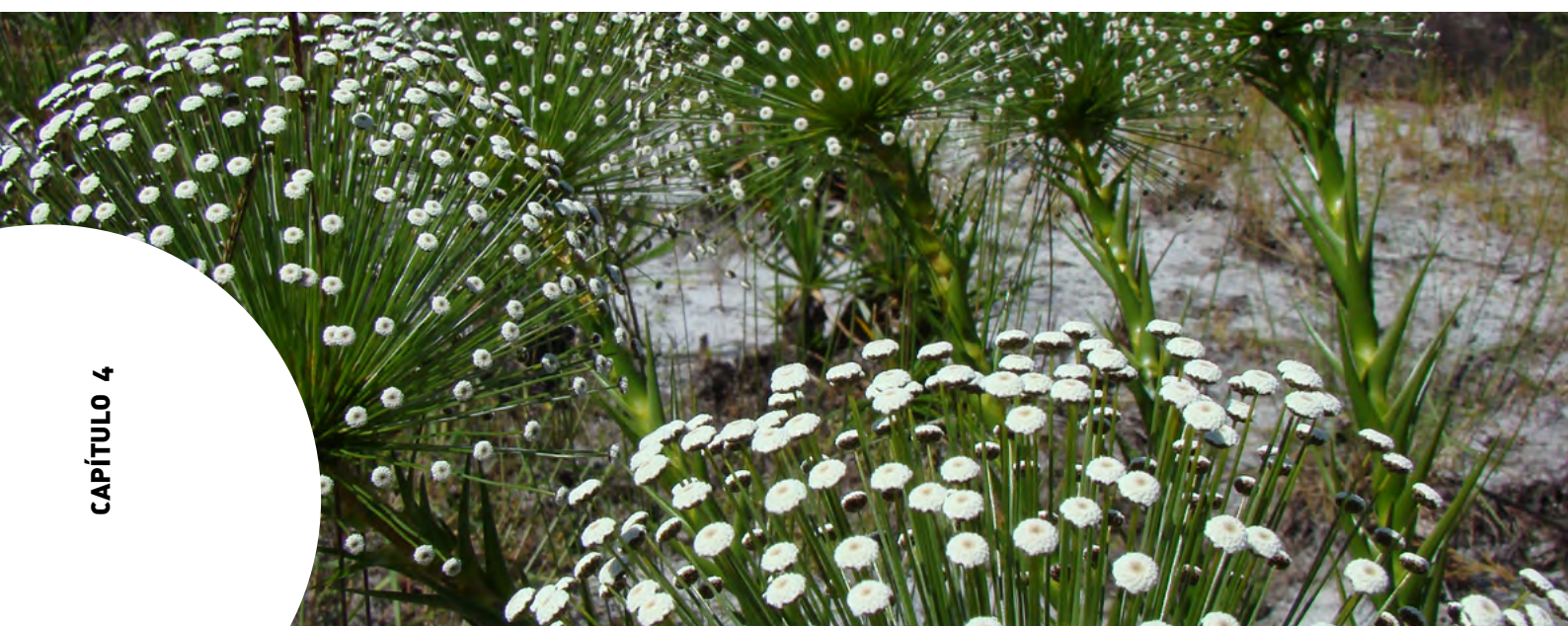
Percentual de unidades de conservação federais com Planos de Manejo Integrado do Fogo.



Plano de Manejo Integrado do Fogo é um instrumento entendido como planejamento específico do Plano de Manejo, utilizado para organizar as ações de prevenção e combate a incêndios florestais. Vale ressaltar que manejo integrado do fogo é uma abordagem que considera aspectos ecológicos, socioculturais e técnicos, e propõe o uso de queimadas controladas no início do período de seca, com vistas a garantir a conservação e o uso sustentável de ecossistemas. O objetivo é mostrar que o fogo pode ter impactos negativos e positivos, a depender de como, onde, quando e do porquê é utilizado, apresentando-se como uma estratégia

para a redução de incêndios e para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Mesmo com o não atingimento da meta de 30% das Unidades de Conservação federais em 2021, o Instituto realizou incrementos na área, com a contratação de mais de 1.300 brigadistas para atuarem de maneira exclusiva em ações de prevenção e combate a incêndios florestais nas UCs. Nesse período, foram queimados mais de 200.000 hectares de vegetação, na forma de queimas prescritas para fragmentação de material combustível vegetal e proteção de vegetações sensíveis ao fogo,



Nelson Yoneda

objetivando a diminuição da área atingida por incêndios, o que foi alcançado.

Os investimentos ocorreram também na aquisição de novos equipamentos para utilização nas ações de prevenção e combate a incêndios florestais, como: viaturas Auto Bomba Tanque Florestal – ABTFs, caminhonetes 4x4 e veículos Can-Am Off-Road – UTV, adaptados para combate a incêndios florestais.

Em que pese o não atingimento da meta, cumpre ressaltar que houve significativa redução da área atingida por incêndios florestais em Unidades de Conservação federais, de 24% em relação ao ano de 2020. É possível associar

esse resultado às ações preventivas, de conscientização ambiental, novas contratações, continuidade dos processos de capacitação de servidores, maior agilidade na pronta resposta aos incidentes, entre outros.

Nesse período, houve um esforço grande por parte do Instituto no ano de 2021 para institucionalização dos PMFIs, com a elaboração de uma Instrução Normativa específica, em fase final de análise pela Procuradoria Federal e com a elaboração de um Roteiro Metodológico para melhor orientar os gestores. Os dois instrumentos possuem previsão de publicação para o próximo ano.



Fernando Tatagiba

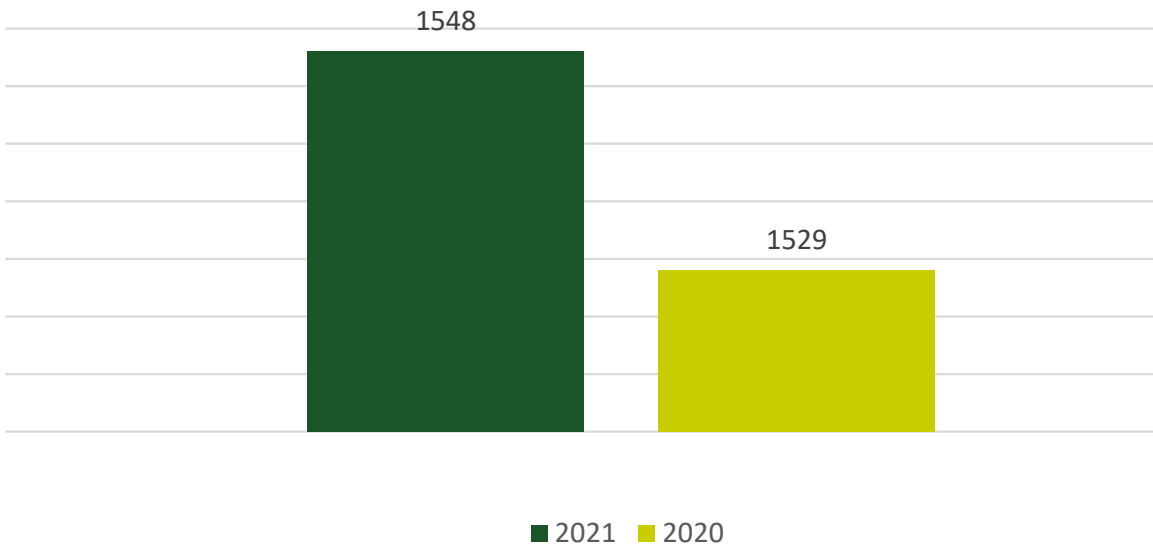
OBJETIVO ESTRATÉGICO 12:

Implementar processos de formação e capacitação em temáticas ambientais e induzir práticas de responsabilidade ambiental em consonância com o desenvolvimento socioeconômico

Indicadores estratégicos:

Indicador Estratégico: Número de vagas ofertadas pelo Programa Voluntariado para atividades voluntárias no período	
Meta 2021	
Previsto	Realizado
1.000	1.578

Número de vagas ofertadas pelo Programa Voluntariado para atividades voluntárias no período.



O Programa Voluntariado foi instituído pelo ICMBio como mecanismo voltado a valorizar o engajamento e a colaboração de cidadãos em diversas atividades inerentes às Unidades de Conservação e aos centros de pesquisa. Por meio dele, os voluntários recebem o suporte para o desenvolvimento das distintas iniciativas. São realizadas capacitações, atividades de campo e a aproximação entre os servidores das áreas e as pessoas que se dispõem de seu tempo para apoiar a conservação ambiental.



O Programa Voluntariado vem se constituindo como um instrumento relevante de interação entre a comunidade local e as Unidades de Conservação. A oferta de vagas pelas unidades geridas pelo ICMBio continuou a ocorrer, muito embora o contexto de pandemia e as

dificuldades orçamentárias tenham levado ao ajuste da meta no transcorrer do ano. Assim mesmo, foi possível superá-la, o que sugere que o Programa possui grande aceitação por parte da gestão das unidades, como também da própria comunidade.



Marco Sarti

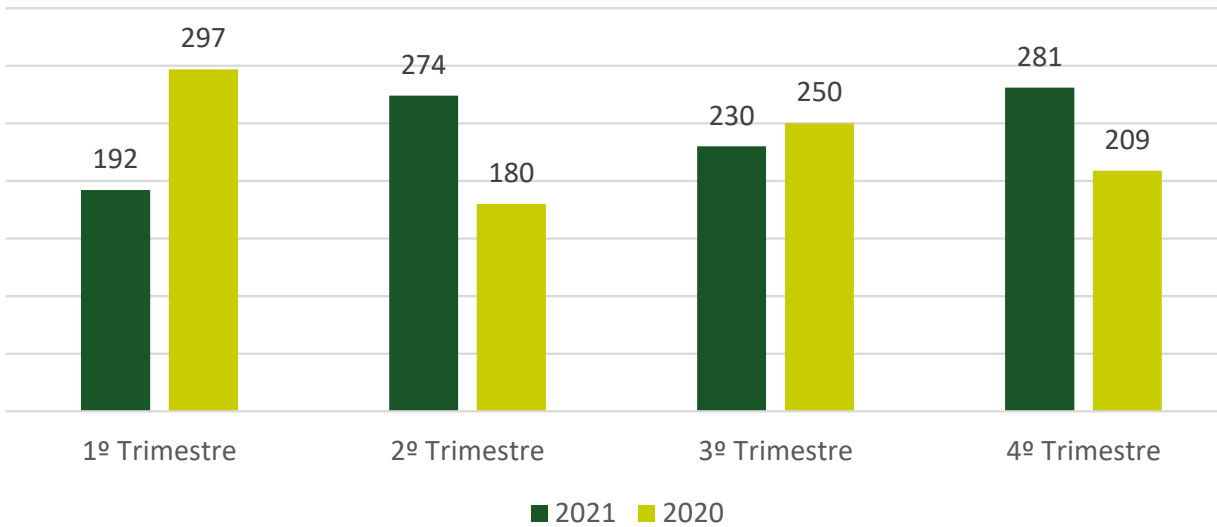
Objetivo Estratégico 13:

Aprimorar a regulação e a efetividade dos instrumentos de controle e fiscalização ambiental

Indicador Estratégico: Número de ações de fiscalização ambiental executadas em Unidades de Conservação

Meta 2021	
Previsto	Realizado
684	977

Número de ações de fiscalização ambiental executadas em unidade de conservação.



Observa-se que, apesar de o ano de 2021 ter apresentado alguns desafios para a fiscalização, como a pandemia da Covid-19, o número de ações de fiscalização ambiental executadas de 977 manteve-se em uma escala crescente. O

resultado demonstra a capacidade organizacional do Instituto para a manutenção das ações, a participação e o *feedback* das Unidades de Conservação, e o empenho da fiscalização no combate aos ilícitos ambientais e proteção das unidades.

Acervo ICMBio

Fiscalização em números:

1.886 Autos de infração aplicados

832 Embargos

1.786 Multas simples

2.371 Bens apreendidos



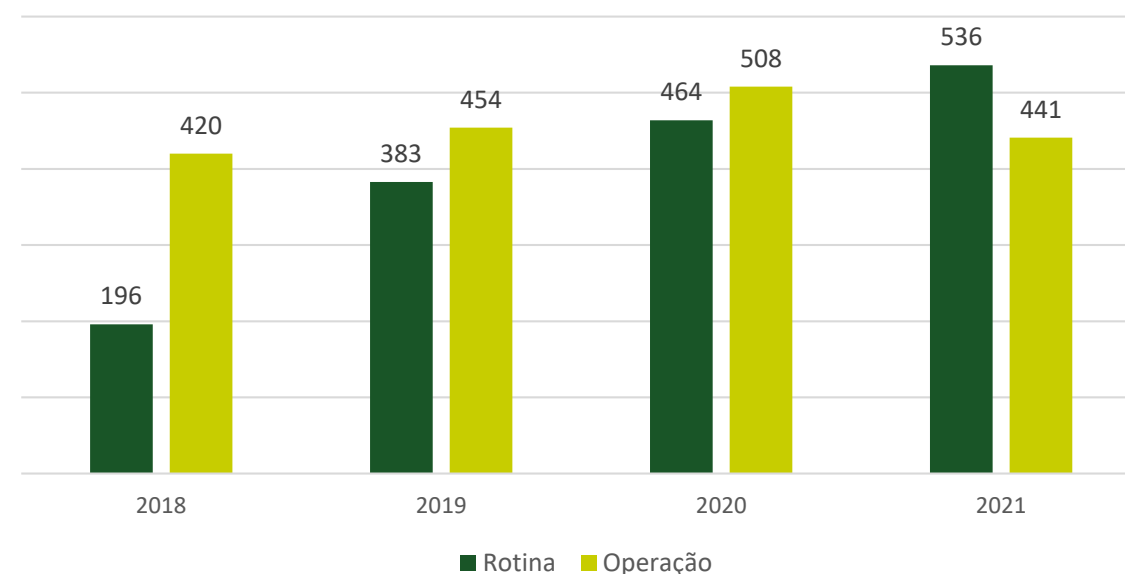
A principal estratégia de fiscalização do ICMBio é aumentar a presença institucional nas UCs, fortalecendo as equipes locais e apoiando ações rotineiras, a fim de fazer uma proteção adequada das unidades, tendo como parâmetro a conservação das áreas protegidas.

Com a finalidade de implementar as estratégias institucionais, as ações de fiscalização do ICMBio podem ser classificadas em dois tipos: rotina e operação. As ações de rotina são atividades que exigem menor logística para execução, com frequência regular e geralmente, com equipe local. Já as operações são ações mais complexas,

seja por questões técnicas ou de logística, que necessitam de planejamento mais minucioso quanto à operacionalização e aos custos, podendo ser necessário o recrutamento de pessoas de outras instituições e de servidores de outras localidades.

Em 2021, observa-se que as ações de rotina ganharam força, aumentando a presença em campo e demonstrando que as equipes locais têm se comprometido cada vez mais no desenvolvimento de suas atividades e no *feedback* dos resultados dessas ações.

Rotina x Operação



Em 2021, para arcar com as atividades gerenciais do setor, bem como atender às demandas de fiscalização emergenciais, realizar a aquisição de material controlado, apoiar a capacitação e descentralizar os recursos necessários para operacionalização das ações de fiscalização, o Instituto obteve pouco mais de dez milhões de reais de recursos orçamentários. Cabe pontuar que esse valor representa um

acréscimo de 137%, quando comparado ao ano anterior.

Isso fez com que, apesar de o ano de 2021 ter apresentado alguns desafios para a fiscalização, o número de ações de fiscalização ambiental executadas foi significativamente maior do que a meta prevista para as ações executadas nas UCs federais.



Bruno Bimbato

OBJETIVO ESTRATÉGICO 14:

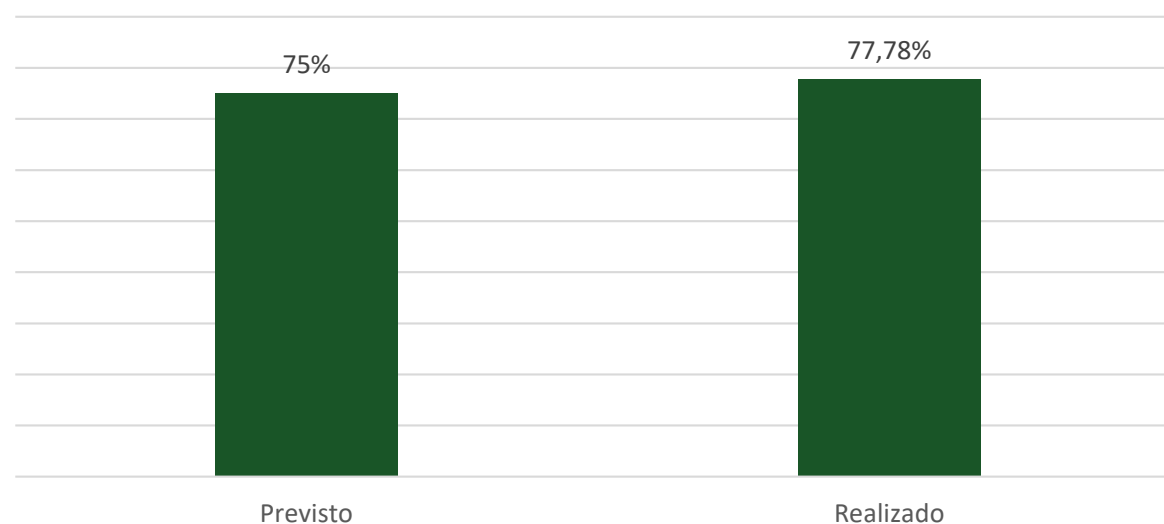
Gerar e disseminar dados, informações e conhecimentos técnicos e científicos acerca do meio ambiente

Indicador Estratégico: Percentual de implementação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio

Meta 2021

Previsto	Realizado
75%	77,78%

Porcentagem de Implementação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade



O Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora, caracteriza-se por ser de longa duração, voltado ao monitoramento do estado de conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos associados, como subsídio à avaliação da efetividade de conservação do sistema de Unidades de Conservação, à adaptação às mudanças climáticas e ao uso e manejo dos recursos naturais nas Unidades de Conservação.

Em 2020, o indicador estratégico era “número de UCs que implementam o Programa Monitora (acumulado)”, mas o indicador não contemplava os esforços de manutenção das ações de monitoramento da biodiversidade nas UCs e, por isso, propusemos e implementamos o novo indicador “% de implementação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade” que agrega informações de novas UCs no Programa Monitora (expansão)

e a garantia de execução das atividades de monitoramento, conforme o planejamento previsto (operacionalização das ações de monitoramento). O novo indicador atribui maior peso à execução das atividades de monitoramento em relação ao número de novas UCs no Programa. Portanto, a partir de sua análise, podemos avaliar se a expansão do Programa em novas UCs tem sido acompanhada da garantia de manutenção da qualidade da implementação do Programa nas UCs já participantes.

Em 2021, o ICMBio fortaleceu e ampliou o Programa Monitora. O ano de 2020 encerrou-se com 94 Unidades de Conservação; e o de 2021, com 110 UCs. Além da inclusão de UCs que realizavam o monitoramento da biodiversidade, conforme os protocolos do Programa, mas que não constavam em nas estatísticas, 12 novas UCs ingressaram em 2021.

Dentre as 110 Unidades de Conservação participantes, oito estão com algum problema na execução dos protocolos e requerem atenção especial no acompanhamento e retomada das atividades, mas são 86 UCs em plena operação, ou seja, realizando as amostragens, conforme planejado; 16 em implantação, com atividades de planejamento e implantação de estações amostrais. Sobre as UCs com problemas na execução, têm sido mapeados, junto aos centros nacionais de pesquisa e conservação e com as equipes locais de gestão, os motivos da interrupção das atividades e estão sendo pactuados, caso a caso, estratégias para retomar o Programa Monitora. Em geral, registram-se problemas vinculados ao cenário de pandemia e de desestruturação das equipes locais envolvidas com a atividade de monitoramento.

O Instituto tem envidado esforços no sentido de promover capacitações e oficinas, para atender ao crescente número de adesões ao Programa Monitora, de novas UCs, em diferentes ambientes. Ao longo de 2021 foram realizados eventos de capacitação, oficinas e reuniões. Dentre eles, os principais cursos oferecidos foram:

- Oficina Virtual de Integração do Programa Monitora, que ocorreu nos dias 1º e 2 de junho de 2021;
- Seminário virtual Internacional Monitoreo de la Biodiversidad dentro do Proyecto de Cooperación Trilateral entre Ecuador, Brasil e Alemanha, Consolidación de la Investigación Científica para el Fortalecimiento del Monitoreo de la Biodiversidad –CoTriBio, no período de 6 de maio a 22 de junho de 2021;
- Encontro dos Saberes da RESEX Médio Juruá e RDS Uacari, realizado de forma virtual entre os dias 10 a 15 de novembro de 2021, em Carauari/AM;
- Curso de Monitoramento Participativo da Pesca Artesanal para a região norte/litoral amazônico – híbrido: virtual entre 19 a 22 de outubro, e presencial nos 3 NGIs (NGI Salgado Paraense, 16 e 17/11; NGI Bragança, 18 e 19/11; NGI São Luís, 2 e 3/12);
- XIV Curso de Capacitação do Programa Monitora – Componente Florestal e componente Campestre e Savânico, 22 a 29 de outubro de 2021 Florestal na FLONA Carajás, de forma presencial;
- Capacitação presencial de monitores do Programa Monitora voltada aos protocolos básicos dos alvos globais do componente Florestal do Subprograma Terrestre na Floresta Nacional Tapajós, Belterra/PA, no período de 19 de dezembro a 23 de dezembro de 2021;
- Curso virtual de monitoramento participativo e ecossistêmico da pesca artesanal (APA Baleia Franca). Período de março a dezembro de 2021;
- Curso de Introdução à Conservação da Biodiversidade, de 1º de outubro a 5 de novembro 2021, Turma Piloto, no Ambiente de Aprendizagem Virtual – AVA do ICMBio, que é a plataforma de Educação a Distância – EaD da instituição;

- i. Curso EaD Fundamentos do Monitoramento da Biodiversidade, de 8 de novembro a 10 de dezembro de 2021, Turma Piloto, AVA/ICMBio;
- j. Oficina virtual com gestores de UCs, centros nacionais de pesquisa e conservação e pesquisadores externos ao ICMBio para iniciar o processo de seleção de alvos e indicadores para o componente Ilha do Programa Monitora, nos dias 19 e 20 de maio de 2021;
- k. Curso virtual do Processo Formativo III- Protocolos de Monitoramento: Monitoramento da Biodiversidade em Ambientes Campestres e Savânicos (Alvo Global), entre os dias 13/10/2021 e o dia 03/12/2021, na plataforma AVA; e
- l. Capacitação Virtual de atualização do Automonitoramento da Pesca na RDS Itatupã-Baquiá em Gurupá/PA, realizada entre 17 e 30 de novembro de 2021.

Foram distribuídos, aproximadamente, 77 kits de uniformes (bonés, sacoletes, camisas, coletes de monitor e *bottons*) às Unidades de Conservação federais que participam do Programa e centros nacionais de pesquisa e conservação a fim de melhor identificá-los em atividades em campo, assim como nas capacitações.

Em 2021, houve a revisão e o envio, à Escola Nacional de Administração Pública – Enap, do conteúdo e dos exercícios do curso Monitoramento da Biodiversidade: Gestão, Análise e Síntese de Dados. A revisão do curso foi feita a partir das contribuições enviadas pela turma

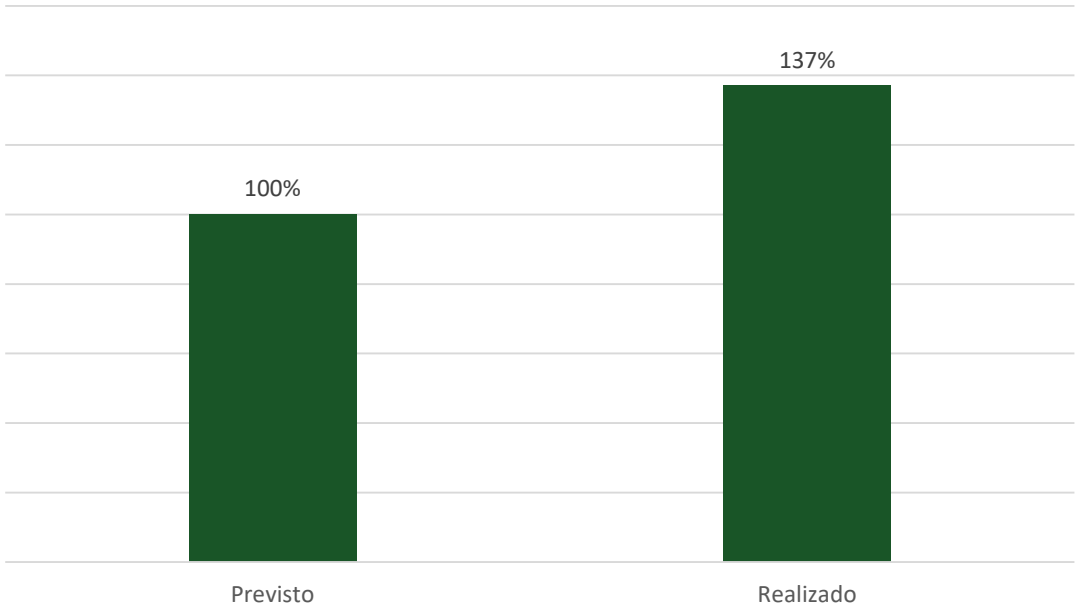
piloto. As sugestões apontaram melhorias e correções no conteúdo e na forma dos textos, bem como nos exercícios. Essas sugestões agregaram qualidade ao material e contribuíram para sua melhor adequação ao público-alvo do curso. O curso segue disponível na plataforma da Enap

Em maio de 2021, foi lançado o Edital 0001/2021 – Seleção de Voluntários – da Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade e selecionados 8 voluntários, sendo 4 para trabalhos no período de 14 de junho a 11 de outubro de 2021 e 4 para o período de 18 de outubro de 2021 a 18 de março de 2022. As atividades desenvolvidas por eles são: criar perfil público para o Programa Monitora em redes sociais e aplicativos de *podcast* atualizar os perfis públicos do Programa Monitora nas redes sociais, elaborar documentos para divulgação sobre as ações do Programa Monitora, editar imagens para divulgação sobre as ações do Programa Monitora. Diante disso, foi criado o canal do Programa Monitora do Spotify com *podcast* e o perfil no Instagram [@programamonitora_icmbio](#).

A ideia do *podcast* surgiu devido a uma demanda de nivelamento de informações entre os participantes do Programa e pela necessidade de divulgá-lo para a sociedade em geral. O *podcast* se propõe a convidar pessoas envolvidas com o Programa em diversas fases do seu desenvolvimento, assim como os pontos focais que atuam nas Unidades de Conservação e centros, dando voz a eles e criando, a longo prazo, um acervo de depoimentos com as mais diversas experiências dos monitoramentos das UCs.

Indicador Estratégico: Percentual de implementação do Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio	
Meta 2021	
Previsto	Realizado
60%	131%

Percentual de implementação anual do Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio



O Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio – PEP ICMBio foi instituído pela **Portaria n. 804, de 19 de setembro de 2018** com o objetivo de nortear o desenvolvimento de pesquisas para apoiar a conservação da biodiversidade no País.

Dentro das estratégias institucionais conduzidas para a conservação nos biomas, o PEP ICMBio prevê, dentre outros:

- Linhas (temas) prioritárias de pesquisa;
- Produtos de gestão do conhecimento;
- Apoio administrativo-financeiro de fundação ao desenvolvimento de projetos de pesquisa com recursos próprios do ICMBio, de compensação ambiental e/ou no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/ICMBio/CNPq;

- Publicações de artigos em periódicos científicos;
- Painéis de gestão para consulta da sociedade;
- Cursos de capacitação;
- Produtos de gestão do conhecimento; e
- Campanhas de comunicação e divulgação científica para a sociedade.

O PEP do Instituto abriu o ano com o início da execução do Projeto Avaliação do Impacto do Fogo sobre a Biodiversidade do Pantanal. As ações previstas no projeto para 2021 foram realizadas pelas equipes dos centros nacionais de pesquisa e conservação que atuam no bioma Pantanal: Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado – CBC, Centro Nacional de

Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros – CPB, Centro Nacional de Pesquisa Conservação de Mamíferos Carnívoros – CENAP, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres – CEMAVE, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental – CEPTA, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais – CNPT e Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios – RAN. Os resultados do primeiro ano do projeto foram apresentados em reunião de acompanhamento realizada em 26 de novembro de 2021.

Bolsas de Iniciação Científica

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do ICMBio – PIBIC/ICMBio possibilitou o desenvolvimento e a conclusão de 43 projetos de Iniciação Científica – IC do ciclo 2020/2021. E mais 47 projetos foram selecionados e iniciaram a execução no ciclo 2021/2022 do programa.

Os 24 projetos apoiados no âmbito da Chamada nº 18/2017 CNPq/ ICMBio/FAPs – Pesquisa em Unidades de Conservação da Mata Atlântica e da Caatinga, e financiados com recursos de compensação ambiental, com a redução das medidas de isolamento social decorrentes da pandemia de Covid-19, avançaram em sua implementação e elaboração de produtos aplicados à gestão das Unidades de Conservação envolvidas.

Na terceira quinzena de 2021 foram realizados o XII Seminário de Pesquisa de Pesquisa e o XIII Encontro de Iniciação do ICMBio – Desafios para a Década de Restauração dos Ecossistemas os eventos contaram com 475 inscritos, cerca de 300 participantes nas palestras e mesas redondas e com a apresentação de 96 trabalhos de pesquisa na forma de vídeos pôsteres. Durante o encontro de iniciação científica foi realizada a avaliação final e conclusão dos trabalhos desenvolvidos durante o ciclo PIBIC/ICMBio 2020/2021 e foram premiados os trabalhos com as melhores notas resultantes da avaliação.

No mesmo período foi publicado o **Roteiro para Elaboração e Revisão do Planos de Pesquisa e Gestão da Informação de Unidades de Conservação**, que visa auxiliar as equipes gestoras das Unidades de Conservação federais a elaborarem seus Planos de Pesquisa e Gestão da Informação, como parte dos planejamentos específicos vinculados aos respectivos portfólios de seus Planos de Manejo.

Ao longo do ano, a **Revista Biodiversidade Brasileira – BioBrasil** lançou quatro edições, totalizando 48 artigos publicados: n. 1: Fluxo contínuo (14 artigos), n. 2: 7th International Wildland Fire Conference (13 artigos), n. 3: Fluxo contínuo (10 artigos), n. 4: Análise de Componentes do Sistema Climático e a Biodiversidade no Brasil (11 artigos). Antes, as submissões eram feitas apenas através de chamadas temáticas, a partir de 2021 a BioBrasil passou a aceitar manuscritos também em fluxo contínuo. Trata-se de um modelo de publicação em que a revista recebe o manuscrito, realiza o processo editorial e publica o artigo sem que haja a necessidade de uma chamada específica, com aderência a um tema proposto. Assim, estando dentro do escopo da revista e tendo sido aprovado pelo processo de avaliação denominado “duplo cego” (em que os avaliadores não sabem quem são os autores e vice-versa), o artigo é publicado.

Durante o ano, o gerenciamento do perfil Pesquisa ICMBio no Instagram [@pesquisa.icmbio](#) possibilitou seu crescimento e consolidação como estratégia de divulgação científica e comunicação com o público interno (servidores do Instituto e colaboradores), e externo (sociedade em geral). No último mês do ano de 2021, o perfil alcançou mais de 10.600 seguidores, 425 publicações de conteúdos relativos às atividades, ações, iniciativas de pesquisa para a conservação e tem propiciado muitas interações e fomentado parcerias.

A primeira versão do PEP ICMBio (2018-2021) estava vigente até dezembro de 2021. Ao longo do último ano do primeiro ciclo do planejamento, fez-se necessário avaliar os resultados

e replanejar para o ciclo seguinte: 2022 a 2025. A avaliação do PEP ICMBio 2018-2021 foi viabilizada por meio de consultoria para realização de estudos, bem como pelas discussões e contribuições realizadas a partir de oficina participativa. A Oficina de Avaliação da Implementação do Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio, realizada em abril/2021, contou com a participação de mais de 70 servidores dos centros nacionais de pesquisa e conservação, de Unidades de Conservação, de

gerências regionais e de coordenações da Sede do ICMBio.

A próxima etapa da revisão do PEP-ICMBio será a consolidação do material produzido na oficina e pela consultoria; e a elaboração e publicação da nova versão do planejamento (ciclo 2022-2025).

Como uma maneira de avaliar os serviços previstos no PEP-ICMBio foram selecionados indicadores de sua implementação, descritos na tabela abaixo.

Indicador estratégico – Percentual de implementação do Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio (2021)

Ações voltadas à implementação do PEP ICMBio	Meta para 2021	Monitoramento – dez. 2021 (acumulado em 2021)	Percentual da meta anual cumprida – dez. 2021
Número de projetos PIBIC realizados que contemplam eixos do PEP ICMBio	30	43	143%
Número de pesquisas apresentadas no Seminário que contemplam eixos do PEP ICMBio (excluindo as do PIBIC)	70	53	76%
Ações voltadas à implementação do PEP ICMBio	Meta para 2021	Monitoramento – dez. 2021 (acumulado em 2021)	Percentual da meta anual cumprida – dez. 2021
Número de artigos da BioBrasil que contemplam eixos do PEP ICMBio	20	48	240%
Número de e-mails de atendimento a pesquisadores e operadores (Sisbio)	6300	9700	154%
Número de autorizações Sisbio expedidas	1000	1549	155%
Número de publicações divulgando pesquisas ou iniciativas previstas no PEP ICMBio (Instagram, ICMBio em Foco, outros)	200	280	140%
Número de Planos Estratégicos de Pesquisa de UCs elaborados e que contemplam eixos do PEP ICMBio	2	1	50%
Média dos percentuais	-	-	137%*

*O indicador corresponde à média dos percentuais de seus componentes (ações voltadas à implementação do PEP ICMBio)

4.2. GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 18:

Promover uma gestão de pessoas focada na meritocracia, com desenvolvimento de competências e mobilidade atrelados aos bons resultados e à dedicação profissional

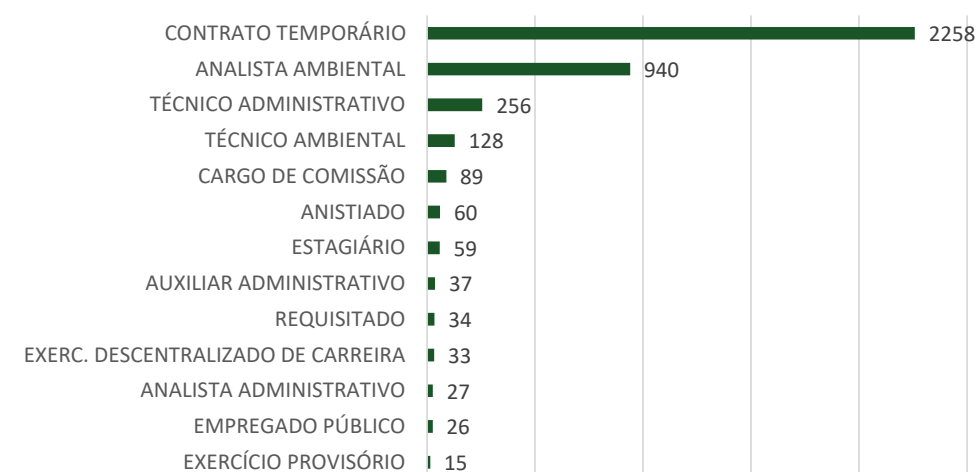
Este item do Relatório de Gestão visa apresentar os resultados alcançados em consonância com os objetivos estabelecidos no ano de 2021. Em especial, quanto ao objetivo estratégico de promover uma gestão de pessoas

focada na meritocracia, com desenvolvimento de competências e mobilidade atrelados aos bons resultados e à dedicação profissional.

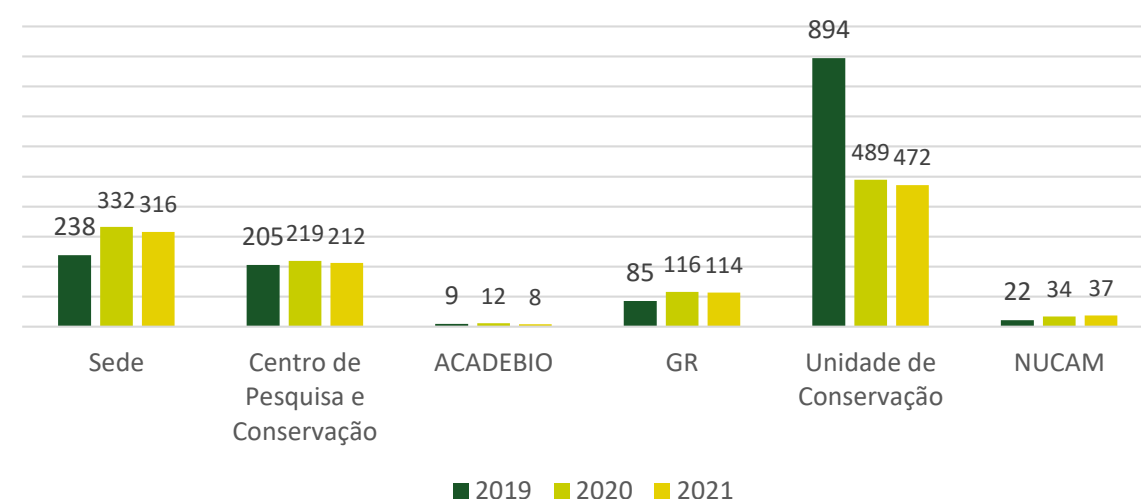
Inicialmente apresentamos os quadros da força de trabalho de 2021:

Servidores ativos

Força de trabalho por situação funcional



Evolução da Força de Trabalho



Agentes Temporários Ambientais

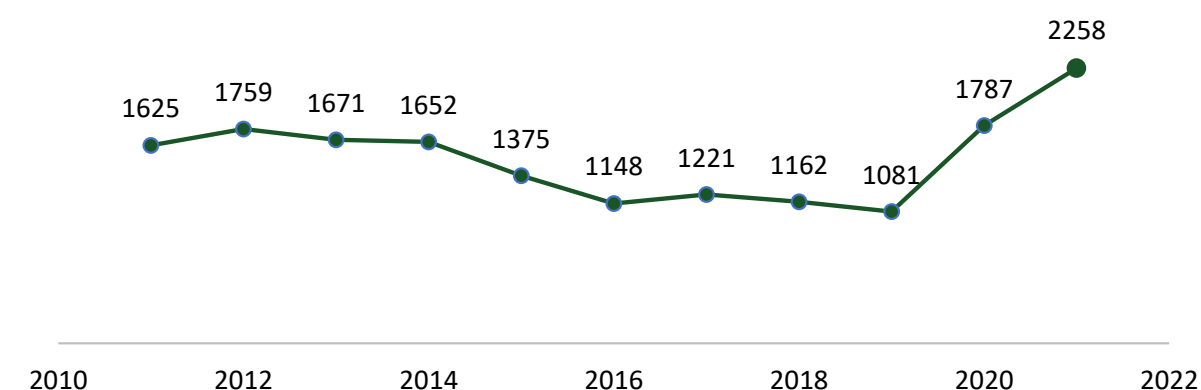
Em 2021 o ICMBio seguiu reforçando a política de presença institucional de forma ampla nas Unidades de Conservação. Essa atuação ganhou grande destaque com a definição e o aprimoramento do corpo técnico de Agentes Temporários Ambientais – ATAs.

Os Agentes atuam conforme o nível do contrato, em ações de prevenção, controle e combate de incêndios florestais; preservação de áreas consideradas prioritárias para a conservação ambiental; apoio, em caráter auxiliar, no manejo e pesquisa de espécies ameaçadas ou que possuam Plano de Ação Nacional, projetos de

preservação e uso sustentável; apoio operacional à gestão das Unidades de Conservação na identificação, demarcação e consolidação territorial de UCs, realização de ações de conscientização, orientação e educação ambiental; recuperação de áreas degradadas, atividades socioambientais e científicas, atividades finalísticas e da área meio do ICMBio. Um importante incremento para a força de trabalho.

Em 2021, houve avanço no quantitativo em decorrência de alteração e refinamento dos processos seletivos. Passando de 1.787 contratados, em 2020, para um total 2.258 contratados, em 2021, sendo esse um importante incremento de quase 30% na força de trabalho no ICMBio.






Evolução do quadro de Agentes Temporários Ambientais



Capacitação e desenvolvimento de pessoas

Por meio de ações de desenvolvimento e capacitação, planos de ação e análises técnicas e comportamentais, o ICMBio investe no aprimoramento do seu quadro de pessoal para o desenvolvimento de competências técnicas,

gerenciais e transversais, a partir das lacunas mapeadas. Totalizando 1.501 servidores do ICMBio capacitados em 2021, seguem mais alguns números:

-  Carga horária total: 59.655h
-  Ações executadas: 166
-  Média em horas: 27,89h
-  Custo das ações executadas*: R\$1.150,000,00
-  Custo médio por ação executada: R\$ 6.927,71

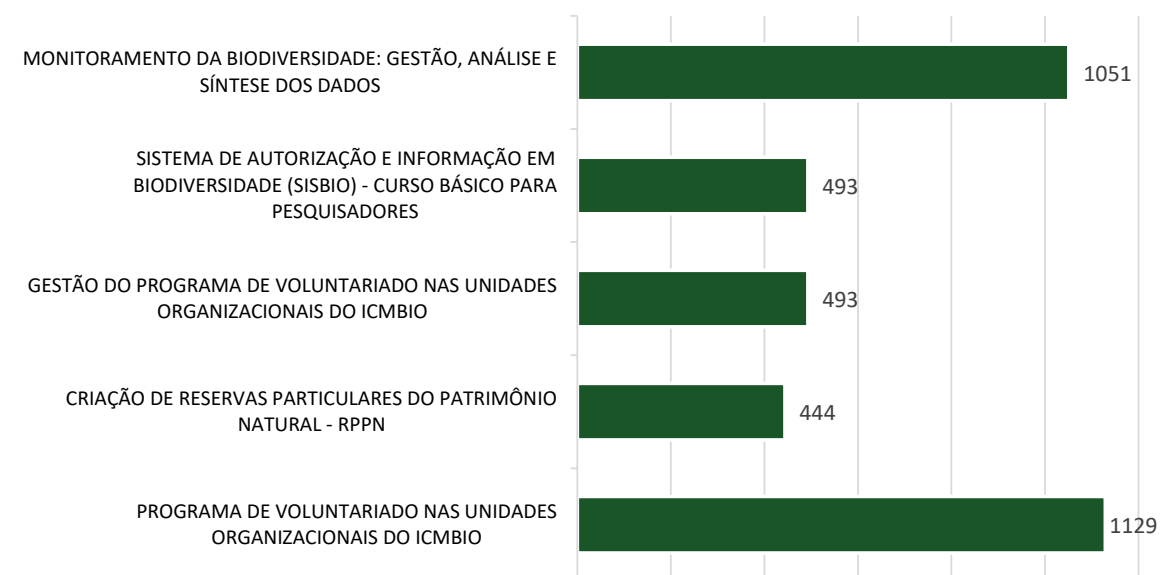
*Podem existir outros custos envolvendo ações de capacitação. Exemplo: diárias e passagens, entre outros.

Essas ações são executadas pelo Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade – ACADEBIO, escola corporativa e de governo, bem como em parceria com outras instituições.

Nas ações de capacitação geradas com parceria, destacamos a Escola Virtual de Governo – EVG, que criou a temática de Meio Ambiente

no catálogo de cursos da plataforma virtual da EVG/ENAP. Abaixo, o número de participantes concluintes, servidores e sociedade, nos cursos em que o ICMBio é responsável pelo conteúdo, e são abertos no portal da ENAP. No total, 4.319 participantes concluíram cursos cujo conteúdo é do ICMBio no portal EVG/ENAP.

Participantes Concluintes em cursos do ICMBio na EVG/ENAP



Dentre servidores e colaboradores vinculados ao ICMBio, 709 pessoas se capacitaram em 137 cursos a distância pela ENAP/EVG em outras temáticas, dentre eles podemos citar o curso de Gestão de Equipes em Trabalho Remoto, Curso de Gestão de Conflitos e Negociação, Criatividade e Novas Tecnologias no Serviço Público, Análise de Dados como Suporte à Tomada de Decisão, dentre outros.

O ICMBio também apoiou a formação de seu quadro com:

- 35 Licenças para Capacitação;
- 3 Mestrados; e
- 1 Doutorado

Gestão da informação

A CGGP do ICMBio cada vez mais tende a dar transparência aos dados e informações institucionais, neste sentido, foram desenvolvidos diversos painéis de informação que estão sendo divulgados na intranet. Essa ferramenta é essencial para a gestão e possibilita acompanhar em tempo real as informações e a tomada de decisão do gestor, além de mostrar à sociedade o desempenho do Órgão.

Ainda no sentido de dar maior transparência às informações, em 2021 também foram desenvolvidos e-books de educação corporativa com o propósito de orientar os diversos atores nos processos de capacitação e formação para

estruturarem seus cursos de maneira que atendam à necessidade da gestão pedagógica e acadêmica institucional. Assim, facilitando o acesso e a compreensão a partir de uma identidade comum aos cursos e, consequentemente, aos educandos. Os e-books podem ser encontrados no **Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA** do ICMBio. São eles:

- a. E-book AVA e Teams: ferramentas educacionais da educação corporativa do ICMBio;
- b. E-book Navegando o AVA;
- c. E-book Navegando o AVA como conteudista;
- d. E-book Navegando o AVA como tutor; e
- e. E-book Orientações da Educação Corporativa.

Concurso público

Por meio do **Edital nº 1 – ICMBio, de 26 de novembro de 2021**, foi dado início à realização do concurso público para provimento de 171 cargos do quadro de pessoal do ICMBio, sendo 61 vagas para o cargo efetivo de analista ambiental e 110 vagas para o cargo efetivo de técnico ambiental, com previsão de realização do certame no dia 6 de fevereiro de 2022, e terá incremento dessa força de trabalho especialmente na Amazônia Legal, o que permitirá ao Instituto melhorar a sua gestão na região.

4.3 GESTÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E PATRIMÔNIO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 20

Promover o uso racional e sustentável dos bens e serviços, com foco na gestão eficiente dos gastos públicos

Licitações

Embora o ano de 2021 tenha sido atípico, reflexo da pandemia que ainda está presente, o ICMBio vem realizando sua função: planejar, dirigir, coordenar e executar as licitações na forma da legislação vigente. Com isso, contribuiu para o alcance da missão institucional da Autarquia. Ao todo, foram realizadas 52 licitações durante o ano – 24 pregões, 2 concorrências, 16 dispensas e 10 inexigibilidades – que englobaram a aquisição de bens e a contratação de serviços fundamentais para a atividade fim.

Alguns desses procedimentos licitatórios destacaram-se por sua complexidade e urgência, principalmente em relação às atividades de combate a incêndios florestais. Citamos, por sua relevância, algumas dessas contratações:

Locação de aeronave para combates a incêndio

Locação de helicópteros, por horas de voo, incluídos tripulação, logística de abastecimento e manutenção para apoio a combate a incêndios florestais, emergências ambientais, monitoramento aéreo, apoio operacional e transporte de carga e pessoal.



Combate a incêndio no Parna da Chapada dos Veadeiros
Fernando Tatagiba

Locação de rádios portáteis digitais e aquisição de repetidoras digitais móveis, tipo “cases”

Locação de rádios portáteis digitais VHF/FM, tipo HT (*hand talk*), e aquisição de repetidoras digitais móveis com link RF/VHF, tipo “cases”, com sistema de alimentação fotovoltaica, fontes de alimentação interna com seus acessórios e carregadores móveis externos de baterias com cabo extra.

Aquisição de Viatura Auto Bomba Tanque Florestal – ABTF

Aquisição de ABTF 7.000 litros (caminhão 4X4 e conjunto móvel veicular para combate a incêndios).

Aquisição de veículos automotores

Aquisição de veículos automotores tipo picape para viabilizar as atividades ambientais de prevenção e combate a incêndios, fiscalização ambiental, monitoramento e pesquisa nas Unidades de Conservação federais, a partir do deslocamento de servidores e colaboradores a serviço do ICMBio, e o transporte de materiais e equipamentos.

Aquisição de veículos do tipo UTV

Aquisição de quadriciclos, capacetes e veículos utilitários tipo UTV (*Utility Task Vehicle*) para apoiar as Unidades de Conservação federais com veículos condizentes com sua infraestrutura, proporcionando maior agilidade na locomoção de agentes de fiscalização ambiental e brigadistas em terrenos nos quais outros tipos de veículos teriam dificuldades trafegar.

Aquisição de tratores com implementos

Aquisição de tratores para atividades de campo e combate a incêndios florestais, equipados com diversos implementos para auxiliar, preventivamente ou corretivamente, a equipe de brigada nas atividades de queima controlada, através de confecção de aceiros para contenção dos incêndios florestais e ameaçadas por fontes imprevistas.

Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços continuados com mão de obra exclusiva

Ao longo do ano de 2021 e continuando em 2022, o ICMBio promoveu o estudo, o planejamento e a execução de licitações para reestruturar o quadro de serviços terceirizados do Instituto, visando a readequar os preceitos legais e normativos, de forma a implementar contratos mais bem elaborados e sem vícios.

Patrimônio e logística

Em 2021, o ICMBio acresceu ao seu patrimônio cerca de 4.173 bens móveis dos mais diversos tipos. Essas aquisições deram-se tanto por meio de processos de licitações quanto por doações firmadas com entidades parceiras, em projetos para proteção da biodiversidade.

Entradas	Quantidade de bens	Valor total
2021	4173	R\$ 18.164.891,57

Em contrapartida, houve um grande esforço por parte da equipe na realização de relatórios e levantamento de dados, para a identificação e classificação de bens inservíveis, visando ao seu desfazimento por meio de leilões, doações e demais formas de alienação previstas em lei.

No ano de 2021, foi lançado o Edital de Leilão nº 002/2021, cujo objeto foi a alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao Instituto. O resultado foi a venda de 64 veículos, com arrecadação total homologada em R\$ 1.075.650,00.

Leilão	Quantidade de veículos	Valor arrecadado
002/2021	64	R\$ 1.075.650,00

Serviço de gestão de frotas

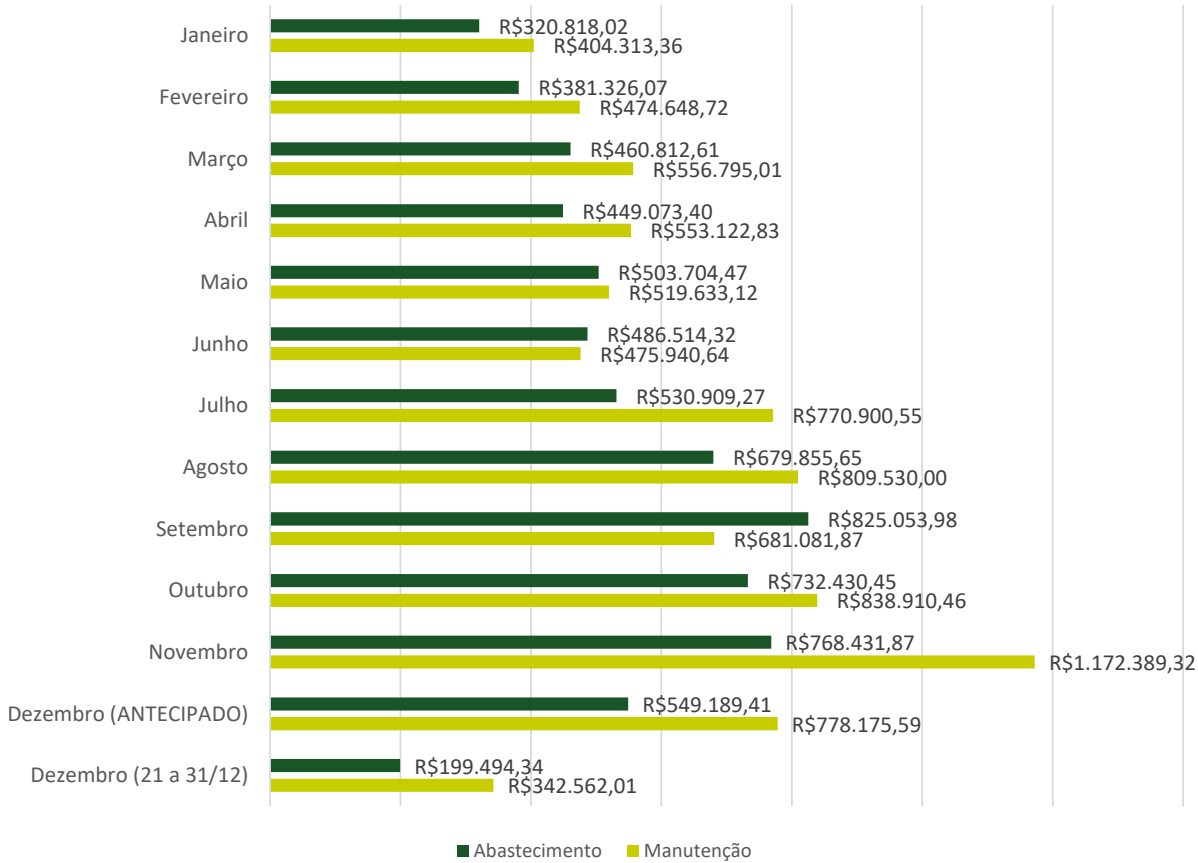
O ICMBio buscou, em 2021, constantes melhorias na implementação de medidas para redução de custos e controle de demandas. Devido à estabilização da pandemia e às contínuas alterações nos valores de combustíveis, os gastos sofreram variações elevadas.

Em 2021, o Instituto gastou R\$ 6.887.613,86 em abastecimento, já em manutenção o valor foi de R\$ 8.378.003,48. A alta nos gastos em manutenção também se deve pela falta de componentes na indústria automotiva, o que levou ao aumento considerável no preço das peças de reposição para o conserto de viaturas empregadas nas fiscalizações e combate a incêndios.



Viaturas
Marília Ferreira

Gastos MaxiFrota - 2021



Eventos

Em 2021, o ICMBio firmou contrato de eventos cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização de eventos, sob demanda, envolvendo as etapas de planejamento, organização, coordenação e acompanhamento, contemplando todos os serviços indispensáveis à plena execução dos projetos de eventos em todo o território nacional, abrangendo: apoio logístico,

montagem, desmontagem e manutenção de toda infraestrutura demandada, bem como serviço de alimentação *in company*, para suprir as necessidades do Instituto. O contrato tem vigência de 29/10/2021 a 29/10/2022, e valor anual estimado em: R\$ 2.512.271,39. Foi gasto, em 2021, o valor de R\$ 107.063,70 conforme discriminado a seguir;

Evento	Valor
Reunião com a gerências regionais	R\$ 4.180,00
Oficina de Avaliação de Meio Termo e 3ª Monitoria do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção da Ictiofauna, Herpetofauna e Primatas do Cerrado e Pantanal – CERPAN	R\$ 800,00
Oficina do Plano de Manejo da RESEX do Batoque	R\$ 79.310,70

Evento	Valor
Oficina de Avaliação Final do PAN Herpetofauna da Mata Atlantica do Sudeste	R\$ 10.312,50
Oficina de Avaliação de Meio Termo do PAN Herpetofauna do Sul	R\$ 12.460,50
Total	R\$ 107.063,70

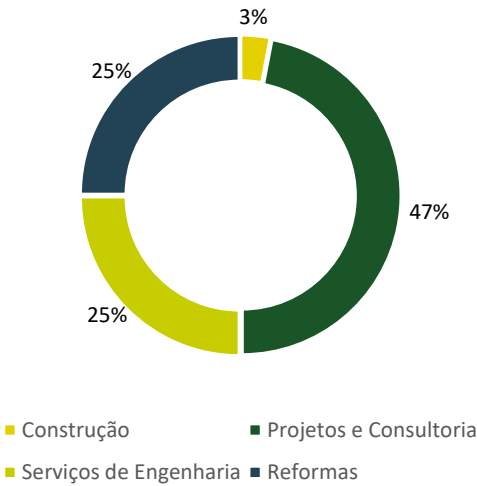
Infraestrutura

Após a consolidação SEINFRA-ICMBio, estrutura responsável pelos serviços de infraestrutura de obras e projetos de engenharia no âmbito de toda a autarquia, todas as demandas relacionadas à matéria técnica passaram a ser atendidas de maneira setORIZADA.

A demandas são reportadas através dos processos e são divididas entre projetos, serviços comuns de engenharia, obras de construção, obras de reforma, serviços técnicos de engenharia, elaboração de projetos, consultoria técnica e auxílio técnico, fiscalização de obras e serviços técnicos especializados oriundos de acordos de cooperação técnica e os pactos firmados com concessionárias que administram algumas das Unidades de Conservação.

Em 2021, mesmo com restrições relacionadas ao cenário pandêmico mundial, com as limitações de circulação em algumas cidades da federação, restando afetadas as atividades de fiscalização *in loco*, o SEINFRA concluiu quase 60% do seu planejamento de execuções e as demais execuções seguiram cronograma esperado, iniciando em 2021 e com previsão de término no ano de 2022.

Demandas



Andamento de Demandas



4.4 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 19

Promover a transformação digital com foco na qualidade dos serviços de TI e na disponibilização de informações estratégicas

Conformidade legal

O ICMBio, enquanto órgão seccional do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, atua na implantação direta das ações de Tecnologia da Informação – TI e colabora com a coordenação e o desenvolvimento das políticas, normas e diretrizes do sistema. Desse modo, a conformidade legal da gestão de TI é observada na aplicação das regras e normas estabelecidas pelo Governo Federal no aprimoramento das mais diversas atividades executadas na área de TI, quais sejam: aquisições de produtos e serviços, gestão e fiscalização de contratos, gestão da segurança da informação, desenvolvimento de aplicações e disponibilização de serviços públicos digitais, dentre outros.

Modelo de Governança de TI

O Modelo de Governança de TI do Instituto Chico Mendes alinhado ao **Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020** que instituiu a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, tem como principal instância o Comitê de Governança Digital – CGD. Este tem como objetivo aprovar as políticas de tecnologia da informação, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC e as políticas de segurança da informação, além de decidir sobre as estratégias e ações para a oferta de serviços e informações digitais aos cidadãos e sobre a priorização da aplicação de recursos em tecnologia da informação.

O Comitê de Governança Digital é composto pelo Presidente do ICMBio que o preside, pelos Diretores, pelo titular da unidade de tecnologia da informação, e pelo encarregado do tratamento de dados pessoais. Em janeiro de 2021 foi nomeado o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais que tem a função de atuar como canal de comunicação entre a instituição, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD. Além disso, as atividades do Encarregado consistem em:

I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e

IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

Há, ainda, duas outras instâncias subordinadas ao CGD: o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC e o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação – CSIN.

O CGTIC é constituído pelos coordenadores gerais do ICMBio e tem a finalidade de propor ao Comitê de Governança Digital as estratégias, políticas e ações de TI.

Montante de recursos aplicados em TI

	EMPENHADO	PAGO (incluídos restos a pagar)
CUSTEIO	23.810.995,53	22.580.355,82
INVESTIMENTOS	1.374.180,68	1.134.702,87
Total	25.185.176,21	23.715.058,69

Contratações e serviços mais relevantes de recursos em TI

CUSTEIO	EMPENHADO	PAGO (incluídos restos a pagar)
Outsourcing de impressão	8.038,68	8.038,68
Emissão de certificados digitais	24.035,80	22.549,70
Manutenção e conservação de equipamentos de TI	594.047,04	577.237,66
Manutenção e sustentação de software	760.393,09	274.113,75
Locação de equipamentos de TIC	1.306.517,23	1.256.912,81
Serviço de telecomunicações	1.363.934,45	1.280.819,23
Locação de software	2.954.592,80	2.464.951,59
Suporte a usuários de TI	3.152.643,35	3.131.594,94
Serviço de internet	13.646.793,09	13.531.824,96
Serviço técnico profissional de TIC		15.000,00
Treinamento/capacitação em TIC		17.312,50
Total	23.810.995,53	22.580.355,82

INVESTIMENTOS	EMPENHADO	PAGO (incluído Restos a Pagar)
Equipamentos de TIC	1.374.180,68	1.134.702,87

Principais iniciativas e resultados na área de TI

Objetivo estratégico	Principais iniciativas	Resultados
Modernizar tecnologicamente o Instituto e prover e gerenciar, de forma eficiente, a infraestrutura	Contratação de serviços de circuitos MPLS e links de acesso à internet	1. Manter e melhorar o serviço de internet do ICMBio oferecido aos diversos demandantes; 2. Prover infraestrutura e serviços de comunicação adequados, integrados e atualizados, com o emprego das melhores práticas utilizadas atualmente; 3. Garantir a continuidade dos serviços de internet; 4. Reduzir a dependência das unidades descentralizadas da Sede para o uso de serviços de acesso à internet.
	Contratação de expansão de solução integradora de Firewall NEXT GENERATION, composta de hardware e software de segurança da informação	1. Melhoria de segurança da rede; 2. Comunicação com a Sede para aplicação de regras de segurança; 3. Viabilização da implementação de recursos de segurança da informação diretamente nas unidades descentralizadas de forma gerenciada pelas equipes de TI da Sede.
	Contratação de solução de rede sem fio para a Sede, a ACADEBIO e as regionais do Instituto	1. Substituir gradativamente os equipamentos obsoletos e fora de garantia; 2. Melhorar a qualidade dos serviços oferecidos via rede sem fio do ICMBio; 3. Manter a satisfação e autoestima dos usuários em seus ambientes de trabalho; 4. Melhorar os níveis de segurança das redes sem fio do ICMBio.
	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de computadores de mesa (desktop), computadores portáteis (notebooks) e monitores	1. Prover os servidores, estagiários e demais colaboradores, de recursos computacionais para que possam desempenhar suas funções institucionais nas áreas em que atuam; 2. Atualizar e ampliar o parque tecnológico do ICMBio.
	Aquisição de periféricos de estações de trabalho (webcam e headset)	1. Apoio às atividades de home-office e eventos virtuais; 2. Adaptação às condições de distanciamento devido à pandemia da Covid-19 e para a difusão do regime de teletrabalho; 3. Apoio à realização de eventos digitais (reuniões, capacitações e audiências).

Além dessas contratações, houve um aumento de 210 kits (smartphones e impressoras portáteis), passando de 300 para 510 kits para utilização do Auto de Infração Eletrônica pelos agentes de fiscalização que atuam nas ações de fiscalização das Unidades de Conservação federais. Foi também realizada nova contratação para o fornecimento de licenças do software AutoCAD que dentre outros benefícios, proverá o setor de infraestrutura com ferramentas atualizadas para elaboração de projetos e acompanhamento de obras de engenharia das Unidades de Conservação federais.

Segurança da informação e comunicações

O ICMBio segue a Política da Segurança da Informação e Comunicação – POSIC que tem como escopo a instituição de diretrizes estratégicas visando assegurar a integridade de dados, informações e documentos da Autarquia contra ameaças e vulnerabilidades, de modo a preservar seus ativos, inclusive sua imagem institucional. O Comitê de Segurança da Informação – CSIN é a instância estratégica responsável por tratar e deliberar sobre temas na área de segurança da informação no Instituto, observadas as diretrizes da Política de Segurança da Informação estabelecidas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

O CSIN é formado por representantes de todas as Diretorias (membros titulares e suplentes) e pelo Gestor de Segurança da Informação – GSI. Já a Equipe de Tratamento e Resposta a

Incidentes em Redes Computacionais – ETIR é formada por membros da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação – COTEC e os seus trabalhos são guiados por padrões e procedimentos técnicos e normativos no contexto de tratamento de incidentes de rede, orientados pelo Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em Redes de Computadores da Administração Pública Federal – CTIR GOV.

Plano Digital do Meio Ambiente

Seguindo o plano do Governo Federal de “ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz”, em 2019 foi iniciado o Plano Digital do Meio Ambiente, com participação do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ e do ICMBio.

O processo de Transformação Digital é iniciativa gerenciada pela Secretaria e Governo Digital do Ministério da Economia – SGD-ME e tem por objetivo auxiliar os órgãos da administração pública federal a transformar seus serviços prestados ao cidadão em serviços digitais automatizados, aumentando a eficiência no atendimento ao público. A tabela abaixo apresenta as ações do Plano Digital que foram executadas no ICMBio ao longo de 2021. Os serviços digitais foram criados e disponibilizados no [Portal Gov.br](https://portal.gov.br).

Serviço	Data de conclusão
Cadastrar-se como beneficiário de Unidade de Conservação federal de uso sustentável	Jan. 2021
Obter autorização para pesquisa em Unidades de Conservação federais (Sisbio)	Jan. 2021
Obter direito real de uso para populações tradicionais	Jan. 2021
Obter reconhecimento de propriedade como reserva particular do patrimônio natural	Jan. 2021
Protocolar documentos junto ao ICMBio	Jun. 2021

Ao todo, o Instituto conta com 22 serviços digitais, dentre serviços transformados e serviços nascidos em meio digital, sendo todos disponibilizados no endereço eletrônico da autarquia. O acesso aos serviços do ICMBio já possui integração com o

login único do cidadão; dessa forma, só é necessário fazer o cadastro uma única vez no **Portal Gov.br**. E, com esse cadastro, o cidadão pode ter acesso aos serviços fornecidos pelo ICMBio.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

Em dezembro de 2020 foi iniciado o processo de adaptação à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD. Com a revisão do Comitê de Governança Digital, este passou a contar na sua composição com a figura do encarregado de dados pessoais do ICMBio. Foram, ainda, iniciadas tratativas com o Ministério da Economia para a realização de projeto

de adaptação dos serviços digitais às exigências da lei supracitada.

A tabela abaixo apresenta as entregas de 2021 dos marcos de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, conforme orientações da Secretaria e Governo Digital do Ministério da Economia – SGD-ME.

Entregas	Data de conclusão
Definição do encarregado pelo tratamento de dados pessoais	Jan. 2021
Elaboração do Programa de Privacidade	Set. 2021
Formalização da equipe de apoio à implementação das ações de adaptação à LGPD	Ago. 2021
Revisão da Política de Segurança da Informação com adaptações à LGPD	Set. 2021
Diagnóstico de Segurança e Privacidade Inicial	Dez. 2021

No final do ano de 2021, foi iniciada a coleta de informações para a realização do Inventário de Dados Pessoais do ICMBio. Para o ano de 2022 está prevista a entrega dos seguintes marcos de conformidade: Inventário de Dados

Pessoais; Termos de Uso e Política de Privacidade dos Sistemas; e Avaliações de Riscos e Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIPD.

4.5. GESTÃO DE RECURSOS EXTERNOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 16

Aperfeiçoar a governança dos projetos e recursos de cooperação internacional e nacional, no MMA e vinculadas

Alinhado ao objetivo estratégico 17 “Aperfeiçoar a governança dos projetos e recursos de cooperação internacional e nacional no MMA e vinculadas”, o ICMBio instituiu em sua estrutura a Coordenação de Gestão de Projetos e Parcerias – COGEP. A nova área passou a ser responsável por coordenar o processo de estabelecimento de projetos e parcerias no âmbito do Instituto e coordenará as ações da Divisão de Monitoramento da Gestão de Unidades de Conservação – DMAG e a Divisão de Projeto e Parcerias – DPES.

Dentre os objetivos principais da nova coordenação está a canalização dos recursos provenientes de fontes externas ao orçamento geral da União e dos esforços institucionais no cumprimento dos objetivos estratégicos do Instituto Chico Mendes, definidos em planejamento estratégico, assim como os objetivos de criação das Unidades de Conservação por meio do enfrentamento dos desafios territoriais diagnosticados pelo Sistema de Monitoramento da Gestão das Unidades de Conservação – SAMGe.

Principais objetivos:

- Alinhamento dos projetos e parcerias aos objetivos estratégicos;
- Direcionamento dos recursos e esforços para enfrentamento dos desafios territoriais;
- Criação de Banco de Projetos;
- Monitoramento dos projetos e parcerias em execução; e
- Divulgação dos resultados obtidos por meio de painéis.

O ano de 2021 foi dedicado a realizar o mapeamento e o aprimoramento dos processos que envolvem a Coordenação de Gestão de Projetos e Parcerias, em especial os processos relativos aos projetos em execução, a proposição de novas iniciativas e a celebração, o monitoramento e a prestação de contas de acordos de cooperação e termos de acordos judiciais.

Ainda em 2021, a fim de reduzir as lacunas para o planejamento e monitoramento adequado dos projetos e parcerias, a coordenação envidou esforços para o desenvolvimento de um Formulário de Cadastramento de Projetos e Parcerias – em implementação – e de um módulo de planejamento voltado para o cumprimento dos objetivos institucionais, ainda em desenvolvimento. Essas ferramentas serão fundamentais para o correto monitoramento da aplicação de recursos externos, bem como para a divulgação dos resultados dos projetos e parcerias na conservação da biodiversidade e no retorno para a sociedade, conforme é esperado pela política pública relacionada com a gestão territorial por meio de áreas protegidas.

Programa de Conversão de Multas

O Programa de Conversão de Multas Ambientais foi instituído pelo **Decreto n. 6.514, de 22 de julho de 2008**, alterado pelo **Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019** e regulamentado em conjunto pelo MMA, IBAMA e ICMBio, por meio da **Instrução Normativa Conjunta nº 1 de 29 de janeiro de 2020** que estabeleceu procedimentos nos quais o autuado poderá optar pela conciliação ambiental.

A legislação que instituiu o processo de conciliação ambiental estabeleceu novos procedimentos para efetividade da conversão das

multas ambientais, atribuindo à administração o dever de estimular a conciliação ambiental, com o objetivo de encerrar os processos administrativos federais relativos à apuração de infrações cuja pena aplicável resulte em multa simples, podendo ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, excetuadas as multas decorrentes de infrações ambientais que tenham provocado mortes humanas.

Com o objetivo de atender o disposto na legislação, e observando a **Portaria MMA nº 76 de 18 de fevereiro de 2020**, visando a prestação

de serviços voltados à preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental para o triênio 2020 a 2023, foram implementados no âmbito do ICMBio, dois projetos como modalidade de execução direta pelo autuado, quais sejam: Projeto de Aplicação do Plano de Fiscalização Simplificado – PFS-CM e Projeto Fogo e Conservação Ambiental – FOGO-CA, como forma de opção de conciliação ambiental. Os projetos foram concebidos com um potencial limite de captação de recursos no valor total de R\$ 35.643.116,21, distribuídos conforme anexo 01, na tabela abaixo.

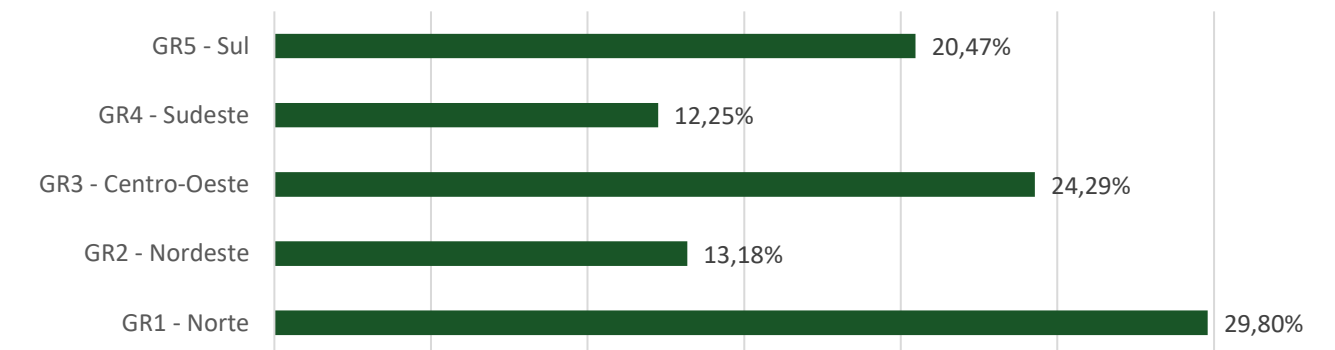
Valores de Conversão de Multa por gerência regional

Gerência regional	Projeto	Valor projeto	Valor acordado
GR1 - Norte		18.869.262,74	244.800,86
	PFS-CM	17.716.863,00	236.200,00
	Fogo-CA	1.152.399,74	8.600,86
GR2 - Nordeste		9.073.813,45	108.283,30
	PFS-CM	8.082.730,00	50.300,00
	Fogo-CA	991.083,45	57.983,30
GR3 - Centro-Oeste		1.273.471,56	199.474,52
	PFS-CM	486.290,00	192.795,00
	Fogo-CA	787.181,56	6.679,52
GR4 - Sudeste		3.433.390,78	100.644,31
	PFS-CM	2.340.323,00	9.000,00
	Fogo-CA	1.093.067,78	91.644,31
GR5 - Sul		2.993.177,68	168.155,99
	PFS-CM	2.713.722,00	78.795,00
	Fogo-CA	279.455,68	89.360,99
Total geral		35.643.116,21	821.358,98

Ao optar pela conciliação, o autuado adere a um dos projetos já instituídos no âmbito do ICMBio, firmando o Termo de Compromisso de Conciliação Ambiental – TCCM e o Plano de Trabalho – PT, no qual sobre o valor consolidado da multa é aplicado desconto de até 60%, e o autuado adquire insumos estabelecidos, considerando o valor da multa já com o desconto.

As conciliações ambientais e a adesão ao Programa de Conversão de Multas Ambientais foram implementadas nas 5 gerências regionais do ICMBio. Até o momento, dos 69 autos de infração instaurados, 39 tiveram o TCCM celebrados em 2021, gerando, até o momento, uma conversão no total de R\$ 821.358,98.

Distribuição de Conversão de Multa Acordadas, por gerência regional



Programa Adote um Parque

O Programa Adote um Parque foi instituído por meio do **Decreto nº 10.623, de 09 de fevereiro de 2021** com a finalidade de promover a conservação, a recuperação e a melhoria das Unidades de Conservação federais por pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras.

Trata-se de um instrumento normativo que possui o objetivo de fomentar o cumprimento da premissa legal prevista na **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**, a qual regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 10.623 supracitado, “adotar uma Unidade de Conservação” significa realizar doações de bens ou serviços para colaborar com a sua conservação.

Assim, baseado no Decreto, tornou-se público o **Edital de Chamamento Público nº 04/2021**, visando a seleção de interessados em celebrar Termo de Adoção que tenha por objeto a doação de bens e serviços para as Unidades de Conservação do bioma Amazônia, conforme condições estabelecidas no Edital.

A primeira etapa do Programa, conforme edital supracitado, conta com mais de 130 Unidades de Conservação do bioma Amazônia disponíveis para adoção e, atualmente, constam 8 Unidades de Conservação em procedimento de adoção, perfazendo um montante superior a R\$ 6.000.000,00 para aquisição de bens e serviços, conforme tabela abaixo:

ADOTANTE	UNIDADE ADOTADA	VALOR GLOBAL
Geoflorestas Soluções ambientais ss Ltda.	RESEX Chocoaré Mato Grosso	R\$ 141.000,00
Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A	ARIE Dinâmica Biológica Fragmentos Florestais	R\$ 159.000,00
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	RESEX Lago do Cuniã	R\$ 3.793.850,00
Coopecredi Guariba – Cooperativa de Crédito	RESEX São João da Ponta	R\$ 170.400,00
Coplana – Cooperativa Agroindustrial	ARIE Seringal Nova Esperança	R\$ 128.700,00
HNK Br Indústria de Bebidas Ltda. – Heineken	RESEX do Quilombo Flexal	R\$ 466.900,00
MRV Engenharia e Participações S.A.	RESEX Marinha Cuinarana	R\$ 550.850,00
Recofarma Indústria do Amazonas LTDA. – Coca-Cola	ARIE de Javari-Buriti	R\$ 658.850,00

Além disso, foi publicado o **Edital de Chamamento Público nº 09/2021**, visando à seleção de interessado em celebrar termo de adoção que tenha por objeto a doação de bens e serviços para a implementação, manejo e sinalização de trilhas em Unidades de Conservação do bioma Caatinga.

Essa segunda etapa conta com a participação de 9 Unidades de Conservação, com previsão de implementação de 23 trilhas, perfazendo um investimento que ultrapassa o montante de R\$ 4 milhões.

Projetos e parcerias

Com a publicação do **Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020** que aprovou a nova estrutura regimental do Instituto, a Autarquia passou a acompanhar a execução dos Projetos do Governo Federal, implementados em parceria com instituições privadas e a sociedade civil para promover a conservação dos biomas brasileiros, por meio de acordos institucionais que utilizem recursos extraorçamentários, buscando promover o monitoramento da execução, bem como a articulação operacional entre as unidades finalísticas, a Coordenação de Gestão de Projetos e Parcerias e as Agências Executoras.

Cabe destacar o **Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia – BMZ nº 2003 66 658**, que consiste em ações para a implementação da gestão florestal na região de influência do Distrito Florestal Sustentável – DFS da BR-163 e na região Purus-Madeira, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico e a conservação das florestas na Amazônia Legal com base no uso sustentável dos recursos florestais, apoiando a gestão de 24 florestas nacionais na Amazônia Legal, abrangendo um perímetro de 12.235.402 hectares.

Em 2021, dentre as iniciativas apoiadas pelo projeto, destaca-se a execução de R\$ 1.322.094,98 (um milhão, trezentos e vinte e dois mil, noventa e quatro reais e noventa e

oito centavos) em favor da estruturação das Sedes Administrativas da Floresta Nacional de Pau Rosa e da Gerência Regional 3, antiga CR1.

Na Floresta Nacional de Pau Rosa, o investimento de R\$ 445.389,52 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) possibilitou, em 2021 a entrega de 100% da obra de reforma da Sede da FLONA, enquanto o investimento de R\$ 876.705,46 (oitocentos e setenta e seis mil, setecentos e cinco e reais e quarenta e seis centavos) vem possibilitando a construção da Sede da Gerência Regional 3, fechando o exercício de 2021 com o avanço de 48% do cronograma físico-financeiro concluído.

Monitoramento e avaliação da gestão de Unidade de Conservação

Avaliar a efetividade de gestão na administração pública é uma das iniciativas para uma maior transparência na gestão pública, o que permite que a sociedade possa ter acesso aos impactos das políticas públicas realizadas pelos órgãos governamentais.

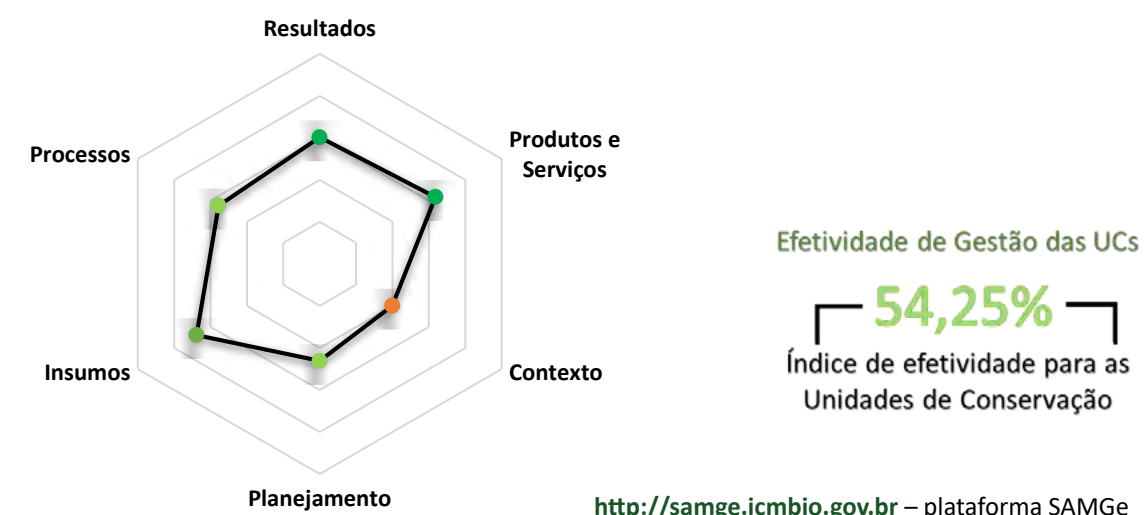
Nesse contexto, avaliar a efetividade de gestão das Unidades de Conservação sob a gestão do Instituto, além de possibilitar que a gestão seja orientada com base em dados e informações, dá maior visibilidade ao propósito da Instituição e de suas UCs, além de mostrar quais são os fatores positivos ou limitantes, e quais são as ações desempenhadas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos para cada território especial criado.

Para tal avaliação, o ICMBio adota o Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão – SAMGe, instrumento regulamentado pela **Portaria nº 607, de 28 de setembro de 2021**. Em sua sétima aplicação, que foi referenciada pelo Ciclo SAMGe 2021, no qual 97,9% das unidades federais preencheram o diagnóstico, apresentando elevação do Índice de Efetividade para 54,25% (em comparação a 2020, de 53,74%), enquadrando o conjunto das UCs como de “Moderada Efetividade”.

Considerando os indicadores mais relevantes para a sociedade, o indicador “Resultados” obteve o valor de 60,26%, o que demonstra que as UCs, em seu conjunto, estão apresentando os resultados esperados pela sociedade. Já o indicador “Produtos e Serviços” apresentou o valor de 63,63%, demonstrando os benefícios diretos da relação sociedade e Instituto.

A ressalva, em termos de diagnóstico, está no indicador de “Contexto”, com 39,91%, “Baixa Efetividade”, demonstrando a grande pressão que há sobre as UCs e os significativos desafios territoriais presentes.

Indicadores de efetividade SAMGe – Ciclo 2021



Compensação ambiental

Trata-se da obrigação instituída na forma do art. 36 da **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Nos casos de empreendimentos de significativo impacto ambiental, o empreendedor deve apoiar a implantação e manutenção de Unidade de Conservação. Ao Instituto Chico Mendes compete a gestão e execução dos recursos destinados a Unidades de Conservação instituídas pela União. Conforme a **Instrução Normativa nº 7, de 10 de junho de 2020**, o empreendedor tem a opção de cumprir a obrigação adquirindo diretamente os bens e

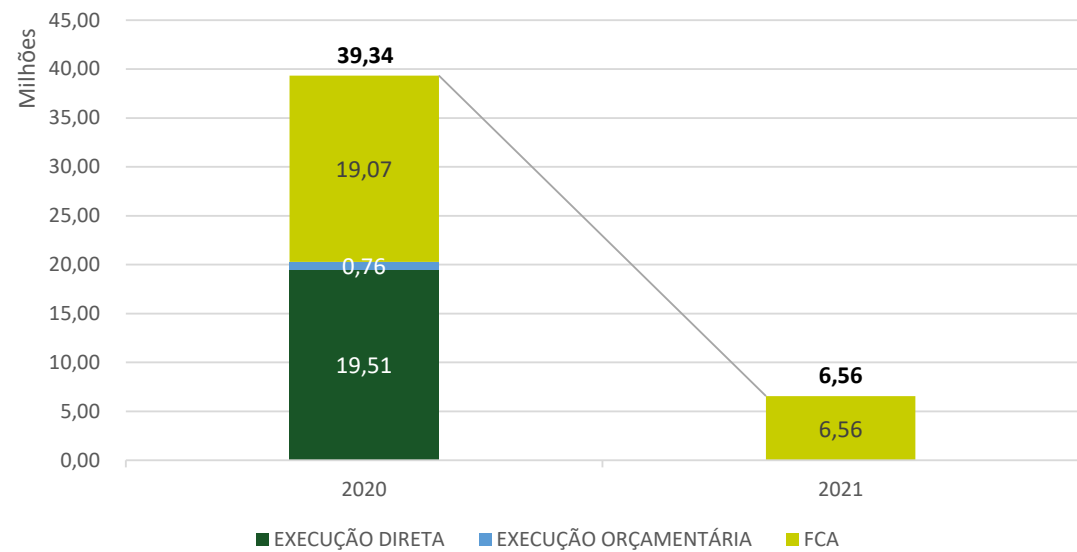
serviços planejados, ou via depósito no Fundo de Compensação Ambiental – FCA.

Em 2021, foram celebrados 19 Termos de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, todos com previsão de depósito no Fundo como modalidade de cumprimento. Tais termos representam um montante de cerca de R\$ 260 milhões, a ser atualizado quando do depósito do valor no Fundo, segundo as opções de cumprimento pactuadas.

Enfatiza-se que, assim como em exercícios anteriores, desde 2017 encontra-se vigente a execução de uma parcela da compensação ambiental via orçamento geral da União, passivo de recursos oriundos da antiga modalidade de “execução indireta”, internalizado no Tesouro Nacional naquele ano.

Destaca-se no gráfico abaixo um resumo do resultado de execução dos recursos de compensação ambiental no ano de 2021 e a distribuição dentre as modalidades existentes, em comparação com o exercício passado. No total, executaram-se R\$ 6,56 milhões via Fundo de Compensação Ambiental. Não houve execuções no âmbito das demais modalidades.

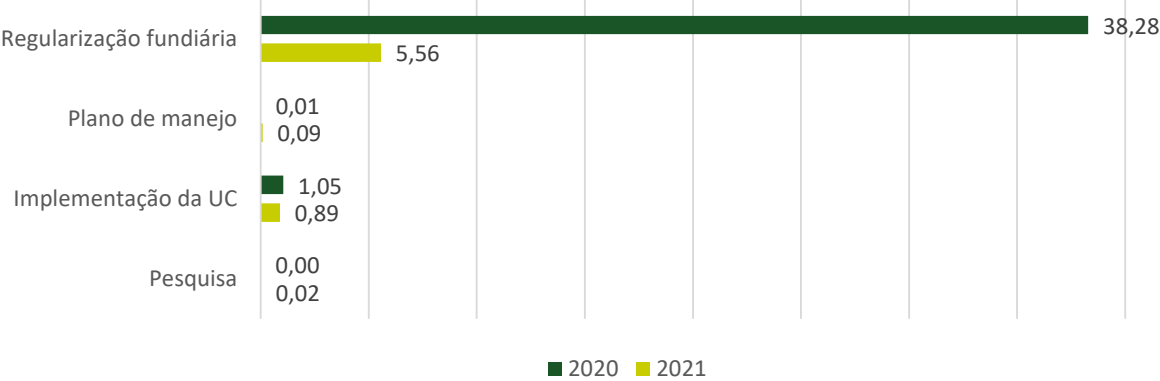
Histórico de execução anual – Valores totais (Em Milhões)



Essa severa diferença entre os dois exercícios está diretamente associada a uma redução na execução no âmbito da ação de regularização fundiária, conforme se observa no gráfico abaixo. Historicamente, trata-se da ação que representa

a maior parcela do volume executado. Isso ocorre tanto devido aos grandes volumes de recursos envolvidos nessas transações quanto à importância estratégica desta ação, tida como prioritária no âmbito da compensação ambiental.

Histórico de execução anual por ação – Valores totais (Em milhões)



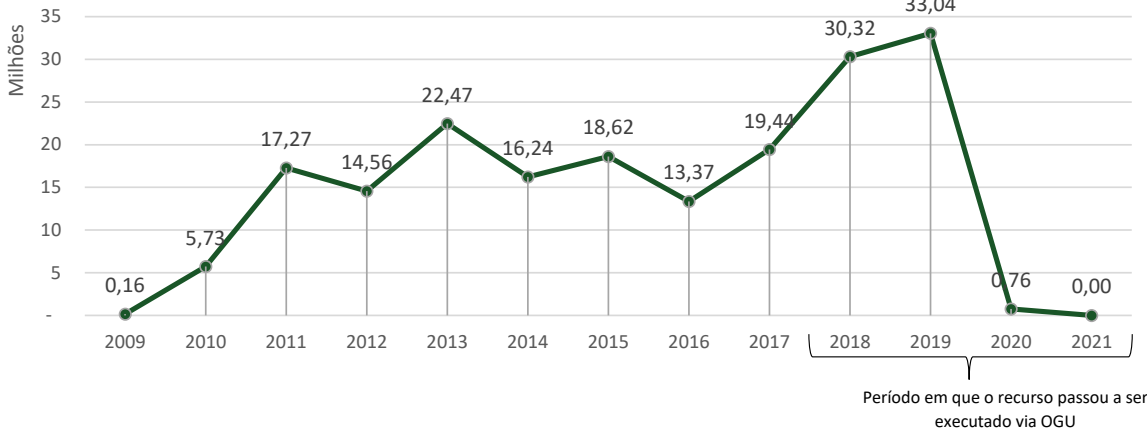
Execução orçamentária

O exercício 2021 foi marcado por uma redução do orçamento do Instituto Chico Mendes na Lei Orçamentária Anual. A nova dotação levou, com a anuência da alta Gestão do Instituto, a concentrar todo recurso disponível para execução em outras ações, de modo que não houve

execução no âmbito da compensação ambiental no exercício.

Conforme se observa no gráfico abaixo em 2020 já havia ocorrido grande redução do orçamento disponível, que se agravou no exercício de 2021.

Histórico de execução anual – Contas escriturais/OGU (Em milhões)

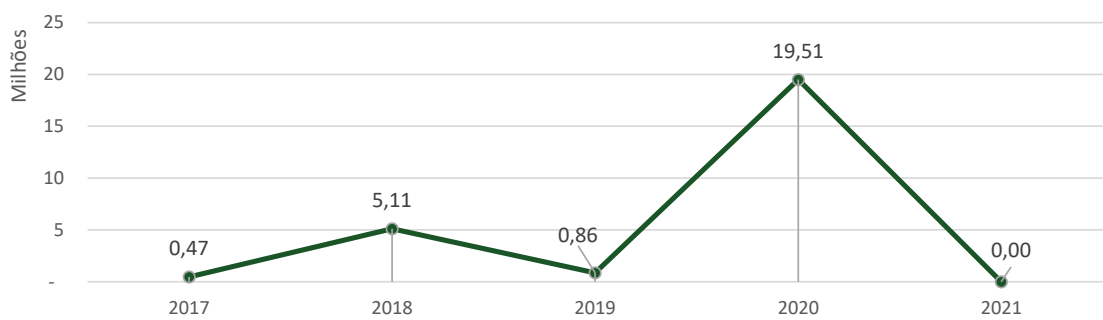


Execução direta

Há, no momento, apenas 1 termo de compromisso vigente na modalidade de execução direta, cumprimento das obrigações relacionadas à compensação ambiental por meio da implementação de ações, diretamente pelo empreendedor ou por seus prepostos, com recursos para

regularização fundiária de duas Unidades de Conservação. Em 2021 os processos referentes a essas duas unidades não avançaram até o momento do pagamento das terras, de modo que não houve execução na modalidade direta.

Histórico de execução anual – Execução direta (Em milhões)

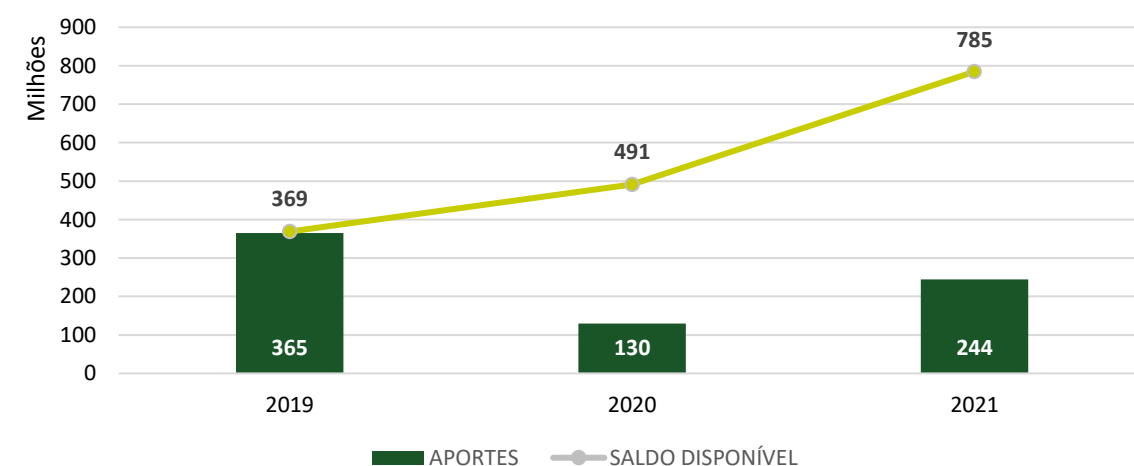


Fundo de Compensação Ambiental – FCA

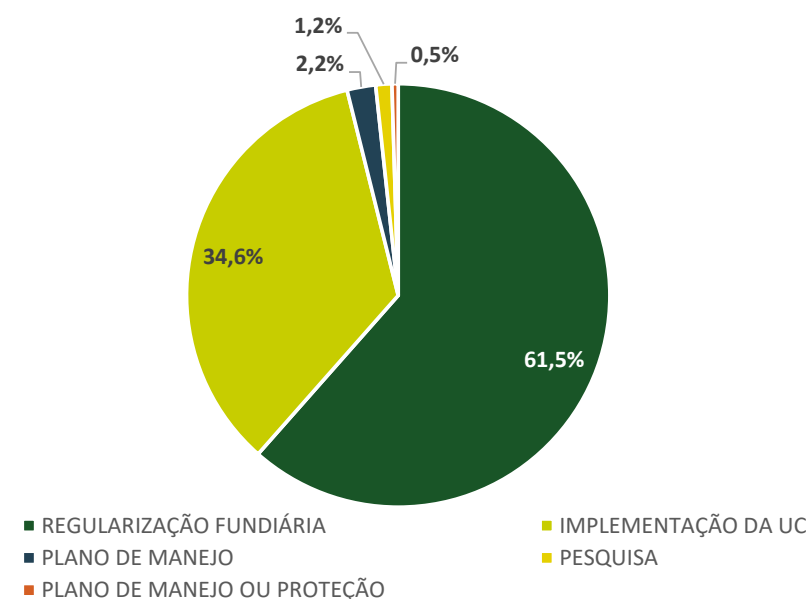
Em seu terceiro ano de existência, o FCA finalizou o exercício de 2021 com um saldo de recursos disponíveis de cerca de R\$ 785 milhões, mantendo-se como modalidade de execução

preferencial dos empreendedores. O montante depositado no Fundo, no período, foi de R\$ 244.399.552,94.

Aportes ao FCA x saldo disponível (Em milhões)



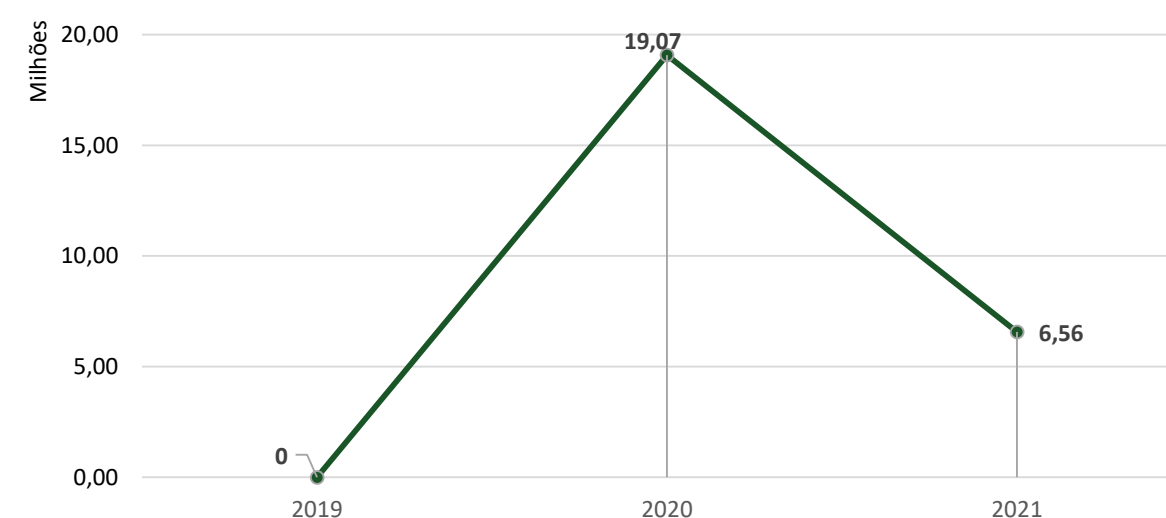
Distribuição do saldo disponível em 2021, por ação de aplicação



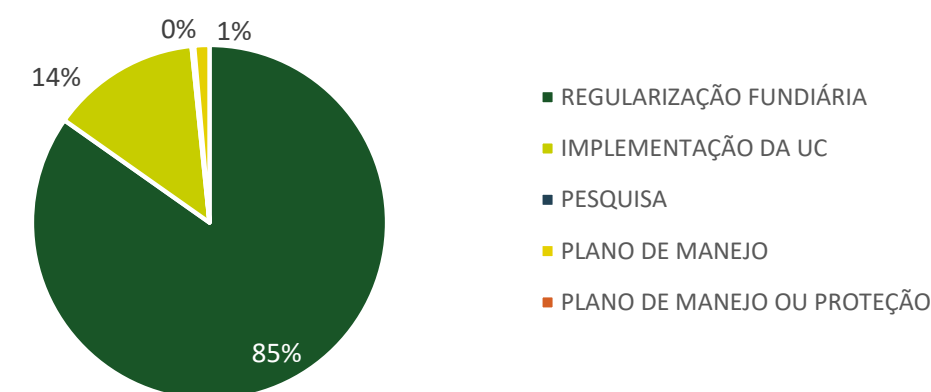
Quanto à execução dos recursos pela Caixa Econômica Federal, é importante mencionar que, até o momento o Planejamento Anual de Execução 2021 não foi totalmente executado.

A execução ocorrida no exercício refere-se a demandas planejadas em exercícios anteriores, à exceção de um processo de aquisição de terras.

Histórico de execução anual – FCA (Em milhões)



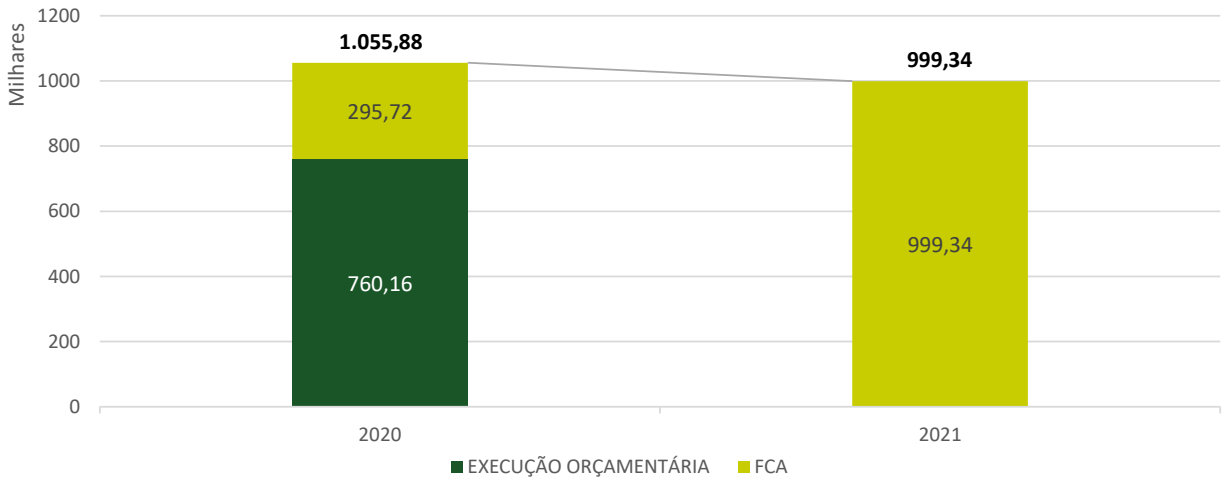
Execução 2021 por ação



Como já destacado, devido ao grande volume de recursos envolvidos nos processos de aquisição de terras para regularização fundiária, tal ação é preponderante para explicar a variação na execução entre o exercício anterior e o atual. O gráfico a seguir mostra a variação da execução entre o exercício anterior e o atual

considerando apenas as demais ações (Plano de Manejo, Implementação e Pesquisa). Observa-se que houve considerável aumento na execução via fundo, que, no entanto, não foi capaz de compensar a ausência de execução via orçamento geral da União.

Execução anual, por modalidade, nas ações de Plano de Manejo, Implementação e Pesquisa (em milhões)



4.6 AGENDA ESTRATÉGICA BIÊNIO 2020/2021

Sendo um dos instrumentos de gestão, a Agenda Estratégica representa a primeira camada do desdobramento da estratégia. Ela contempla as “Iniciativas Estratégicas” prioritárias que são operacionalizadas para permitir o alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico, podendo ser entendidas como “projetos ou planos de ação que viabilizam o alcance dos objetivos estratégicos por meio da entrega de produtos, serviços ou resultados de natureza estruturante.

Iniciativa Estratégica: Aprimorar o processo de certificação de áreas para doação ao ICMBio, ampliando em 20% a disponibilidade de imóveis rurais aptos para doação pela via da compensação de reserva legal, bem como outros tipos de compensação ambiental, ao longo de 2021

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES:

- 1 - Revisar e atualizar a Instrução Normativa nº 5 de 2016, abrangendo outros tipos de compensação;
- 2 - Aprimorar o Sistema de Gestão de Atividades – SISGA com o intuito de melhorar o fluxo e controle de processos;
- 3 - Elaborar fluxograma dos processos de compensação para melhorar a compreensão dentro da coordenação;
- 4 - Realizar Curso de Regularização Fundiária com intuito de capacitar a equipe CGTER e os pontos focais nas GRs e UCs.

Quanto aos resultados obtidos, o Instituto executou 92,31% dos 4 produtos intermediários estabelecidos para alcançar a iniciativa. Cabe ressaltar que só a revisão e atualização da Instrução Normativa ICMBio nº 5, de 19 de maio de 2016, ainda não foi finalizada, haja vista a complexidade do ponto de vista técnico e jurídico, mas atualmente está na fase de elaboração final e submissão à Procuradoria Federal Especializada – PFE do ICMBio.

Entre os principais resultados, encontram-se a identificação de falhas no sistema de gestão de atividades, resultando na busca institucionais por soluções ao quesito; a elaboração do fluxograma dos processos de compensação, que mostra o rito processual e sua complexidade; e a definição quanto à realização do curso EAD de Regularização Fundiária, com apoio da ACADEBio, que, conforme descrito no planejamento, atenderá cerca de 30 servidores.



Celso Margraf

Iniciativa Estratégica: Implementação de estratégias de promoção do pirarucu manejado pelas comunidades tradicionais em áreas protegidas buscando a ampliação de mercados consumidores, com a valorização e o reconhecimento de sua importância socioeconômica e dos serviços ambientais associados

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES:

1 - Ampliação de mercados consumidores e valorização do produto;

2 - Acesso a políticas públicas;

3 - Realização do manejo do pirarucu em 2021 em 7 Unidades de Conservação federais no Amazonas.

Em 2021, em torno de 500 famílias de 8 Unidades de Conservação (das Reservas Extrativistas do Unini, do Baixo Juruá, do Médio Juruá, do Médio Purus, de Auati-Paraná, do Ituxi e do Jutai e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uacari) foram beneficiadas.

Dada a relevância dessa frente de atuação, ainda que não se tenha constituído um dos indicadores de desempenho da DISAT, é fundamental considerar que o manejo do pirarucu superou a meta prevista para o período, conforme abaixo:

Meta 2021	
Previsto	Realizado
200 toneladas	316 toneladas

Deve ser destacado que o aumento da produção foi realizado levando-se em conta a estratégia de comercialização e valorização do pirarucu amazônico oriundo do manejo adequado. Foram realizadas ações promocionais, com destaque para o lançamento do Festival Gosto da Amazônia, realizado em Brasília, que chegou a contar com a participação de representantes das embaixadas da União Europeia, Alemanha, Noruega, França e Estados Unidos e teve ampla cobertura da mídia. Do festival realizado na capital federal, participaram cerca de 50 bares e restaurantes que consumiram 2,5 toneladas do peixe amazônico. Conforme levantamento, cerca de 8 mil pessoas saborearam pratos preparados com pirarucu.

Realizado mediante parceria com o Sindicato e Bares, Hotéis e Restaurantes de Brasília – Sindhobar e a empresa Pescados Beira Mar, responsável pela distribuição do pirarucu, o

manejam. Naquele mês, foram comercializadas duas toneladas do produto, consolidando a cidade do Rio de Janeiro como a principal praça, fora da Amazônia, a consumir o pirarucu de manejo sustentável. Destaca-se que apenas a Associação dos Produtores Rurais de Carauari – ASPROC distribuiu cerca de 12,5 toneladas entre outubro de 2020 e setembro de 2021, o que representa o aumento de 120% em relação à safra anterior. Cabe destaque tanto o trabalho

de promoção do produto feito pela Qualitá Representações quanto os anúncios nas mídias da Editora Globo, como parte da parceria do Festival Gosto da Amazônia com o Rio Gastronomia.

O manejo do pirarucu é um exemplo de que é possível a comunidade dos centros urbanos usufruir de produtos provenientes de comunidades tradicionais que praticam o manejo sustentável dos recursos das florestas e dos rios.



Miguel von Behr

Iniciativa Estratégica: Elaborar política voltada para a ampliação e disponibilização de serviços de apoio à visitação, acrescentando em qualidade e em maiores experiências aos visitantes no contato com a biodiversidade

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES:

1 - Normas de prestação de serviços de apoio à visitação implementadas em parceria com Unidades de Conservação;
2 - Normas para orientação das atividades desenvolvidas em UCs aprovadas e divulgadas;
3 - Normas gerais para o planejamento e a implementação do uso público nas Unidades de Conservação federais desenvolvidos e aprovados;
4 - Normas para delegação de serviços nas modalidades de concessão e permissão elaboradas;
5 - Trilhas nas UCs federais apoiadas e reconhecidas no âmbito da RedeTrilhas;
6 - Estudos e modelagens para concessão de serviços elaborados;
7 - Editais para delegação de serviços publicados;
8 - Normas e procedimentos para fiscalização e monitoramento dos contratos de concessão publicados.

Em dezembro de 2021, o ICMBio concluiu o desenvolvimento de uma iniciativa estratégica orientada à estruturação do uso público. No âmbito da iniciativa, o Instituto intensificou sua atuação na elaboração, divulgação e apoio à implementação de normativos para aprimorar a prestação de serviços de apoio à visitação.

A partir do amadurecimento das experiências e ferramentas de planejamento da visitação, foi possível desenvolver uma portaria específica, a **Portaria nº 289, de 03 de maio de 2021** que trata das normas gerais para o planejamento e a implementação do uso público nas Unidades de Conservação federais e que estabelece, com mais clareza, os instrumentos de gestão da visitação.

Também foram desenvolvidas portarias e instruções normativas com esse propósito, sendo que, no biênio, foram publicados editais para delegação de serviços nas modalidades de Autorização, Permissão e Concessão, com o propósito de prover serviços de apoio à visitação em várias Unidades de Conservação.

A iniciativa estratégica também se dedicou às trilhas, uma das infraestruturas mais básicas e fundamentais para consolidação da visitação nas Unidades de Conservação, e ao reconhecimento delas no contexto da RedeTrilhas, complementando uma estratégia de fortalecimento para a disponibilização de serviços de qualidade nas experiências dos visitantes. No período, foram reconhecidas ou consideradas elegíveis várias trilhas que conectam Unidades de Conservação em unidades da federação no Distrito Federal e nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Os processos de delegação de serviços na modalidade de concessão foram analisados e redesenhados, abrangendo o ciclo de vida de concessões de serviços de apoio à visitação, desde a etapa de estruturação e modelagem (planejamento) até os subprocessos de fiscalização, de apuração de irregularidades e de reequilíbrio econômico-financeiro.

Iniciativa Estratégica: Promover a implementação do Plano de Ação Nacional – PAN Ararinha-azul

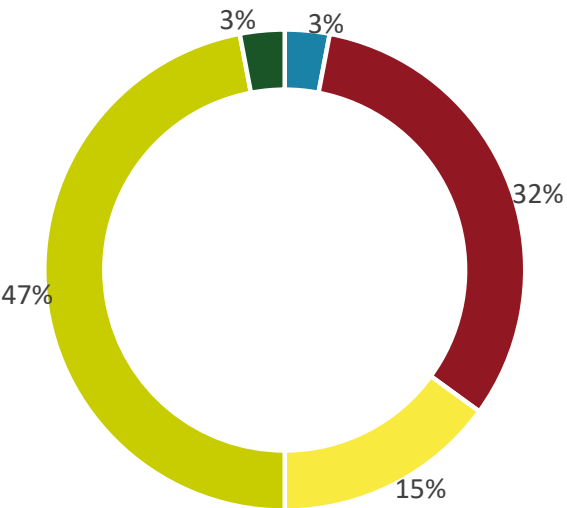
PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES:

1 - Manutenção de um centro de reprodução na área de ocorrência histórica da ararinha-azul, chamado aqui de Centro de Reprodução da Ararinha-azul, já instalado no interior do Refúgio de Vida Silvestre – RVS da Ararinha-azul, operando com uma equipe capacitada de funcionários da Association for the Conservation of Threatened Parrots – ACTP e ICMBio, de acordo com o ACT 08/2019, para promover o manejo de alto padrão utilizando as melhores tecnologias para a reprodução, manutenção e segurança da população;
2 - Construção do recinto de reintrodução de ararinhas-azuis até outubro de 2021 na Fazenda Concórdia ou Ararinha-azul;
3 - Regularização fundiária da Fazenda Concórdia para fins de conservação da caatinga arbustiva e, especialmente a mata ciliar;
4 - Compor anualmente grupos de aves para soltura formado por, no mínimo, 14 filhotes;
5 - Soltura experimental de maracanãs realizada com sucesso até novembro de 2021, e monitoramento dos grupos para avaliação do sucesso dos eventos de soltura;
6 - Redução da captura e da caça de animais silvestres e do comércio ilegal de psitacídeos da região de Curaçá e Juazeiro, até dezembro de 2021, por meio de ações de fiscalização e implementação do Plano Socioambiental da Ararinha-azul;
7 - Início da recuperação do <i>habitat</i> da ararinha-azul, até dezembro de 2021, por meio da supervisão do Projeto Re-Habitar Ararinha-azul, e da indicação de áreas prioritárias para recuperação em condicionantes ambientais de empreendimentos e projetos de conversão de multas;
8 - Participação e engajamento de servidores, comunitários e estudantes da região das UCs visando a continuidade das ações de proteção da espécie e do ambiente após o encerramento do projeto;
9 - Aumento de recursos disponibilizados para as UCs executarem as atividades previstas no período e para que haja continuidade das ações para possibilitar a viabilidade populacional da espécie reintroduzida em longo prazo;
10 - Implementação de um plano de comunicação que abranja as expectativas dos <i>stakeholders</i> , unificando-os em prol da conservação da espécie.

A iniciativa estratégica para “Promover a implementação do Plano de Ação Nacional – PAN ararinha-azul” demonstrou o comprometimento e esforço do ICMBio para viabilizar os meios para reintrodução da ararinha-azul na natureza nos próximos anos. Assim, foi possível fortalecer as parcerias, desenvolver projetos de pesquisa, iniciar um plano de comunicação e buscar soluções para limitações técnicas da região onde as ararinhas serão reintroduzidas.

Todas as ações contribuem para o PAN Ararinha-azul, que está em seu segundo ciclo com vigência até 2024; em sua segunda monitoria, atualmente com 31 ações, foi verificado um grau satisfatório de implementação do PAN, com aumento das ações concluídas e diminuição das ações não iniciadas, conforme os gráficos abaixo. As ações para conservação da ararinha-azul e as informações sobre o andamento do PAN podem ser consultadas na [página do PAN Ararinha-azul](#).

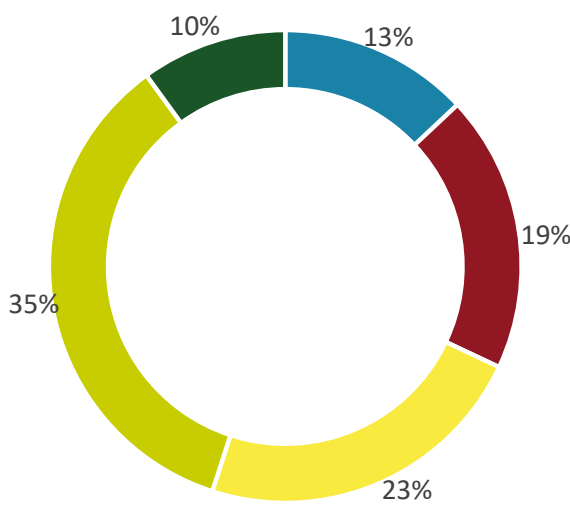
1ª Monitoria - 2020



- Início planejado é posterior ao período monitorado
- Não iniciada ou não concluída
- Em andamento com problemas de realização
- Em andamento no período previsto
- Concluída

A iniciativa estratégica foi integralmente cumprida quanto ao seu escopo e seu objetivo, estando as demais ações já incorporadas aos

2ª Monitoria - 2021



- Início planejado é posterior ao período monitorado
- Não iniciada ou não concluída
- Em andamento com problemas de realização
- Em andamento no período previsto
- Concluída

fluxos normais estabelecidos na execução do Plano de Ação Nacional para a Conservação da Ararinha-azul.

Iniciativa Estratégica: Elaborar uma estratégia de proteção para as Unidades de Conservação federais com maior impacto e pressão de desmatamento no bioma Amazônico

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES:

1 - Institucionalização de uma estratégia de proteção ambiental que possa ser replicada em cada ciclo de planejamento

Em 2021 a Coordenação de Fiscalização, junto com a Coordenação Geral de Proteção, e com a Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, desenvolveu a seguinte iniciativa estratégica, alinhada ao objetivo 11 do planejamento estratégico do MMA: “elaborar uma estratégia de proteção para as UCs federais de maior impacto e pressão do desmatamento no bioma amazônico”.

Essa iniciativa teve como finalidade a elaboração de uma estratégia de proteção consolidada e replicável, que garantisse aos próximos tomadores de decisão mecanismos objetivos para levantamento das regiões prioritárias de atuação no bioma amazônico, ou seja, aquelas mais impactadas, ameaçadas e pressionadas e que, historicamente, respondem pelos maiores percentuais de desmatamento dentro de Unidades de Conservação na Amazônia Legal.

Concomitantemente, desenvolveu-se uma série de metodologias para que essas frentes de ação fossem também atendidas de maneira prioritária no recebimento de recursos físicos (equipamentos e materiais necessários para implementação da estratégia de proteção), humanos (através do recrutamento de agentes de fiscalização para participação nas UCs em questão) e orçamentários (com definição de metodologia para descentralização de recursos orçamentários). As principais entregas realizadas em 2021 para construção do projeto foram a criação de:

- Metodologia definida de levantamento de UCs prioritárias junto à DMIF;
- Metodologia definida de descentralização de recursos para as UCs prioritárias junto à DPRO;
- Metodologia definida de recrutamento de agentes de fiscalização para as UCs prioritárias;
- Levantamento de equipamentos e materiais necessários para implementação da estratégia de proteção disponíveis e faltantes nas UCs prioritárias;
- Levantamento de instituições parceiras a fim de garantir apoio e participação nas ações de fiscalização ambiental; e
- Metodologia de acompanhamento das ações de fiscalização definida em todos os níveis (UCs, GRs, COFIS e CGPRO).

Como resultado final, a COFIS atualmente tem disponível um projeto formal que poderá ser replicado em cada ciclo de planejamento a fim de intensificar as ações de fiscalização e disponibilização de recursos em áreas prioritárias e que teve como proposta atuar com uma visão de território, integrando o planejamento, a execução e o controle das ações de combate ao desmatamento com gerências regionais, gestores das UCs, agentes de fiscalização e instituições parceiras para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais e o controle das taxas de desmatamento.

Iniciativa Estratégica: Desenvolver o Sistema de Sistematização de Dados de Biodiversidade do Programa Monitora – SIS-Monitora e o Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade Associados à Análise de Impacto Ambiental – Sisbia para cadastramento e gestão de dados de biodiversidade e disponibilização à sociedade, por meio do Portal da Biodiversidade

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES pelo SIS-MONITORA:

- 1 - Formulários de entrada de dados de monitoramento da biodiversidade criados e testados;
- 2 - Metodologia criada para incorporar dados anteriores aos do Programa Monitora no sistema;
- 3 - Primeira versão do sistema desenvolvida.

O SIS-Monitora permite automatizar todo o processo de coleta de dados previstos no Programa Monitora, instituído pela **Instrução Normativa ICMBio nº 3, de 04 de setembro de 2017** o que facilita a análise e apresentação de resultados para a tomada de decisão.

O SIS-Monitora é uma aplicação web, hospedada no ICMBio. A primeira versão já está apta a receber os dados de monitoramento dos subprogramas Terrestre e Aquático Continental, porém, correções, melhorias e novas funcionalidades têm sido necessárias para uma plena execução do sistema.

Para atender ao Programa, aos gestores e à sociedade como um todo, o SIS-Monitora ainda necessita de manutenções corretivas (correção

de defeitos) e evolutivas (adição de melhorias e novas funcionalidades) para sua consolidação, além da estruturação do atendimento, da capacitação de usuários e da consolidação da política de dados do Programa.

Em 2021, os formulários de recebimento de dados coletados em campo, por meio de aplicativo para **tablets** e celulares, foram praticamente finalizados. Além disso, foi encontrada uma solução para incorporação, no SIS-Monitora, de dados de monitoramento existentes antes da implementação do Programa Monitora, o que representou um desafio porque foram coletados a partir de outras metodologias. O gráfico abaixo ilustra o grau de alcance dos pacotes de trabalho planejados para o alcance dos resultados esperados do SIS-Monitora.

Situação da etapas previstas para o Sis-Monitora



PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES SISBIA

- 1 - Sistema desenvolvido e entregue;
- 2 - Normas de uso e operação propostas;
- 3 - Melhorias planejadas para o sistema.

Já o Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental – Sisbia visa manter um registro único dos dados de biodiversidade levantados pelos estudos biológicos exigidos no licenciamento ambiental, o que amplia o conhecimento utilizado em vários processos do ICMBio.

A falta de sistematização dos dados obtidos no licenciamento ambiental impede análises ambientais complexas e integradas, necessárias para embasar as decisões tomadas no licenciamento e na conservação do patrimônio espeleológico e biodiversidade. Para atender as necessidades técnica e legal da sistematização de dados de fauna e flora está sendo desenvolvido o Sisbia.

O Sisbia possibilitará que o ICMBio tenha acesso aos dados do licenciamento para fins de subsídios às ações de conservação, propiciando o cumprimento do disposto no artigo 13 da **Instrução Normativa ICMBio/IBAMA nº 01, de 8 de dezembro de 2014**: “os dados relativos à fauna

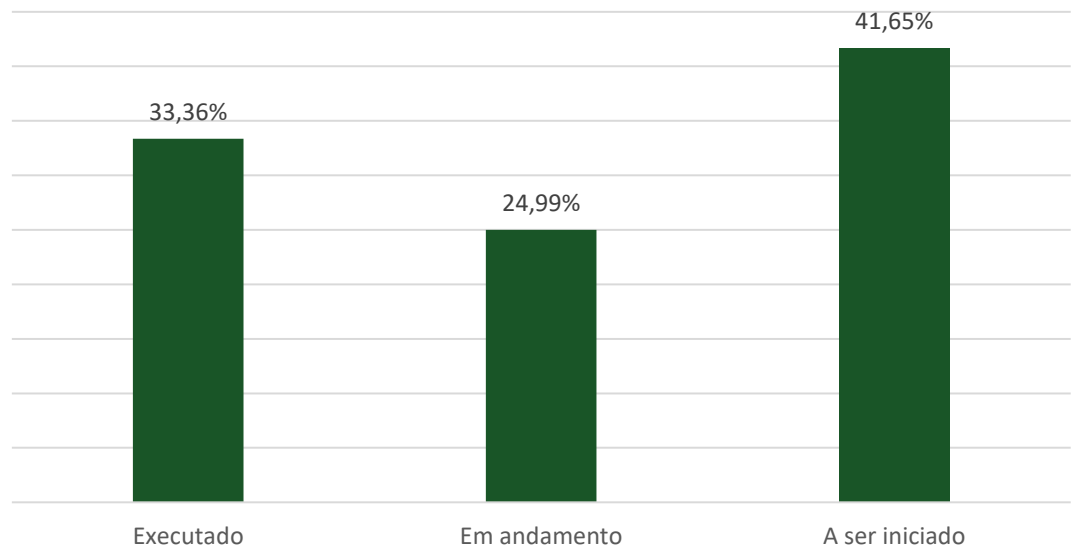
silvestre oriundos dos estudos, programas de monitoramento e procedimentos de resgate de fauna vinculados ao licenciamento ambiental federal serão depositados no Sisbio”, garantindo, às duas autarquias (IBAMA e ICMBio) o acesso amplo e irrestrito a estes dados.

O Sistema encontra-se pronto para seu lançamento. Porém, antes, devem ser aprovadas e publicadas as Instruções Normativas que instituem formalmente o sistema e determinam o seu uso por parte dos empreendedores cujas atividades requerem licenciamento ambiental. Em 2021, tais normativas foram elaboradas e encontram-se em fase de aprovação tanto no âmbito do ICMBio, como do IBAMA.

Funcionalidades adicionais, que não constam da primeira versão foram planejadas para 2021.

O gráfico abaixo ilustra o grau de alcance dos pacotes de trabalho planejados para o alcance dos resultados esperados do Sisbia.

Situação da etapas previstas para o Sisbia



Iniciativa Estratégica: Definir a política de movimentação dos servidores deste Instituto com a instituição do quadro referencial mínimo de servidores por unidade

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES:
1 - Painel dinâmico de informações para auxiliar na consulta interna sobre a proposta de uma nova Política de Remoção de servidores;
2 - Nova Política de Remoção de Servidores.

Remoção Interna integra um estudo trans-versal que envolve diversos agentes e unidades do ICMBio. O estudo está sendo realizado e encontra-se em fase avançada, tendo sido realizadas reuniões de discussões institucionais e apresentada a proposta ao Comitê Gestor.

Porém, ainda se faz necessário o alinhamento de pontos específicos para a entrega de um melhor produto à instituição e aos servidores, em especial quanto ao refinamento dos critérios para definição da distribuição da força de trabalho nas unidades organizacionais do ICMBio.

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES:
1 - Efetuar o estudo da estrutura do portal do ICMBio na versão atual para identificar possíveis riscos ao andamento do projeto;
2 - Analisar a documentação disponível na SGD quanto aos requisitos para migração do portal;
3 - Identificar os conteúdos disponíveis no portal atual do ICMBio e verificar quais os conteúdos obrigatórios para a migração para o GOV.BR;
4 - Identificar a estratégia de migração mais adequada às necessidades do ICMBio;
5 - Efetuar a migração dos conteúdos mínimos exigidos pela SGD para a plataforma GO.BR para o ano de 2020;
6 - Implementar rotinas de atualização dos conteúdos por meio de cadastramento dos responsáveis na plataforma.

Nessa linha, a criação do painel dinâmico de informações também está em fase de estudos para definição dos critérios que visam estimar

o tamanho referencial das equipes de servi-dores nas unidades organizacionais do ICMBio.

Iniciativa Estratégica: Migrar o portal ICMBio para o portal Gov.br

Após o estudo da estrutura do portal do ICMBio, antes da migração, foram identificados os seguintes riscos que poderiam impactar no andamento do projeto:

Risco 1: Não ser possível a migração de todo o conteúdo obrigatório

Risco 2: Não ser possível realizar a migração de todo o conteúdo para o site do Gov.br.

O único requisito para a migração do portal era migrar o conteúdo obrigatório, como: serviços, assuntos, acesso à informação, composição, centrais de conteúdo, canais de atendimento, redes sociais, e navegação. Porém, após

análise, foi verificado que o ICMBio não tinha todo esse conteúdo em seu site.

Após a verificação dos conteúdos obrigatórios solicitados, foi migrado todo o conteúdo obrigatório que o site do ICMBio possuía. Utilizou-se como estratégia uma ferramenta para a migração das notícias e as outras páginas foram migradas de forma manual.

Assim, foi acordado que cada área de negócio poderia ter acesso às páginas específicas para realizar a gestão de seu conteúdo e a Divisão de Comunicação passa a ser a responsável pela atualização do conteúdo.

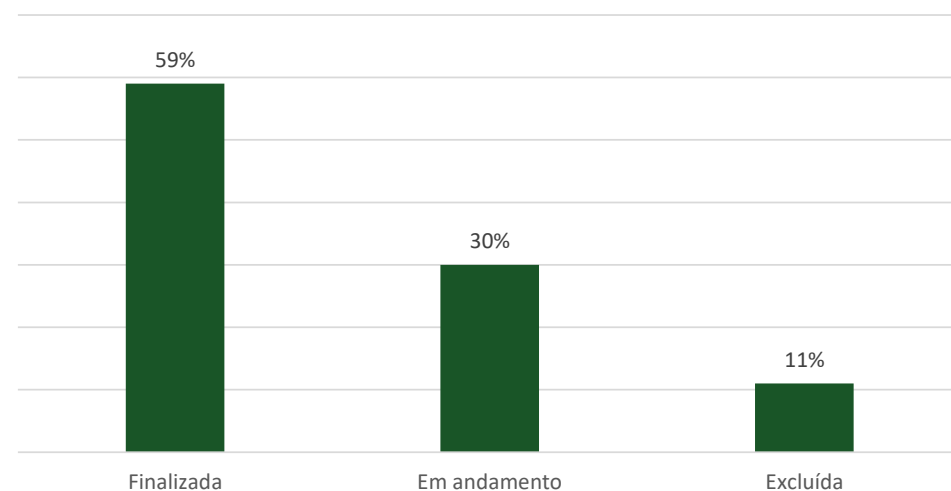


4.7 TRANSFORMAGOV

O ICMBio aderiu, no final de 2020, ao Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado – TransformaGov e, ao longo de 2021 implementou e monitorou as ações propostas no plano de trabalho pactuado junto ao Ministério da Economia – ME. Ao todo, o Instituto trabalhou em 27 ações de transformação institucional que buscaram soluções para que a Autarquia otimizasse a execução de políticas públicas e tornasse o gasto público mais eficiente.

O TransformaGov foi criado pelo Governo Federal para fortalecer a ação do Estado por meio do aperfeiçoamento da gestão pública. São ações de transformação institucional nas áreas de gestão estratégica; processos de trabalho; arranjos institucionais e estruturas organizacionais; serviços ao cidadão; e pessoas.

Status das ações TransformaGov



ALGUMAS AÇÕES DO TRANSFORMAGOV IMPLANTADAS EM 2021

Governança e gestão estratégica

Ação: Instituir o Programa de Gestão para Resultados, com vistas a propor e implementar projetos de inovação e melhoria de gestão

Ação implementada no Instituto, o Programa de Gestão para Resultados permitiu a realização de atividades fora das dependências do Instituto, com dispensa do controle de frequência, por meio de definição de metas superiores de produtividade aos servidores públicos participantes e da efetiva mensuração dos resultados pactuados.

Ação: Cadastrar o ICMBio no ambiente restrito do Raio-X e validar suas informações no painel

O Instituto aderiu ao [Painel Raio-X](#), site que permite que cidadãos acompanhem ações do Governo Federal. Com isso, os gestores passam a ter um local confiável de dados de diversas dimensões dos serviços públicos.

Ação: Analisar a estrutura organizacional e de recursos humanos das instâncias de integridade do Instituto e propor ações para sua adequação à sua efetiva atuação

Como produto de implementação dessa ação, o Instituto publicou o Diagnóstico Situacional de Implantação do Programa de Integridade do ICMBio que avaliou qualitativamente a implementação do Programa de Integridade do ICMBio. O escopo da ação foi analisar a estrutura organizacional e de recursos humanos das instâncias de integridade do Instituto, propondo ações para sua adequação à sua efetiva atuação e serviu de insumo para a elaboração do plano de trabalho de implantação do Programa de Integridade do ICMBio no ano de 2021.

Processos de trabalho

Ação: Instituir Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD

Com a finalidade de orientar e coordenar o processo de análise, avaliação e seleção dos conjuntos documentais arquivísticos no âmbito do ICMBio, foi instituída, por intermédio da Portaria ICMBio nº 134, de 25 de fevereiro de 2021 a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD.

Ação: Implementar a organização e o tratamento do acervo documental da área-meio da Sede do ICMBio

A gestão adequada dos documentos proporciona agilidade na recuperação e acesso a informações, preserva a memória institucional e evita o desperdício de recursos com a manutenção de documentos que não possuem valor.

Dessa forma, o Instituto, após a criação das listagens de eliminação de documentos e análise da CPAD e do Arquivo Nacional, eliminou mais de 26 metros lineares de documentos.

Ação: Adotar a solução Protocolo Digital do Governo Federal utilizando a solução Gov.br

Com a adesão ao Protocolo Digital, todos ganham, pois é uma ferramenta integrada ao sistema de processo administrativo eletrônico que permite aos usuários externos dos serviços públicos (portador/apresentante/interessado, pessoa física ou jurídica) protocolar eletronicamente documentos e requerimentos para os órgãos e entidades da administração pública federal no **Protocolo Digital do ICMBio**.

Ação: Implantar o Barramento de Serviços do Processo Eletrônico Nacional – PEN

O Barramento de Serviços do PEN é uma plataforma centralizada, desenvolvida pelo Ministério da Economia, que permite o trâmite de processos ou documentos administrativos digitais de maneira segura e com confiabilidade de entrega entre órgãos ou entidades que possuem os mais diferentes sistemas de processo administrativo eletrônico, como o SEI, SAPIENS, eDOC, SIPAC, SUAP, dentre outros. Ao implantar essa ação, o ICMBio ganhou agilidade e confiabilidade no trâmite eletrônico de processos entre órgãos, economia nos custos do trâmite (preparo, correio, manuseio do papel) e integração com órgãos de outros poderes e entes federativos.

Ação: Instalar o Módulo Estatístico do SEI, para acompanhamento estratégico do órgão central

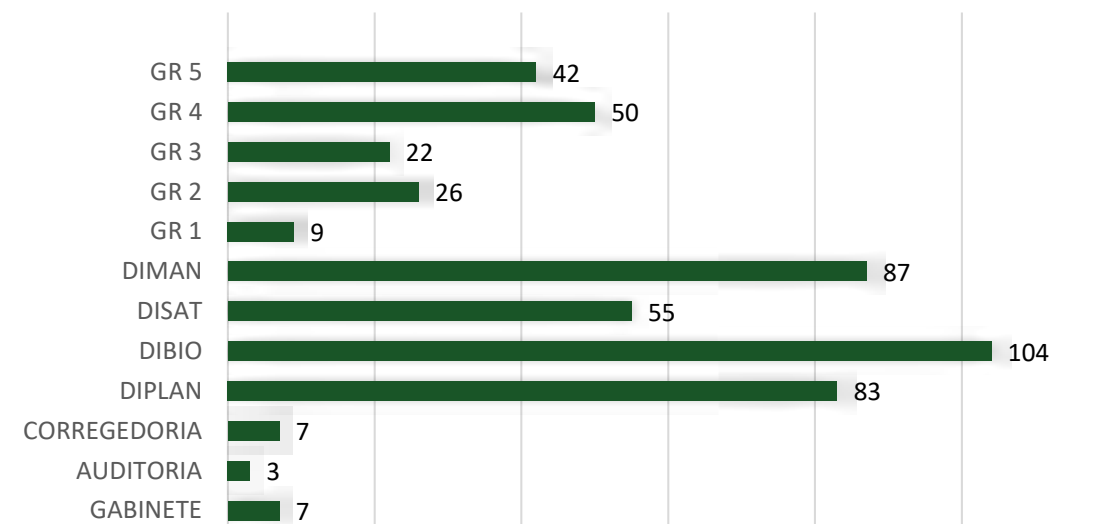
Buscando dar mais transparência ao cidadão sobre a quantidade estatística dos processos em meio eletrônico, foi instalado o Módulo Estatístico no SEI usado pelo Instituto. A ação permite, dentre outras funcionalidades, a geração dados estatísticos negociais, como a quantidade de processos/documentos, de tipos de documentos e de usuários.

Pessoas

Ação: Estabelecer o perfil desejável para cargo Grupo DAS ou FCPE, de níveis 5 e 6

O modelo de Gestão por Competências proporcionou a identificação das competências necessárias à consecução dos objetivos institucionais, com vistas ao alcance da excelência de atuação de membros, servidores e do Instituto como um todo. A ação resultou na publicação do **Dicionário de Competências** cujo objetivo é definir as habilidades necessárias que irão credenciar um profissional a exercer determinada função dentro da organização.

Distribuição de servidores em teletrabalho quantidade



Ação: Implementar o Programa de Gestão no ICMBio, nos termos da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020 – Teletrabalho

Publicada a **Portaria ICMBio nº 630, de 30 de setembro de 2021** que estabelece os procedimentos gerais para a instituição do Programa de Gestão, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com entrada em vigor em 1º de novembro de 2021.

Patrimônio e custeio

Ação: Aderir ao Almojarifado Virtual

Com o objetivo de diminuir custos administrativos, desburocratizar o processo de fornecimento e reduzir o espaço físico ocupado com estoque, o Instituto Chico Mendes aderiu ao almoxarifado virtual e passou a dispor de um serviço de logística, com disponibilização de sistema informatizado para fornecimento de materiais de consumo administrativo, ou seja, materiais de expediente (papel, caneta, grampeador) e suprimentos de informática (CD, DVD, pen drive), com entregas em todo território nacional.

Ação: SALA360º

A Sala360º consiste na constituição de uma rede de espaços de trabalho de uso compartilhado e rotativo (*coworking*), distribuídos geograficamente nos grandes municípios, com infraestrutura adequada para trabalho remoto, disponibilizados para uso dos servidores dos órgãos membros da rede. Nesta linha, o ICMBio reservou um espaço na Sede, com a instalação de 8 equipamentos completos e um VoIP para uso compartilhado e rotativo no desenvolvimento de trabalho remoto. O espaço é aberto para o uso de servidores de qualquer órgão ou entidade.



Mariana Oliveria

5

INFORMAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E
CONTÁBEIS

Acervo Tamar

ICMBIO.GOV.BR



5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, bem como a declaração do contador e o rol de responsáveis podem ser acessadas no site institucional do ICMBio, conforme lista de links a seguir.

Descrição
Balanco Patrimonial
Demonstração das Variações Patrimoniais
Balanco Orçamentário
Balanco Financeiro
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Declaração do Contador
Rol de Responsáveis

5.2. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

OBJETIVO ESTRATÉGICO 21:

Promover uma gestão orçamentária e financeira alinhada ao planejamento estratégico integrado com as entidades vinculadas

Balanco Orçamentário

No presente tópico, serão demonstradas as receitas e despesas previstas e realizadas e o saldo apurado, correspondente ao excesso ou à insuficiência de arrecadação, bem como as despesas por categorias, discriminando a dotação inicial, atualizada, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.

Receita Arrecadada

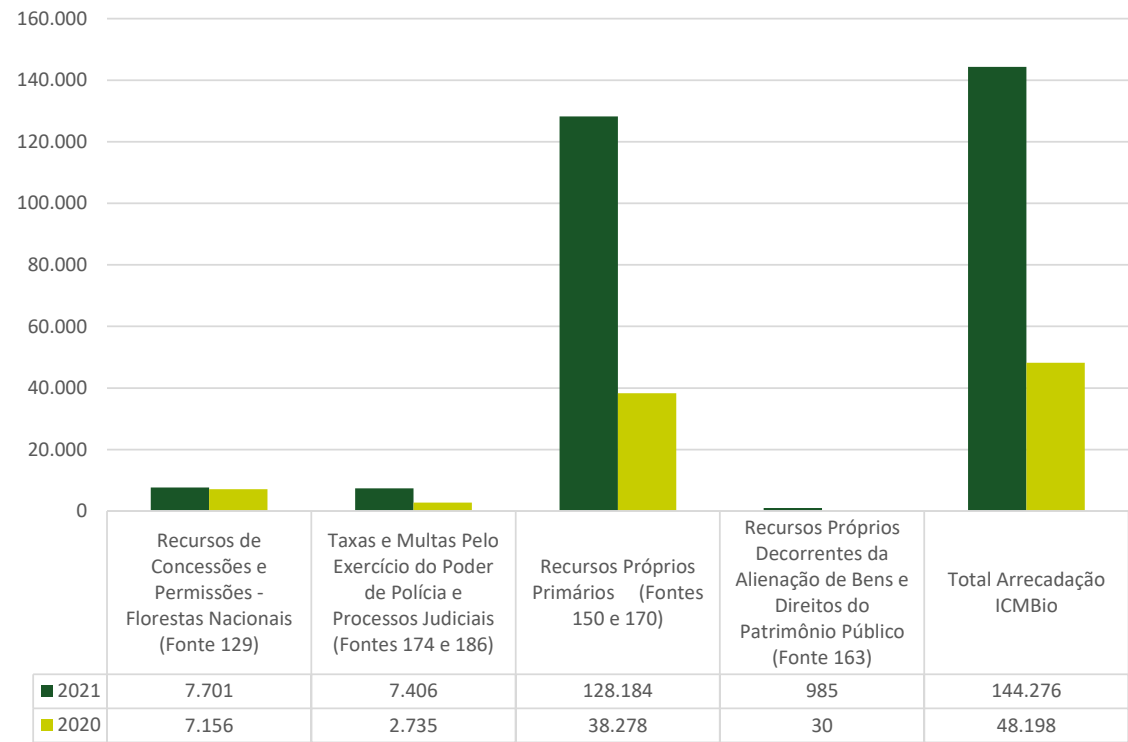
No exercício de 2021, as receitas realizadas pelo Instituto foram, aproximadamente, de R\$ 146,2 milhões. Na tabela e no gráfico a seguir, estão demonstradas as principais receitas realizadas no período, comparadas com as auferidas no exercício anterior.

Descrição	2021	2020
Total receita corrente e capital	146.222	48.197
Receita patrimonial:	45.724	17.568
Exploração patrimonial, concessões, arrendamentos etc.	36.076	10.412
Exploração recursos naturais – concessões de florestas	9.647	7.155
Receita agropecuária	121	36

Descrição	2021	2020
Receita de serviços	90.838	27.728
Outras receitas:	8.553	2.835
Multas	7.415	2.735
Indenizações	1.137	76
Receita capital (alienação de bens)	984	29

Comparativo das Receitas Arrecadadas em 2021 e 2020
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Comparativo das receitas totais 2021 x 2020



As receitas de concessões e permissões, no valor de R\$ 7,7 milhões, advindas da exploração de recursos naturais das florestas nacionais, correspondem ao repasse de 40% ao ICMBio da arrecadação pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, responsável pela cobrança das receitas oriundas dos preços das concessões florestais.

Os recursos advindos das multas ambientais, no valor aproximado de R\$ 7,4 milhões, representam 5,1% do total arrecadado em 2021, com um acréscimo de 170% em relação ao

exercício de 2020, ocasionado, principalmente, pelo pagamento de autos de infração de valores elevados. Do montante apresentado, 70% referem-se à arrecadação realizada diretamente pelo Instituto, enquanto 29% provêm de cobrança efetuada pela Advocacia-Geral da União – AGU, mediante repasse dos pagamentos de débitos inscritos em dívida ativa da União.

As receitas de recursos próprios, responsáveis pelas arrecadações decorrentes das concessões de serviços, áreas ou instalações em Unidades de Conservação para a exploração de atividades de visitação, voltadas à educação ambiental, à

preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental, à recreação em contato com a natureza e às autorizações de supressão vegetal – ASV, representam as principais fontes do Instituto, responsáveis por 88% do total arrecadado em 2021, com um acréscimo em torno de 234% em relação ao exercício de 2020.

Dentre as receitas, destacam-se as provenientes de arrendamentos, visitação em Unidades de Conservação, e concessão, sendo contabilizado o montante de R\$ 49,2 milhões, representando

38% do total arrecadado de recursos próprios. Em destaque as ASV, cujo montante de R\$ 76,5 milhões representa 59% do total arrecadado de recursos próprios, o que possibilitou estar o exercício de 2021 dentre as maiores arrecadações do ICMBio.

Os recursos decorrentes da alienação de bens e direitos do patrimônio público, de R\$ 985 mil, representam 0,7% do total arrecadado em 2021. Por se tratar de procedimento iniciado em 2020, houve um acréscimo considerável quando comparado ao referido exercício.

Principais Unidades de Conservação Arrecadadoras	2021
Floresta Nacional de Saracá Taquera/ PA	69.220
Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral /RS	20.529
Parque Nacional da Tijuca /RJ	12.893
Parque Nacional do Iguaçu/PR	12.759
Floresta Nacional de Carajás/PA	7.157
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha/PE	1.828
Parque Nacional de Canela/RS	451
Total	124.837

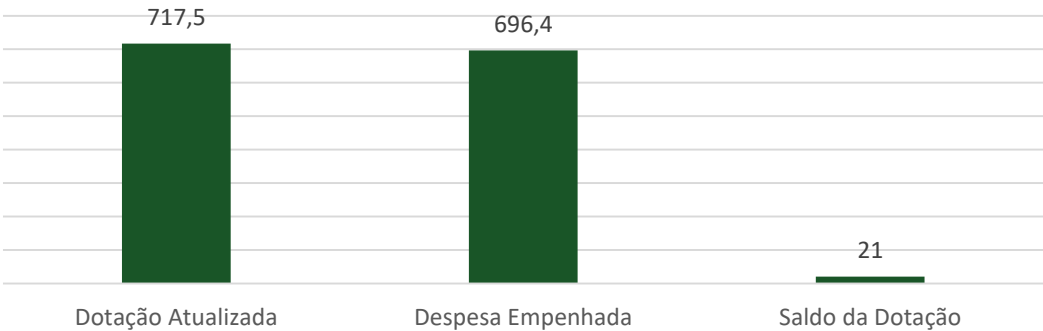
Demonstrativo das principais Unidades de Conservação arrecadadoras

Execução orçamentária e financeira da despesa

A dotação orçamentária consignada ao ICMBio, no exercício de 2021, apresentou valor final de R\$ 717,5 milhões.

A despesa empenhada corresponde a R\$ 696,4 milhões, aproximadamente 97% da dotação atualizada de R\$ 717,5 milhões. Dessa forma, o saldo da dotação orçamentária foi de R\$ 21,0 milhões, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Execução Orçamentária da Despesa (Em milhões)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

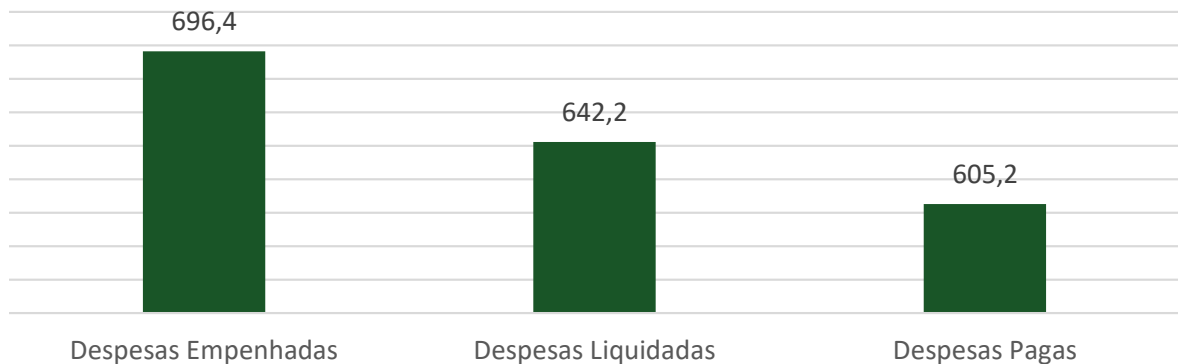
Da despesa empenhada, de R\$ 696,4 milhões, R\$ 642,4 milhões foram liquidadas e

R\$ 605,2 milhões pagas, conforme tabela e gráfico abaixo.

Despesa orçamentária	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação
Despesas correntes	323.524	669.616	648.558	617.840	580.594	21.057
Pessoal e encargos	189.396	416.628	399.759	399.759	369.970	16.869
Outras despesas	134.127	252.987	248.799	218.081	210.624	4.188
Despesa capital	22.462	47.938	47.906	24.631	24.607	31
Investimentos	2.970	27.691	27.659	4.384	4.360	31
Inversões financeiras	19.492	20.247	20.247	20.247	20.247	-
Total	345.987	717.555	696.465	642.472	605.202	21.089

Consolidado da Execução Orçamentária e Financeira da Despesa
 Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Despesa empenhada, liquidada e paga (Em milhões)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

As despesas pagas, no valor de R\$ 605,2 milhões, representam 87% dos valores empenhados no exercício de 2021. As despesas

liquidadas a pagar correspondem, aproximadamente, a R\$ 37,2 milhões.

Detalhamento da Execução Orçamentária e Financeira Da Despesa – Comparativo Exercícios de 2020 e 2021

Na tabela Execução Orçamentária e Financeira – Exercícios de 2020 e 2021, é apresentado detalhamento comparativo da execução orçamentária por Grupo de Despesa e Programa de Governo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021														
DETALHAMENTO	2020						2021						Em R\$ Mil	%
Grupo de Despesa	Dotação Atual (a)	Destaque Concedido (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	Pago (e)	RP Pago * (f)	Dotação Atual (g)	Destaque Concedido (h)	Empenhado (i)	Liquidado (j)	Pago (k)	RP Pago * (l)	Variação (m)=k-e	Variação (n)=k/e
INVERSOES FINANCEIRAS	82.981,50	82.074,54	82.981,50	82.981,50	82.919,90	3.898,10	20.247,06	20.247,06	20.247,06	20.247,06	20.247,06	61,65	-62.672,84	-76%
INVESTIMENTOS	4.067,59		4.067,31	83,01	83,01	7.445,25	27.691,50		27.659,94	4.384,79	4.360,90	5.111,88	4.277,89	5153%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	221.729,97	4.458,27	217.440,32	183.383,68	179.483,37	27.102,41	252.987,76	2.243,62	248.799,72	218.081,48	210.624,30	25.616,51	31.140,93	17%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	407.707,49	375,42	394.466,10	394.203,81	370.928,24	24.559,28	416.628,75	475,74	399.759,02	399.759,02	369.970,57	23.275,35	-957,67	0%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.134,67												0,00	#DIV/0!
Total Geral	719.621,22	86.908,23	698.955,24	660.652,01	633.414,52	63.005,03	717.555,07	22.966,42	696.465,73	642.472,34	605.202,83	54.065,39	-28.211,69	-4%
	2020						2021						Em R\$ Mil	%
Programa de Governo	Dotação Atual (a)	Destaque Concedido (b)	Empenhado (.c)	Liquidado (d)	Pago (e)	RP Pago * (f)	Dotação Atual (g)	Destaque Concedido (h)	Empenhado (i)	Liquidado (j)	Pago (k)	RP Pago * (l)	Variação (m)=k-e	Variação (n)=e/k
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO						7.479,05							0,00	0%
OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	84.639,31	84.638,56	84.637,38	84.637,38	84.637,38		21.824,68	21.824,68	21.824,68	21.824,68	21.824,68		-62.812,70	-100%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.134,67												0,00	0%
CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURS	124.314,83	2.100,54	123.694,67	104.109,51	103.302,78		120.461,50	483,48	120.193,39	96.555,61	96.274,22	10.135,74	-7.028,56	-90%

PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS NOS BIOMAS	21.663,53		21.259,00	14.242,64	12.608,89		87.481,23		87.419,35	63.706,03	57.663,29	7.229,11	45.054,41	-43%
CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTAVEL DA BIODIVERSIDADE						27.951,09						4.360,15	0,00	0%
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE						27.574,89						323,17	0,00	0,00
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	485.868,89	169,13	469.364,19	457.662,48	432.865,48	0,00	487.786,65	658,25	467.028,32	460.386,02	429.440,64	32.017,22	-3.424,83	0,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							1,00						0,00	0,00
Total Geral	719.621,22		86.908,23	698.955,24	660.652,01	633.414,52	63.005,03	717.555,07	22.966,42	696.465,73	642.472,34	605.202,83	54.065,39	-28.211,69 -12%

* RP Pago: Restos a Pagar Processados e Não Processados Pagos

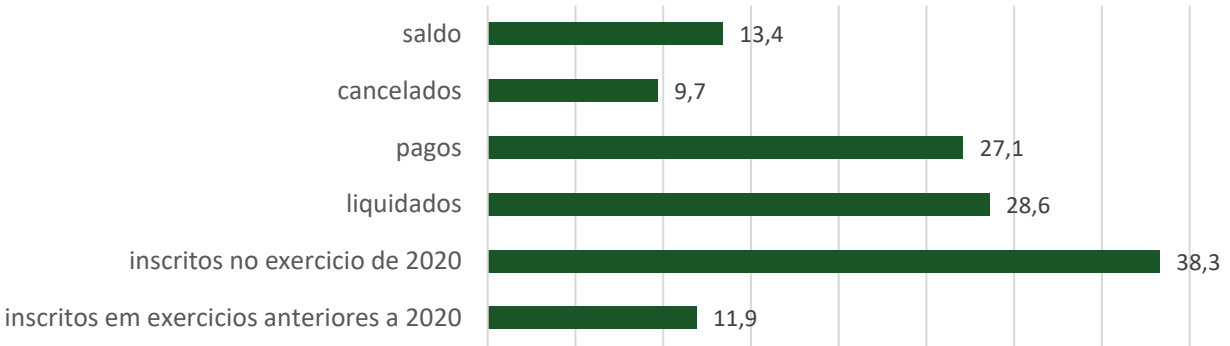
Restos a Pagar

Restos a pagar são as despesas empenhadas em determinado ano, mas não pagas até o fim do mesmo exercício orçamentário, em 31 de dezembro. Se a despesa foi empenhada e liquidada, isto é, de fato realizada, ela passa a ser inscrita como resto a pagar processado. Se não foi liquidada, vira resto a pagar não processado.

Evolução de Restos a Pagar Não Processados em 2021

No início do exercício de 2021 o saldo inicial inscrito em contas contábeis de restos a pagar não processados foi de, aproximadamente, R\$ 50,2 milhões. A evolução no período está representada no gráfico abaixo.

Evolução restos a pagar não processados – 2021 (Em milhões)

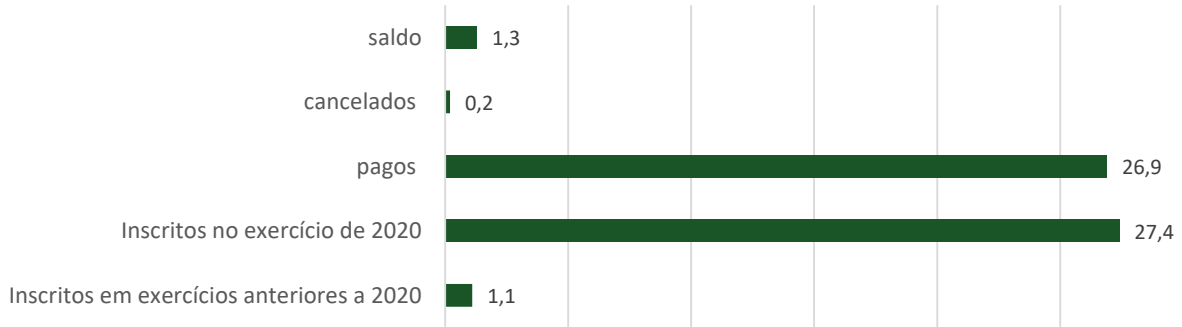


Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Durante o exercício de 2021, 73,3% dos restos a pagar não processados foram liquidados e posteriormente pagos e/ou cancelados (R\$ 36,8 milhões). Atualmente, o saldo remanescente de restos a pagar não processados, a liquidar e a pagar é de, aproximadamente, R\$ 13,4 milhões.

Do mesmo modo, no próximo gráfico – Evolução restos a pagar processados em 2021 está demonstrada a evolução dos restos a pagar processados e dos não processados que foram liquidados no período.

Evolução restos a pagar processados em 2021 (em milhões)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

O valor inscrito em exercícios anteriores, somado com os inscritos no final de 2020 perfazem, aproximadamente, um total de R\$ 28,5 milhões. DesTos, 95,4% foram pagos e/ou cancelados ao longo do exercício de 2021. Permanece um saldo a pagar de R\$ 1,3 milhão de restos a pagar processados.

Estoque de Restos a Pagar para o Início do Exercício de 2022

Para o início de 2022 permanecem inscritos os seguintes valores em restos a pagar: R\$ 13,4 milhões referentes a restos a pagar não processados, somados, ainda, aos restos a pagar processados, no valor de R\$ 1,3 milhão, perfazendo a totalidade de R\$ 14,7 milhões.

Balanço Patrimonial

No Balanço Patrimonial estão representados a posição estática dos ativos e passivos do Instituto, o resultado do período e o acumulado,

ao longo de vários exercícios da gestão patrimonial, conforme demonstrado nas tabelas abaixo

Ativo	2021	2020
Ativo circulante	579,5	518,9
Caixa	160,8	91,5
Créditos a curto prazo	415,5	424,8
Estoques	3,2	2,6
Ativo não circulante	10.737,5	10.752,4
Realizável a longo prazo	14,2	13,2
Imobilizado	10.722,0	10.739,0
Intangível	1,2	0,2
Total do Ativo	11.317,1	11.271,4

Passivo e Patrimônio Líquido	2021	2020
Passivo circulante	114,1	60,4
Obrigações trabalhistas	33,9	23,5
Fornecedores e contas a pagar	2,9	2,4
Demais obrigações a curto prazo	77,2	34,5
Patrimônio Líquido 23000.00.00	11.202,8	11.210,8
Resultados acumulados	11.202,8	11.210,8
Resultado do exercício	14,3	1.140,5
Resultado de exercícios anteriores	11.210,8	10.076,4
Ajustes de exercícios anteriores	-22,3	-6,0
Total do Passivo + PL	11.317,1	11.271,4

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

	2021	%		2021	%
Ativo circulante	579,5	5,1	Passivo circulante	114,1	1,1
Ativo não circulante	10.737,5	94,9	Patrimônio Líquido	11.202,8	98,9
Ativo total	11.317,1		Passivo + PL total	11.317,1	

Comparativo sintético por grupo de contas, em 2021 e 2020 (em milhões)
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

O Balanço Patrimonial do ICMBio apresenta situação patrimonial líquida positiva, ou seja, os ativos excedem a soma das obrigações em, aproximadamente, R\$ 11,2 bilhões. A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos.

ATIVO

Ativo Circulante – Caixa

No encerramento do exercício de 2021, os recursos disponíveis totalizaram R\$ 160,8 milhões, correspondendo a um acréscimo de 75% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado na tabela abaixo:

CAIXA	2021	2020
Caixa	160.801	91.546
Limite de saque com vinculação de pagamento	128.211	64.310
Limite de saque comprometidos com ordem de pagamento	32.589	27.236

Caixa – recursos disponíveis (em milhões)
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A tabela a seguir demonstra os valores consolidados em conformidade com a Demonstração do Fluxo de Caixa

Caixa Inicial: 91,5				
Movimentação até o 4º trimestre				
Atividades operacionais		Atividades de investimentos		
Ingressos	Desembolsos	Ingressos	Desembolsos	Resultado líquido
1.628,8	1.546,3	0,9	14,2	69,2
Caixa Final: 160,8				

Movimentação dos recursos financeiros das atividades operacionais e de investimentos (em milhões)
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Ingressos maiores que os desembolsos demonstram um resultado financeiro positivo. O fluxo de caixa das atividades operacionais e de investimentos foi positivo em, aproximadamente, R\$ 69,2 milhões. Não há registros de fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Ativo Circulante – Créditos a Curto Prazo e Estoques

Correspondem, em sua maioria, ao reconhecimento de créditos provenientes de autos de infração ambientais pelo exercício do poder de polícia do Instituto e aplicados por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. A tabela abaixo apresenta o comparativo do período de 2021 com o exercício de 2020.

Demais créditos e valores de curto prazo	2021	2020
Demais créditos e valores de curto prazo	415.557	424.824
Adiantamentos concedidos a pessoal,13º salário, férias	10.174	19.416
Créditos administrativos diversos responsáveis	113	113
Créditos a receber	405.344	405.358
Créditos decorrentes de infrações ambientais	383.298	384.316
Adiantamentos termos de execução descentralizados	22.045	21.018
Ajustes para perdas	(75)	(75)
Estoques 11500.00.00	3.202	2.596
Materiais de consumo	2.836	2.596

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Ativo Não Circulante

Conforme demonstrado na tabela abaixo – Ativo não circulante, observa-se estabilidade entre os exercícios 2021 e 2020.

Ativo não circulante	2021	2020
Ativo não circulante	10.737,5	10.752,4
Ativo realizável em longo prazo	14,2	13,2
Dívida ativa não tributária	1,2	0,2
Depósitos judiciais efetuados	12,9	12,9
Imobilizado	10.722,0	10.739,0
Bens móveis	142,6	132,4
Bens imóveis	10.677,7	10.697,0
Intangível	1,2	0,1
Softwares	1,2	0,1

Ativo não circulante (em milhões)
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, reconhecidos, inicialmente, com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, enquanto tiverem vida útil definida.

Imobilizado – Bens Móveis

De acordo com a tabela abaixo, o comparativo dos valores consolidados dos exercícios de 2021 e 2020 apresenta elevação de 8% em 2021.

Bens móveis	2021	2020
Bens móveis	142.684	132.404
Depreciação	(50.003)	(43.126)
Valor contábil líquido	92.681	89.278

Bens móveis

 Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

No exercício 2021, os bens móveis do Instituto, registrados no SIAFI, totalizam R\$ 142,6 milhões, e o valor contábil líquido, descontado da depreciação, de R\$ 50,0 milhões, corresponde a R\$ 92,6 milhões. Estão distribuídos em várias contas contábeis, subitens, conforme detalhado nas Notas Explicativas.

Imobilizado – Bens Imóveis

Os bens imóveis do Órgão, registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPUINET e apropriados no SIAFI, totalizam, em 2021, aproximadamente R\$ 10,6 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, destacando-se as relacionadas na tabela abaixo, que apresenta comparativo entre 2021 e 2020.

Bens imóveis	2021	2020
Bens imóveis	10.677,7	10.697,0
Bens de uso especial (parques, reservas, edificações)	10.483,7	10.506,0
Bens de uso especial não registrados	155,7	115,6
Bens imóveis em andamento, instalações e benfeitorias	38,1	35,2
Depreciação acumulada	(48,3)	(47,2)
Valor contábil líquido	10.629,4	10.650,0

Bens Imóveis (em milhões)

 Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Em síntese, os bens mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do ICMBio são constituídos de parques, reservas e edificações. Os bens de uso especial correspondem a 99% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente.

PASSIVO

A tabela abaixo apresenta comparativo entre os valores dos exercícios 2021 e 2020.

Passivo circulante	2021	2020
Passivo circulante	114.317	60.446
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais	33.980	23.559
Fornecedores e contas a pagar	3.042	2.421
Demais obrigações a curto prazo	77.123	34.465
Valores restituíveis, impostos, retenções	4.217	4.405
Outras obrigações a curto prazo	72.906	30.414
Indenizações, restituições	228	280
Precatórios de terceiros	56.888	20.557
Transferências a comprovar	15.788	9.575
Passivo não circulante		
Passivo não circulante	130	109
Precatórios de terceiros	130	109

Passivo total

 Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Passivo Circulante

Precatórios

Além das obrigações tradicionais relativas às despesas com pessoal, fornecedores, fiscais e outras, constata-se o registro de incorporação de passivos efetuados pelo Tribunal Regional Federal – 1º Região, com impacto na unidade gestora responsável pela dívida, referente a registros de passivos de precatórios, exercício de 2022 e subsequentes.

Patrimônio Líquido

A tabela abaixo – Patrimônio líquido apresenta o comparativo entre os períodos de 2021 e 2020.

Patrimônio líquido	2021	2020
Patrimônio líquido	11.202,8	10.070,3
Superávit acumulado	11.210,8	10.076,3
Ajustes de exercícios anteriores	(22,3)	(6,0)

Patrimônio líquido (em milhões)

 Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

O total do patrimônio líquido, de R\$ 11,2 bilhões em 2021, tem a sua representatividade garantida pelo subgrupo Imobilizado nas contas contábeis de título bens imóveis, já que ele, no valor contábil líquido de R\$ 10,6 bilhões, corresponde a 95% do patrimônio líquido.

Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período é apurado por intermédio do confronto das variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Esse demonstrativo equivale ao Demonstrativo de resultado do exercício, evidenciado nos balanços das empresas de sociedade anônimas.

O resultado apurado, superávit ou déficit, é agregado ao resultado acumulado, no balanço patrimonial, compondo o patrimônio líquido, aumentando ou diminuindo.

A tabela abaixo demonstra, de forma agrupada e comparativa, as variações patrimoniais acumuladas que repercutiram nos exercícios de 2021 e 2020.

	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA 40000.00.00	1.727,1	2.749,2
Exploração de bens, serviços e direitos	129,0	38,1
Transferências e delegações recebidas	1.481,6	1.279,4
Valorização de ativos e desincorporação passivos	104,6	1.427,8
Outras VPAs	11,7	3,6
Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD 30000.00.00	1.712,7	1.608,7
Pessoal e encargos	345,9	314,2
Benefícios previdenciários e encargos	104,0	97,8
Uso de bens, serviços e consumo	268,7	225,5
Transferências e delegações concedidas	912,8	731,4
Desvalorização de ativos e incorporação passivos	77,1	230,4
Tributárias, outras VPDs	3,9	9,1
Resultado Patrimonial do Período	14,3	1.140,4

Variações patrimoniais (em milhões)
 Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

As variações ativas maiores que as passivas indicam que houve superávit patrimonial de, aproximadamente, R\$ 14,3 milhões em 2021.

Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

Exploração de bens, serviços e direitos apresenta acréscimo na arrecadação própria de 239% em relação ao exercício anterior. A exemplo dos recursos provenientes das concessões de florestas e serviços, áreas, instalações nas Unidades de Conservação, em razão do retorno da visitação pública nos parques nacionais, antes suspensa, devido ao período da pandemia Covid-19.

Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

Nos grupos de contas pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistenciais, houve moderada variação nos seus títulos e subtítulos de contas relacionadas, principalmente, às demandas contratuais vinculadas ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

Outras informações correspondentes aos valores das variações aumentativas e diminutivas e Resultado Patrimonial do período constam das **Notas Explicativas** disponibilizadas na página do ICMBio.

Resultado Patrimonial do Período

Na tabela a seguir são demonstrados os valores apurados nos exercícios 2021 e 2020.

	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas – VPAs	1.727,1	2.749,2
Variações Patrimoniais Diminutivas – VPDs	-1.712,7	-1.608,7
Resultado Patrimonial do Período	14,3	1.140,4

Resultado Patrimonial (em milhões)
 Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

O resultado superavitário patrimonial do período 2021 de, aproximadamente, R\$ 14,3 milhões, diferença entre as variações patrimoniais aumentativas (de R\$ 1.727,1 milhões) e diminutivas (de R\$ 1.712,7 milhões) compõe o saldo patrimonial no balanço patrimonial.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL